

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

MANUELLA NICLEWICZ SADDock DE SÁ

**A INFLUÊNCIA DO TELEJORNALISMO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

CURITIBA

2021

MANUELLA NICLEWICZ SADDOCK DE SÁ

**A INFLUÊNCIA DO TELEJORNALISMO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Jucimeri Isolda Silveira

CURITIBA

2021

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

S111i
2021

Sá, Manuella Niclewicz Saddock de

A influência do telejornalismo no processo democrático das políticas públicas / Manuella Niclewicz Saddock de Sá; orientadora: Jucimeri Isolda Silveira. – 2021.

148 f. il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021

Bibliografia: f. 100-103

1. Direitos humanos. 2. Política pública. 3. Democracia. 4. Comunicação de massa. 5. Telejornalismo. I. Silveira, Jucimeri Isolda. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos. III. Título.

Dóris 4. ed. – 341.27

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº 081

DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

MANUELLA NICLEWICZ SADDOK DE SÁ

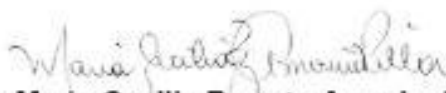
Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, pela Plataforma Zoom a banca examinadora constituída pela professora doutora Jucimeri Isolda Silveira (orientadora) e os professores doutores Lindomar Wessler Boneti e José Carlos Fernandes, para examinar a dissertação da candidata: **MANUELLA NICLEWICZ SADDOK DE SÁ**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado, turma dois mil e dezenove, área de concentração: Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas - Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Democracia e Educação em Direitos Humanos. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **A INFLUÊNCIA DO TELEJORNALISMO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi **APROVADA** pela Banca Examinadora, com destaque para a qualidade da pesquisa e pelo ineditismo em direitos humanos e na área da comunicação. A sessão encerrou-se às 10 horas e 40 minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que devido realização de banca, por videoconferência, segue com assinaturas digitais da orientadora e presidente da banca Jucimeri Isolda Silveira e da Coordenadora do Programa Maria Cecília Barreto Amorim Pilla.



Profª. Drª Jucimeri Isolda Silveira - Presidente/Orientadora

Prof. Dr Lindomar Wessler Boneti - Convidado Interno

Prof. Dr José Carlos Fernandes - Convidado Externo



Profª. Drª. Maria Cecília Barreto Amorim Pilla

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas
Públicas PPGDH/PUCPR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus, que é bom a todo o momento, que está sempre no comando de todas as coisas e que tem iluminado o meu caminho de maneira a me fazer evoluir diariamente.

Aos meus pais, Patrícia e Marcio, pelo amor e apoio incondicional sempre. Vocês são e sempre serão os meus maiores exemplos e guias ao longo de toda a minha vida. Sem vocês ao meu lado eu jamais teria me tornado metade da pessoa que eu sou. Obrigada por acreditarem em mim e me ajudarem a alcançar cada um dos meus sonhos e objetivos. Meu amor por vocês é imensurável.

Aos demais familiares, em especial ao meu irmão, Guilherme, por toda a parceria e apoio sempre. Gui, você é desde que eu me entendo por gente o meu maior parceiro, aquele com quem eu sei que eu posso contar para tudo e qualquer coisa e que sempre estará do meu lado.

Ao meu noivo, Thiago, o meu maior companheiro de vida, além de maior incentivador da realização deste mestrado. Obrigada amor por escolher caminhar ao meu lado, os meus dias são muito melhores com você. Obrigada também por acompanhar e compreender todas as minhas angústias ao longo desse período e nunca me deixar desanimar, mesmo que isso significasse sentar-se ao meu lado e me ajudar até mesmo nos estudos. Sem você eu não teria chegado até aqui.

Às minhas colegas de Mestrado Wanessa, Yasmin e Daiana, que apareceram em minha vida como presentes desta fase e se tornaram grandes amigas para toda a vida. Obrigada meninas, vocês, sem dúvidas, tornaram esta jornada muito mais agradável e alegre.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Jucimeri Isolda Silveira, por ter me escolhido para ser parceira nessa jornada, por compartilhar comigo todo o seu vasto conhecimento e experiência na área, por ter sempre me estimulando a me aprofundar cada vez mais em estudos e pesquisas, orientando e auxiliando durante qualquer hora do dia e até mesmo da noite.

Aos demais Doutores membros da banca, por terem aceitado embarcar neste projeto participando deste momento para contribuir ainda mais com o desenvolvimento desta pesquisa. Além dos demais professores do Programa de Pós-graduação em direitos humanos e políticas públicas da PUC-PR.

RESUMO

Esta pesquisa interdisciplinar e de caráter exploratório, tem como tema central a análise do impacto e, conseqüentemente, da influência da televisão, e, mais especificamente, do telejornalismo, nas sociedades democráticas, tendo como parâmetros de análise os preceitos da democracia deliberativa habermasiana. O objetivo geral foi analisar criticamente o histórico da televisão, bem como a sua chegada ao Brasil até a sua transformação em um ambiente privilegiado de debate que, no presente trabalho, é apontada como a nova praça pública da modernidade, bem como, entender se, com este patamar de destaque, a mesma, e, conseqüentemente os seus profissionais, através da prática do telejornalismo, estão desempenhando as suas funções visando o interesse público. Para isso, definiu-se como objetivos específicos, identificar se o telejornalismo local, mais especificamente em Curitiba – capital do estado do Paraná – está se preocupando em visibilizar e trazer ao conhecimento dos seus espectadores os acontecimentos públicos relacionados aos instrumentos democráticos, bem como, as possibilidades de participação em espaços, audiências e conselhos deliberativos do governo, ambientes de debate estes que preveem a participação e a opinião da sociedade civil através de uma análise de conteúdo de contingência de dois dos principais telejornais locais na cidade, a qual, considera importante não apenas a quantidade em que determinado assunto aparece, mas também como eles são organizados e apresentados no veículo de pesquisa.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Direitos Humanos; Democracia Deliberativa; Mídia; Telejornalismo.

ABSTRACT

This interdisciplinary and exploratory research has as its central subject the analysis of the impact and, consequently, of the influence of television, and, more specifically, of television news, in democratic societies in order to make them more critical to matters of public interest and even more participatory, according to the precepts habermasian of deliberative democracy. The general objective was to critically analyze the history of television, as well its arrival in Brazil until its transformation into a privileged environment of debate that, in the present work, is pointed out as the new public square of modernity, as well as, to understand if, with this level of prominence, the same, and consequently its professionals, through the practice of telejournalism, are performing their functions aiming at the public interest. For this purpose, it is intended, as specific objectives, to identify whether local television news, more specifically in Curitiba - capital of the state of Paraná - is concerned in making public events known, as well as the possibilities of participation in spaces, hearings and deliberative councils of the government, environments for debate that provide for the participation and opinion of civil society through a contingency content analysis of two of the main local news programs in the city, which, it considers important not only the quantity in which it appears, but also how they are organized and source in the research vehicle.

Keywords: Public Policies; Human Rights; Deliberative Democracy; Media; Telejournalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Reportagens Paraná TV 2ª edição – 2016	74
Gráfico 2 – Paraná TV 2ª edição – 2016	75
Gráfico 3 – Reportagens Band Cidade 2ª edição.....	76
Gráfico 4 – Band Cidade 2ª edição – 2016.	77
Gráfico 5 – Reportagens Paraná TV 2ª edição – 2017.	82
Gráfico 6 – Paraná TV 2ª edição – 2017	82
Gráfico 7 – Reportagens Band Cidade 2ª edição – 2017	83
Gráfico 8 – Band Cidade 2ª edição – 2017	84
Gráfico 9 – Reportagens Paraná TV 2ª edição	84
Gráfico 10 – Reportagens Band Cidade 2ª edição	85

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ESTADO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA A COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO.....	18
2.1. DEMOCRACIA DELIBERATIVA.....	27
2.2. ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	32
3. O DESENVOLVIMENTO DA MÍDIA NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS	38
3.1. O DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	45
3.2. O PAPEL DO JORNALISMO NA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA.....	48
3.3. O ALCANCE DA INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	52
4. A TELEVISÃO E A EVOLUÇÃO DO GÊNERO TELEJORNALISMO	62
4.1. A CHEGADA DA TELEVISÃO AO BRASIL.....	65
4.2. A IMPORTÂNCIA DO TELEJORNALISMO LOCAL NA BUSCA PELO DEBATE PÚBLICO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO.....	70
4.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO	72
4.3.1. Análise de conteúdo dos telejornais locais: Band Cidade 2ª edição e Paraná TV 2ª edição em 2016	74
4.3.2. Análise de conteúdo dos telejornais locais: Band Cidade 2ª edição e Paraná TV 2ª edição em 2017	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
APÊNDICE A – LISTAGEM REPORTAGENS PARANÁ TV 2ª EDIÇÃO - RPC - ANO 2016	103
APÊNDICE B – LISTAGEM REPORTAGENS PARANÁ TV 2ª EDIÇÃO - RPC - ANO 2017	109
APÊNDICE C – LISTAGEM REPORTAGENS BAND CIDADE 2ª EDIÇÃO – BAND PARANÁ – ANO 2016	117
APÊNDICE D – LISTAGEM REPORTAGENS BAND CIDADE 2ª EDIÇÃO – BAND PARANÁ – ANO 2017	127
APÊNDICE E – ENTREVISTA COM LUCIANA MARANGONI – DIRETORA DE JORNALISMO DA RPC TV	144

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM JOÃO CARLOS DE AZEVEDO – DIRETOR DE JORNALISMO DA BAND PARANÁ.....	146
---	------------

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, de caráter interdisciplinar, teve como objetivo geral analisar criticamente o impacto do surgimento e da chegada da mídia, mais especificamente do telejornalismo, às sociedades e o poder de influência que a televisão, enquanto veículo de comunicação de massa, tem dentro de uma sociedade democrática, a fim de torná-la mais interessada nos assuntos públicos, bem como, mais participativa, considerando as possibilidades dos mecanismos da democracia deliberativa.

Para isso valeu-se então das premissas da democracia e dos aportes teóricos na área da comunicação e das Ciências Sociais e Humanas, principalmente, de autores como Habermas (2003), Alfredo Vizeu Jr (2014), Thompson (1998), Penteado e Fortunato (2015).

É notório, que desde o seu surgimento, a televisão se tornou um espaço privilegiado de debates públicos e expressões de ideias, sendo assim, a mesma pode ser apontada como uma nova praça pública da modernidade, e realmente, nos dias atuais, é praticamente impossível imaginar uma sociedade contemporânea e democrática sem pressupor os direitos de liberdade de expressão que estão envolvidos em sua produção, principalmente jornalística, e a presença deste veículo de comunicação, que é considerado o principal responsável por pautar os debates cotidianos da sociedade civil.

É preciso salientar aqui que parte-se do pressuposto que vivemos atualmente em um momento histórico conhecido por modernidade líquida, conceito elaborado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) que prevê que as sociedades atualmente vivem em um constante paradoxo entre componentes ao mesmo tempo fixos mas que são estimulados a mudar a todo o momento, ou seja, não são estáveis e previsíveis, características que, pode se dizer, foram ainda mais aprofundadas durante o ano de 2020 e 2021, diante do contexto de enfrentamento da Pandemia do Covid-19 no Brasil.

Depois de passar por uma série de transformações e revoluções ao longo dos anos, a modernidade, que em seu início era caracterizada como uma sociedade sólida, de acordo com Bauman (2001), se apresenta na atualidade como uma modernidade líquida que desconstruiu as estruturas rígidas de ordenamento que antes regiam o sistema, por isso a analogia com a fluidez e a instabilidade do líquido.

Ao mesmo tempo em que não se valoriza o permanente nesta atual realidade, mas sim, o temporário, já que nada é sólido e por isso não conserva a forma por muito, os cidadãos passaram a criar novos hábitos, interesses e desconfianças, o que faz com que hoje, os indivíduos desta sociedade não acreditem ser possível confiar em instituições, antes conhecidas como sólidas, e no aparato social da coletividade que anteriormente regiam a sociedade baseados em conceitos de ordem.

A individualização é uma das principais características desta sociedade líquida apontada por Bauman (2001), ou seja, os indivíduos deixaram de se preocupar com as tarefas em sociedade. Enquanto no início dos tempos modernos a civilidade e até mesmo os direitos eram vistos como preocupações e objetivos coletivos, atualmente, na sociedade líquida existe a falência do pensamento coletivo.

Sendo assim, esta individualização apresentada pelo autor reforça a configuração de um indivíduo que, diferente do cidadão político, preocupa-se muito mais com si do que com o outro, característica que tem sido responsável pelo agravamento das desigualdades em países considerados subdesenvolvidos e que sempre foram bastante desiguais, como é o caso do Brasil, tendo em vista sua inserção explorada no capitalismo internacional.

O “cidadão” é uma pessoa que tende a buscar o seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à “causa comum”, à “boa sociedade” ou à “sociedade justa”. (BAUMAN, 2001, p. 49-50).

De acordo com Bauman (2001), tal individualização traz diversos problemas para a política democrática que é fundada na cidadania já que esta é uma das fontes responsáveis por um dos principais distúrbios diagnosticados nesta modernidade de características líquidas que é uma “patologia do espaço público” que resulta ainda em uma “patologia da política”.

Em outras palavras, é exatamente esta característica apresentada pelo sociólogo polonês que desencadeia em um dos principais problemas políticos que vemos hoje em nossa sociedade com a declinação e a fuga do debate, o que causa um desaparecimento do diálogo público e, conseqüentemente, político, além da troca do anterior engajamento nas questões públicas pela sociedade civil pelo atual desinteresse e desaparecimento do meio, ou seja, o esvaziamento da esfera pública.

Com o baixo índice de participação, debate e até mesmo de interesse pelos assuntos públicos, esta sociedade líquida, da qual fazemos parte hoje, apresenta um aprofundamento ainda mais intenso das desigualdades sociais já que apenas parte das elites políticas acabam por participar do debate político.

Desta forma, esta classe “seleta” acaba por ter a oportunidade de trazer questões privadas mascaradas como públicas para o debate das políticas públicas por conta da falta de participação dos diferentes grupos da sociedade e, por isso, o tema da presente pesquisa passa a ser ainda mais importante, já que ele visa diagnosticar uma forma de atrair novamente a atenção de diferentes participantes para os assuntos de interesse público.

Neste momento mais do que nunca, o telejornalismo pode e deve ser utilizado como aliado da sociedade civil com o objetivo de fazer valer os seus direitos fundamentais de maneira equânime, à todas as parcelas da população, e de retornar ao espaço público a sua antiga posição de debate e diálogo em busca de soluções públicas de problemas da sociedade em geral. No entanto, é importante reforçar que o próprio telejornalismo é impactado pelas relações em sociedade, além de possuir uma dinâmica permeada pelas influências dos atores implicados na construção da pauta, dos assuntos, nas respostas jornalísticas aos processos vividos em sociedade.

Importante reafirmar, entretanto, que não é possível viver em liberdade se não nos é garantido, enquanto cidadãos, os mesmos espaços de igualdade, os quais são previstos no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, através da conhecida premissa “Todos são iguais perante a lei (...)” (BRASIL, 1988). O que nos leva novamente à outra exímia colocação de Bauman (2001, p. 68) de que “a verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da ‘esfera pública’ e do ‘poder público’”.

É intrínseco ao jornalismo e, mais especificamente ao telejornalismo, a capacidade de acompanhar as discussões de formulação, operacionalização e os resultados, sejam estes efetivos ou não, das políticas públicas, que são urgentes para a mudança desta realidade. Com a sua influência acredita-se ser possível reconstruir uma esfera pública efetiva para, além de debater soluções, concentrar poder para pressionar os responsáveis pela má utilização dos instrumentos públicos e, consequentemente, alterar esta realidade.

Assim, a pergunta norteadora deste trabalho é até que ponto o telejornalismo e os seus profissionais estão atentos a realidade e aos problemas da sociedade para visibilizá-los, suscitando a participação dos cidadãos no debate público, para que

unidos, possam exercer a influência e o poder que detém no processo democrático das políticas públicas para tirá-lo da inércia?

Para responder ao problema apresentado e atingir o objetivo geral desta pesquisa, definiu-se como objetivos específicos, identificar se o telejornalismo local, mais especificamente em Curitiba – capital do estado do Paraná – está se preocupando em visibilizar e trazer ao conhecimento dos seus espectadores os acontecimentos públicos, bem como, a possibilidade de participação em espaços, audiências e conselhos deliberativos do governo, ambientes de debate estes que preveem a participação e a opinião da sociedade civil.

Em outras palavras, buscou-se avaliar se telejornalismo local tem dado conta visibilidade ao processo democrático das políticas públicas em Curitiba-PR. Isto é, seja quando dá visibilidade aos problemas civis e cobram soluções do governo, como, também, a sua responsabilidade quando não informam inadequadamente os fatos ou não lhes dão a devida importância.

Foi analisado, ainda, a maneira pela qual os veículos televisivos selecionam os acontecimentos relacionados à agenda dos Direitos Humanos e os mecanismos democráticos no âmbito das políticas públicas, visando entender a influência do telejornalismo local na defesa e na educação em Direitos Humanos e no fortalecimento de uma democracia mais participativa.

Para atingir tais objetivos, realizou-se no presente trabalho uma análise de conteúdo denominada de contingência, a qual, segundo explica Fonseca JR (2010), considera importante não apenas a quantidade em que determinado assunto aparece, mas também como eles são organizados e apresentados no veículo de pesquisa.

Em outras palavras, valoriza-se o método qualitativo sobre o quantitativo, ou seja, leva-se em consideração não apenas a quantidade de visibilizações dos eventos relacionados ao processo democrático das políticas públicas, mas, principalmente, a maneira como estes são repercutidos pela mídia local.

A análise de conteúdo teve como base a programação de dois dos principais telejornais exibidos em horário nobre da televisão aberta local, escolhidos com base nos índices de audiência apresentados pelos mesmos na capital paranaense.

A natureza dessa pesquisa é de caráter exploratória, e utiliza-se, sobretudo, de um estudo bibliográfico acerca das políticas públicas e do telejornalismo para conseguir traçar, através de um estudo qualitativo, mediante ao método indutivo, a

relação que tem se dado entre ambos, principalmente no quesito da visibilização do processo democrático das políticas públicas na televisão aberta em Curitiba-PR.

Utilizando-se de uma abordagem multidisciplinar, esta pesquisa envolve debates teóricos sobre os conceitos de Estado, Democracia e Políticas Públicas, para compreensão de todo o processo democrático relativo à formulação de Políticas Públicas, desde a gênese até a sua operacionalização, para o qual utiliza-se como base teórica os conceitos de Boneti, além dos estudos de Poulantzas para delimitar os significados de Estado e Democracia, para assim desencadear uma análise crítica, sobre qual tem sido o papel dos meios de comunicação de massa na construção de uma Democracia deliberativa, compreendida a partir das contribuições de Habermas.

É importante destacar desde já que, toma-se como princípio no presente trabalho, a imprescindibilidade da existência de um governo democrático que trabalhe para a garantia jurídica dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como, que vise a participação da sociedade civil em processos decisórios para que seja possível que o exercício jornalístico possa também participar e influenciar o processo democrático das políticas públicas. Ou seja, nem mesmo cogita-se aqui a possibilidade de governos autoritários dialogarem com a democracia, ainda mais, com democracias deliberativas.

Se cidadania (*civitas* do latim) nada mais é do que política (*pólis* grega), e como política cada vez mais é diálogo e liberdade de expressão, se opondo à ditaduras, cidadania e política nos tempos atuais só pode ocorrer em uma Democracia (VIOLIN, 2020, p.112).

Em busca deste diálogo, nossa Constituição Federal de 1988, ergue como uma de suas principais premissas os espaços de participação direta do cidadão brasileiro da sociedade civil na formulação, na implementação e no monitoramento de políticas públicas através de sessões deliberativas, audiências públicas ou Conselhos municipais e estaduais, previstos no Artigo 58, §º2, inciso II e que visa fazer valer o Artigo 1º, o qual, tem como fundamentos, dentre outros valores a cidadania, a soberania e a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988).

No entanto, por mais que as pesquisas acerca do tema sejam escassas, sabe-se que os índices de participação efetiva da sociedade civil nestes eventos é muito baixa e muitas vezes se dá pelo não conhecimento sobre os seus acontecimentos.

Analizados os fatos, preliminarmente, considera-se inafastável o reconhecimento e a afirmação de que as Políticas Públicas têm como ponto de propagação as mídias, em especial, atualmente, o telejornalismo. Através dos veículos de comunicação, as ideias, ações e discursos ganham abrangência, importância e conhecimento perante a sociedade, criando espaços de disputas simbólicas (discurso político) que a afetam a sociedade como um todo.

Não obstante, fazendo tais associações, acredita-se ser possível que as Políticas Públicas, bem como os espaços de participação popular, estejam sendo deixadas de lado pela mídia local e, conseqüentemente, pela população, que assim, não toma conhecimento da gama de direitos que possui, inclusive o próprio direito de participação nos mencionados espaços.

Em outras palavras, entende-se o telejornalismo como um dos principais responsáveis por garantir o direito constitucional à informação e, mais do que isso, mediante a compreensão desse cenário de poder e influência que ele exerce, ou pelo menos pode exercer dentro da sociedade; defende-se, ainda, que esse exercício profissional tem a capacidade para tornar-se um instrumento aliado ao processo de luta por reconhecimento e concretização dos direitos humanos fundamentais de maneira equânime.

No entanto, isso só pode acontecer se, de fato, o telejornalismo não ignorar eventos e acontecimentos importantes de participação no processo democrático como sessões deliberativas e audiências públicas.

Para tanto, este estudo interdisciplinar que faz parte do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da linha de pesquisa Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos é dividido, de maneira breve, no seguinte desenvolvimento:

No primeiro capítulo serão tratados os conceitos de Estado, Democracia, Democracia Deliberativa e Políticas Públicas, ou seja, como se dá o processo democrático das políticas públicas no Brasil e como o ordenamento jurídico brasileiro e a Constituição de 1988 preveem espaços de deliberação ao longo deste processo.

Em seguida, no próximo capítulo, encontra-se um histórico do desenvolvimento da mídia nas sociedades bem como uma análise do impacto e da importância da comunicação para a vida em sociedade. Além disso, em uma subseção realizam-se reflexões acerca do papel do jornalismo no processo

democrático das políticas públicas e, conseqüentemente, na garantia dos direitos humanos.

Por fim, no terceiro capítulo, será apresentado um breve histórico da televisão e do telejornalismo no Brasil, o qual, ao longo de sua trajetória, explicará o momento em que estamos vivendo, sendo ele o de revalorização do telejornalismo local, estudo o qual desencadeia na importante análise de conteúdo que visa verificar se o telejornalismo local, na cidade de Curitiba, vem conseguindo cumprir com o seu papel no processo democrático.

2. ESTADO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA A COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Primeiramente, antes de tratar sobre a influência e os impactos do trabalho telejornalístico no processo democrático das políticas públicas, é necessário traçar aqui um entendimento amplo sobre o que se define por políticas públicas, analisando então o seu processo de elaboração, viabilização e operacionalização no Brasil, bem como, qual vêm sendo o papel do Estado e das demais forças sociais e políticas envolvidas neste processo.

Atualmente, enxerga-se no âmbito das políticas públicas o acontecimento de um processo de resignificação de conceitos o que vem gerando inclusive, o ganho de muito destaque do tema em alguns debates nos últimos anos. Tal fato é ressaltado por Souza (2006), a qual apresenta como justificativa para tal três principais fatores.

O primeiro fator levado em consideração pela autora é o predomínio de políticas públicas de alto gasto tomando conta das agendas de grande parte das nações, o que faz com que, conseqüentemente, estas ganhem maior visibilidade pela grande mídia devido ao grande apelo econômico atrelado aos fatores político e social.

A segunda questão apontada por Souza (2006), é a resignificação, que ocorre após a segunda Grande Guerra Mundial, do papel dos Estados-nações no âmbito das políticas públicas, principalmente as que envolvem questões econômicas e sociais, como a garantia de direitos fundamentais e noções básicas de dignidade.

Por fim, o terceiro ponto, o qual segundo a autora acontece principalmente em países em desenvolvimento e com democracias e constituições mais jovens – como é o caso do Brasil – já que nesses locais ainda não foi possível “formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte da sua população” (SOUZA, 2006, p. 21) de formas conjunta.

De acordo com Boneti (2011), após o fim da guerra fria, com o início dos conceitos de uma globalização, de caráter capitalista, o mundo vê surgir também um novo significado de Estado, o qual, como já apontado, é um conceito essencial para se aprofundar na operacionalização das políticas públicas. Para tanto, se faz necessário delimitar, então, os conceitos não apenas de Estado, mas também de

Democracia adotado nesta pesquisa, os quais baseiam-se nas leituras de Bobbio (2004) e Poulantzas (1990).

De acordo com Bobbio (2004), a democracia é a sociedade dos cidadãos, sendo assim, somente assume-se a existência de uma democracia, de fato, quando existe, por parte do Estado, o reconhecimento e a garantia dos direitos ditos como fundamentais à toda a sociedade, sem exceções.

Nesta forma de governo democrático a sociedade civil transpassa as características de “súditos” para assumir o papel como “cidadãos”, os quais são, supostamente, livres para fazer escolhas, tomar decisões e, indo mais além, participar de certas determinações do processo democrático.

É neste momento, que enxergamos então o surgimento do conceito mais concreto de cidadania, o qual é importante ressaltar novamente, ser um conceito intrínseco à democracia o qual, portanto, não dialoga com governos autoritários.

Além disso, faz-se necessário destacar aqui também o art. 1º da Constituição brasileira de 1988, o qual, pressupõe como princípio fundamental para o exercício da democracia a cidadania, a qual segundo Violin (2020), compreende-se que “será exercida apenas em uma sociedade plural e democrática, com os poderes estatais, populares, econômicos e midiáticos devidamente equilibrados” (VIOLIN, 2020, p.112).

Isto posto, é possível caracterizar a democracia então como o regime político que preza por direitos tanto de igualdade quanto de liberdade para os seus cidadãos. São estes os direitos humanos fundamentais que devem ser garantidos pelo Estado a todos os seus cidadãos sem hierarquizações ou distinções.

É importante destacar ainda que um Estado democrático representativo, como é o caso do Brasil, caracteriza-se principalmente pela sua base popular, já que os representantes da sociedade são escolhidos através de uma eleição democrática, ou seja, com a aprovação e escolha da maior parte da sociedade.

Sendo assim, é importante ressaltar novamente que, por mais que, como bem aponta Hannah Arendt (2012, p. 435), seja fundamental não esquecer que os próprios governos e líderes totalitários também se apoiam na base das massas populares, afinal, “todos os grupos políticos dependem da força numérica” (ARENDT, 2012, p. 436), ou seja, nenhuma liderança se sustentaria no poder durante longos períodos sem a confiança dessa base da população, os mesmos não dialogam com os termos de democracia.

O principal fator de distinção que precisa ficar explícito está na relação em si do poder com o próprio cidadão que nas democracias contam com liberdades e garantia de direitos, como a expressão das suas necessidades, tanto individuais quanto coletivas.

(...) quando nos referimos a uma democracia, seria mais correto falar de soberania dos cidadãos e não de soberania popular. As decisões coletivas não são tomadas pelo povo, mas pelos indivíduos, muitos ou poucos, que o compõem. Numa democracia, quem toma as decisões coletivas, direta ou indiretamente, são sempre e apenas indivíduos singulares, no momento em que depositam seu voto na urna. Isso pode soar mal para quem só consegue pensar a sociedade como um organismo; mas, quer isso agrade ou não, a sociedade democrática não é um corpo orgânico, mas uma soma de indivíduos. (BOBBIO, 2004, p.47).

Desta maneira, de acordo com Violin (2020), para que uma Democracia vigore com sucesso é importante, e, até mesmo fundamental, que os indivíduos pertencentes a ela tenham interesse e acompanhem os acontecimentos políticos e as questões públicas, bem como adquiram entendimento sobre o funcionamento do processo democrático, até mesmo por este fato ser um meio de evitar uma nova ascensão de movimento totalitários.

Hannah Arendt destaca ainda que “os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas (..) que se constituem por maioria de pessoas neutras e politicamente indiferentes” (ARENDT, 2012, p.438). Ou seja, o totalitarismo se fortalece no desconhecimento e no desinteresse político de um grande grupo.

Como exemplo, a autora cita os principais e mais lamentáveis casos conhecidos de regimes totalitários, como o próprio movimento nazista na Alemanha, o qual, conseguiu convocar e engajar membros nesta massa de pessoas da sociedade que se demonstravam aparentemente indiferentes e desinformadas sobre o processo político, para as quais os demais partidos e opções que não apresentaram propagandas tão convincentes como os partidos nazistas pareciam opções demasiadamente “apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção” (ARENDT, 2012, p. 439).

Os ensinamentos de Hannah Arendt são essenciais para perceber como é possível moldar uma massa de pessoas da sociedade que nunca foi acordada para nenhum tipo de conhecimento ou participação política.

Os próprios governos totalitários citados, conseguiram até mesmo visibilizar uma ilusão de que “o povo em sua maioria participava ativamente do governo”

simpatizando com a liderança, enquanto, na realidade o poder estava funcionando apenas com ideais aceitos somente por uma minoria. “Os movimentos totalitários usam e abusam das liberdades democráticas com o objetivo justamente de suprimi-las” (ARENDT, 2012, p. 440).

Por isso, no cenário democrático, tido como base na presente pesquisa, evidencia a necessidade do conhecimento, por parte da população, dos processos democráticos e mais ainda dos direitos adquiridos, os quais, podem ter uma propagação facilitada pelo trabalho jornalístico através dos veículos de comunicação.

As liberdades democráticas podem basear-se na igualdade de todos os cidadãos perante a lei; mas só adquirem significado e funcionam organicamente quando os cidadãos pertencem a agremiações ou são representados por elas, ou formam uma hierarquia social e política. (ARENDT, 2012, p. 440)

Para a democracia, o poder estatal deve contar, impreterivelmente com um número de representantes da sociedade civil que intermediam as relações entre os interesses dos indivíduos e do próprio Estado. Assim, as decisões são consideradas legítimas quando estão caracterizadas pela vontade da maior parte desses representantes, e não necessariamente de todos.

No entanto, pode-se afirmar ainda, que a democracia prevê, permanentemente, o debate de ideias e a participação do povo nas decisões políticas e não apenas no momento do voto para escolha de tais representantes. Como afirma Violin (2020), “uma democracia não se faz apenas com eleições livres e regulares”, mas também com “liberdade de expressão e pluralidade de vozes no jogo político e comunicacional” (VIOLIN, 2020, p.70).

Como caracterizou Bauman (2001), vivemos atualmente em um cenário de modernidade líquida, o qual, conjectura-se, principalmente, pela liquidez, instabilidade e mudanças constantes das características e dos hábitos de uma sociedade composta por indivíduos que, por não confiar a garantia de seus direitos em instituições sólidas que foram desconstruídas, como o Estado e o aparato da coletividade, difere do cidadão político, pelo fato de preocupar-se muito mais com si do que com o outro e com o bem estar social.

A individualização é uma das principais características desta sociedade líquida apontada por Bauman (2001), composta por um indivíduo que ignora a realidade e os problemas coletivos. Ao fazer a análise deste indivíduo contemporâneo,

Tarragó, Brugué e Cardoso (2015) fazem uma analogia com o cliente de um shopping center, ou seja, o indivíduo, assim como um cliente, tende ao egoísmo, se preocupando apenas com o seu próprio bem-estar, enquanto o cidadão é que é um ser político que tende a ser colaborativo.

Por consequência, Bauman (2001) define, que atualmente, a instituição e a figura do Estado político, anteriormente – no início da modernidade – vista com respeito e como o centro do ordenamento social, hoje – na modernidade líquida – não mais caminham aliados e reconhecidos como fonte líder e exclusiva detentora do poder. Portanto, é necessário avaliar neste momento também quais são os elementos que fomentam este relacionamento entre Estado e os diferentes grupos da sociedade civil, bem como quais outras fontes ou instituições transpassaram à posição de agentes do poder.

Tarragó, Brugué e Cardoso (2015, p. 15-16) explicitam tal realidade no Brasil ao afirmar que:

A política encontra-se hoje em dia totalmente desprestigiada, desacreditada e deslegitimada. Chegamos [a sociedade civil] à conclusão de que a política é a causa de todos os males. (...) porque, independente de quem governe, [acredita-se que] sempre estão legislando em favor dos interesses econômicos de uma minoria muito poderosa. O drama é que não só não acreditamos mais em nossas instituições e em nossos representantes políticos, mas também concordamos que tudo o que eles fazem não serve absolutamente para nada, já que os problemas do povo, longe de se resolverem, tendem a proliferar. A crise de legitimidade é tão profunda que a política deixou de ser a solução para tornar-se parte do problema.

No entanto, como bem colocam os autores também, é preciso entender que a política é fundamentalmente necessária em uma sociedade democrática e nos é a principal forma de solucionar os problemas de interesse público. Sem a política, segundo Tarragó, Brugué e Cardoso (2015, p.16) seria o “campo de batalha”. Tal compreensão é base indispensável para o desenvolvimento da democracia deliberativa e da administração pública deliberativa.

Isto posto, se faz necessário elucidar que as Políticas Públicas são um meio de operacionalização por parte do Estado e de seus grupos de representantes, além de um instrumento de garantia por parte da sociedade civil, dos direitos fundamentais a todos, sem hierarquizações, pois, para se fazer valer os direitos de liberdade é preciso, anteriormente, prever os direitos de igualdade pressupondo assim, que todos os indivíduos disponham dos mesmos espaços de liberdade.

Apoiado em Poulantzas (1990), afirma-se a existência de uma relação intrínseca do Estado com as diferentes classes sociais, e é justamente isso que dá origem à existência de uma correlação de forças, ou seja, uma espécie de luta entre classes e agentes sociais, a qual se torna a grande responsável pela apresentação de demandas a serem supridas por políticas públicas, de acordo com as necessidades e desejos individuais ou coletivos.

Neste cenário, seria ingênuo imaginar que todas as parcelas e grupos de uma sociedade teriam igual influência e força no presente fenômeno, mesmo em um momento em que o Estado não é mais o único mediador desta luta constante, ou nem mesmo fonte única detentora do poder, e, é neste sentido então, que se apresenta aqui a mídia como um potencial armador dos núcleos mais desfavorecidos, por exemplo, os quais, acredita-se, ter menor influência e persuasão frente ao Estado e à esfera pública na defesa das suas necessidades.

Consequentemente, justamente tendo em vista o maior potencial e aquisição de moedas de troca pelas classes dominantes e elites políticas, não se baseará nesta pesquisa, ingenuamente, em um conceito de Estado como instituição neutra, até porque, é necessário destacar aos olhos que a própria política é composta atualmente por representantes que também passaram pelo processo da individualização apresentado por Bauman (2001) e que, geralmente, tendem a priorizar os interesses individuais.

De acordo com Boneti (2011, p.12), atualmente “se torna simplista entender o Estado como mera instituição de dominação”, mas também não se pode “entender o Estado como uma instituição regida pela lei a serviço de todos os segmentos sociais”, já que na prática as diferentes classes sociais dispõem de maneiras diferentes de seus espaços de direitos e liberdades.

Na obra “A reinvenção dos Direitos Humanos”, o professor Herrera Flores (2009) coloca os direitos humanos como o principal desafio para a humanidade a ser superado no século XXI, já que a globalização de racionalidade capitalista e o pensamento neoliberal destacam a todo momento nas sociedades ideais baseados na competitividade e por consequência na individualidade e até mesmo na exploração.

Por conta disso, uma realidade que se apresenta hoje nas mais diversas sociedades contemporâneas é a de ambivalência em relação a afirmação e a negação dos direitos humanos, pois enquanto instituições e organizações não governamentais possuem um discurso muito forte quanto a importância e garantia dos direitos

humanos de maneira equânime, as violações de direitos tidos como básicos, cita-se aqui a liberdade de expressão, por exemplo, seguem multiplicando-se.

Para Santos (2003), por mais que a indivisibilidade dos Direitos Humanos tenha sido superada através da Conferência de Viena em 1993, a exigibilidade dos mesmos ainda é extremamente frágil, sendo que, para ele, uma característica não tem sentido sem a outra. Tal pensamento coloca mais uma vez em cheque, assim como faz Herrera Flores (2009), a concretização prática e jurídica dos direitos humanos através do processo democrático e do uso de instrumentos como as políticas pública.

Debater a exigibilidade dos Direitos Humanos é praticamente impossível sem mencionar as Políticas Públicas, as quais, ao menos em teoria, são um instrumento ilimitado de garantia dos mesmos, ou seja, um instrumento que pode ser utilizado à medida que surgem os novos problemas ou necessidades. No entanto, para que os seus resultados sejam, de fato, eficazes, o processo é complexo e exige muito mais que a aprovação de uma lei para que uma realidade seja verdadeiramente transformada.

Neste momento, se torna oportuno ressaltar, que o presente trabalho se baseia nas definições de políticas públicas desenvolvidas por Boneti (2011), o qual, inclusive, destaca que para uma política pública ser considerada eficiente, a mesma precisa apresentar uma mudança de realidade com expectativas de novos rumos duradouros para a sociedade ou determinado grupo ao qual diz respeito, e, não apenas, a resolução de um problema por um período breve e momentâneo.

Tal característica é extremamente importante e precisa ser constantemente reforçada frente à uma realidade líquida enfrentada nas sociedades hoje, as quais, segundo Bauman (2001) passaram a enxergar o tempo como algo pontilhado, ou seja, imediato, e não mais cíclico ou linear – contínuo – fazendo com que a ideia do planejamento à longo prazo seja de certa forma até mesmo considerada inóspita.

A base da conceituação de Boneti (2011) é a de que as políticas públicas são “ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou mera regulamentação administrativa” (BONETI, 2011, p.17-18), a qual atinge-se como consequência da correlação de forças dos diferentes agentes de poder, dentre eles o próprio Estado e seus representantes, as diferentes parcelas e grupos da sociedade civil, as ONGs, os partidos econômicos e políticos, bem como, também aponta-se aqui os veículos de comunicação.

Nesse caso pode-se dizer que o Estado se apresenta, diante das políticas públicas, como um agente de organização e de institucionalização (no sentido de estabelecimento de normas, regras e valores) de decisões originadas do debate público entre os diversos agentes (representantes sociais) a partir de demandas (necessidades) ou interesses restritos. (BONETI, 2011, p.18)

Outro equívoco muito recorrente ao tratar de políticas públicas, e que é ressaltado por Boneti (2011), é o de inspirar o desenvolvimento de novas diretrizes baseando-se exclusivamente nas ciências exatas e no pensamento científico, muito desenvolvido desde o Iluminismo, e que detém a máxima de relacionar decisões com resultados comprovados cientificamente, o qual, não necessariamente, pode se tomar como verdade em estudos sociais.

Infelizmente, mesmo em tempos atuais pouco mudou com relação à esta visão que enxerga que “os dados técnicos têm caráter determinante, mais até do que a própria vontade da população” (BONETI, 2011, p. 22), mesmo tratando-se de ciências humanas e de sociedades e realidades tão distintas, sendo importante notar, então, a dificuldade de transpor este pensamento para a realidade da elaboração das políticas públicas dadas às características específicas de cada sociedade.

Justamente por isso, é importante lembrar ainda, como já ressaltado, que as políticas públicas devem surgir de demandas apresentadas pelos próprios grupos sociais, como respostas à problemas e necessidades vivenciados no dia a dia de cada parcela da sociedade e até mesmo de cada país.

Sendo assim, aponta-se também a extrema dificuldade que existe no ato de importar políticas públicas de países desenvolvidos sem analisar as pluralidades culturais envolvidas como também acontece frequentemente nos países subdesenvolvidos, com base na mesma teoria etnocentrista, que surge do pensamento científico.

Além das carências apresentadas serem diferentes e específicas no caso de cada comunidade, ao importar uma política pública de uma outra sociedade tida como desenvolvida, – o que ocorre muito pela premissa capitalista e iluminista, ainda constante, de associar o desenvolvimento social com o desenvolvimento industrial e econômico – a resposta de uma comunidade local paranaense, dificilmente será a mesma daquela tomada como exemplo, ou seja, os resultados também não serão os mesmos devido as especificidades de cada cultura e realidade.

De acordo com Boneti (2011), é preciso entender que nem sempre uma política pública vai se concretizar com o objetivo de mudar e intervir na realidade de todas as camadas e grupos de uma sociedade, mas muitas vezes as políticas públicas surgem como respostas a demandas de grupos específicos, sendo importante saber diferenciar as questões privadas das questões públicas.

As políticas públicas precisam ser enxergadas cada vez mais como algo que não pressupõe o universalismo, justamente baseando-se na pluralidade cultural existente no mundo. Sendo assim, as políticas públicas devem surgir como respostas as necessidades locais e não necessariamente ser baseadas em exemplos internacionais ou de outras localidades se a demanda não surgir na realidade próxima.

Assim sendo, é importante sempre associar e pensar em Estado, sociedade civil e agentes sociais de poder de forma interligada, coexistindo como uma rede de poder e de forças que tem como objetivo chegar em um consenso – de certa forma utópico, já que em cada debate ou decisão uma das forças vai se sobressaltar, mas na melhor decisão - para definir as ações e intervenções necessárias por parte do Estado para garantir os direitos, a dignidade e o bem-estar social.

Como colocam Tarragó, Brugué e Cardoso, as políticas públicas não podem ser enxergadas como instrumento ou “caixa de ferramenta” para intervir na realidade apenas por parte dos governantes, afinal, assim, novamente, tenderão a atender questões privadas e particulares de indivíduos que foram “convertidos em consumidores compulsivos, simplesmente porque é impossível agradar a todos.” (TARRAGÓ, BRUGUÉ; CARDOSO, 2015, p.18):

Note-se que o conceito de política pública deve encontrar respaldo em uma ‘ação conjunta’, no sentido de que não se pode delegar a difícil tarefa de formulação das prioridades em um único gestor, como se o mesmo tivesse o dom de solipsisticamente compreender o ‘interesse público’. (BITENCOURT, 2011, p. 108-109).

Ao abordar tal ponto de vista, que apresenta esta correlação de forças, de certa forma até mesmo conflitiva no processo de elaboração e operacionalização das políticas públicas, não é difícil relacionar a ideia também com os pensamentos de Foucault (2009), que expõe o poder como algo que só pode existir em rede, ou seja, com a coexistência de diferentes forças, agentes de poder, todos sendo influenciados e modificados, simultaneamente, pelas diferentes fontes, conceito, o qual, será melhor apresentado no próximo capítulo.

(...) as políticas públicas tendem a ser gestadas no sentido de se estabelecer um vínculo entre a sociedade civil e o Estado, mediante as ações de intervenção na realidade social. Este vínculo se materializa por evoluir o cidadão comum também na cumplicidade de manutenção do sistema e/ou do grupo governante (BONETI, 2011, p. 44).

À vista disso, é preciso apontar, por fim, que as políticas públicas precisam, ou pelo menos deveriam, se aportar em um espaço de comunicação e debates constantes com o objetivo de buscar as melhores soluções visando o benefício e bem-estar para todos os envolvidos por aquela proposta.

Sendo assim, o procedimento ideal para a formulação de uma política pública, como bem colocou Bitencourt, “deve atender aos critérios de uma boa ação comunicativa” (BITENCOURT, 2011, p. 109), para isso é preciso viabilizar uma democracia cada vez mais participativa, que pressupõe o diálogo e o debate entre seus indivíduos.

O diálogo e o debate político, que visa o bem coletivo e a solução para os problemas públicos, segundo Tarragó, Brugué e Cardoso (2015, p. 20-21), é uma das principais necessidades a ser superada pelas sociedades líquidas contemporâneas onde “todos dizem o que pensam, mas quase ninguém pensa no que diz; e todos querem convencer aos demais, mas ninguém quer ser convencido”.

2.1. DEMOCRACIA DELIBERATIVA

O surgimento dos conceitos e debates acerca da democracia deliberativa datam da década de 1960, na Europa, quando alguns movimentos populares, como operários e estudantis, passaram a lutar pelo reconhecimento de suas vozes e necessidades no âmbito político.

Em outras palavras, a democracia deliberativa nasce dos processos de luta por reconhecimento e da busca de classes sociais, até então excluídas da política, por maior envolvimento e participação em processos decisórios que também influíam em suas vidas e condições de dignidade.

De acordo com Herrera Flores (2009) são justamente estes processos de busca por reconhecimento e visibilidade, ou seja, as lutas das mais diversas parcelas da sociedade para adquirir um respaldo para se viver uma vida digna, o que podemos designar verdadeiramente como direitos humanos.

Os principais estudos e conceitos desenvolvidos sobre política deliberativa são do filósofo alemão Jurgen Habermas, os quais se preocupam em possibilitar a participação social no processo democrático a todos os interessados e em todos os níveis dos processos políticos decisórios, promovendo assim uma participação mais direta dos indivíduos na esfera pública.

Ainda, de acordo com este filósofo, as questões sociais e coletivas devem ser objeto de apreciação de toda uma sociedade, de modo assim a possibilitar a viabilização da legitimidade de decisões coletivas baseadas em princípios racionais. Ou seja, para ele, a democracia deliberativa se funda no mútuo entendimento e debate entre as pessoas.

O objetivo final de qualquer processo de deliberação é a transformação social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A única maneira de levar tal propósito a cabo com êxito é promovê-la entre todos. (TARRAGÓ; BRUGUÉ; CARDOSO, 2015, p. 23).

Para que a implementação de uma democracia mais deliberativa tenha êxito, Violin (2020) afirma que este tipo de modelo político requer um amplo acesso às informações completas e sem distorções, principalmente ao tratar de fatos que envolvem as questões políticas, de forma igualitária a todos os seus cidadãos.

No entanto, não é difícil concluir que muitos problemas parecem surgir no momento de transportar esta teoria para a prática, ainda mais quando estamos tratando das grandes e diversas sociedade contemporâneas.

Pensando em elucidar tal transição, Habermas (2003) apresenta o conceito de esfera pública, o qual seria o local de encontro dos diferentes interesses presentes na sociedade, de maneira plural, e quanto mais as sociedades avançam, mais esta esfera de interesses se veem mediadas pela linguagem, ou seja, pela comunicação.

É importante ressaltar que a esfera pública habermasiana não precisa, necessariamente, existir como um espaço ou território físico específico e concreto. Esta também, pode existir em um âmbito abstrato contanto que gere o debate entre diferentes cidadãos da sociedade visando a melhor resolução para os problemas que afetam uma sociedade como um todo, visando assim, a democracia participativa.

Portanto para que seja efetiva, faz-se necessária então a participação de diferentes sujeitos inseridos nessa realidade, tendo eles diferentes competências e papéis dentro do grupo. Tarragó, Brugué e Cardoso (2015) apontam que por mais que

no Brasil, o funcionamento da democracia representativa preveja a votação direta para eleger representantes de todas as diferentes parcelas da população, quando o fazem, os cidadãos, pouco conhecessem sobre o plano de medidas de cada candidato e partido, sem nem mencionar o fato de que, em muitos casos, estes programas nem ao menos são cumpridos.

Sendo assim, os autores bem colocam que uma democracia mais participativa seria a melhor alternativa para ampliar a visão das diferentes realidades enfrentadas em um país tão plural como o Brasil.

Neste mesmo vértice, Habermas (1997) defende que a operacionalização das políticas deliberativas depende da institucionalização dos procedimentos e das condições de comunicação. De acordo com as concepções habermasianas é neste sentido também que é possível transformar o poder comunicativo em poder administrativo.

Para Habermas (1997), a alternativa à esta tendência seria a Teoria do Agir Comunicativo, sendo a ação comunicativa o processo pelo qual busca-se o entendimento mútuo de diferentes propostas baseando-se no debate lógico e racional, buscando assim, através da argumentação politizada o encontro das soluções para os problemas da sociedade.

Neste debate devem ser expostos ideais baseados na racionalidade, sendo assim enquanto acontecem em esfera pública contando com o interesse público, tendem a ser expostos apenas temas de caráter coletivos, já que argumentos individuais em tese são refutados pelo público.

Faria (2000), explica tal ideia ilustrando que a opinião pública, através do poder comunicativo, transformada então em poder administrativo, teria capacidade, de acordo com as leis que regem o processo democrático, não de reger o sistema administrativo, mas sim de direcioná-lo. Sendo assim, esta seria uma forma de monitorar e até pressionar o exercício político, fato que garante à esfera pública a capacidade de expor os problemas que devem ser analisados e trabalhados pelo Governo estatal.

É importante ressaltar, que, como explicam Tarragó, Brugué e Cardoso, na democracia participativa não se convoca a sociedade para tomar todo o tipo de decisão, bem como, não se tira o poder dos governantes, apenas retorna ao cidadão o direito à informação à medida que faz com que os representantes eleitos, antes de tomar qualquer decisão importante impondo medidas que afetem diretamente a vida

em sociedade, precise “informar as pessoas, gerando um diálogo coletivo para dotar tais decisões de inteligência” (TARRAGÓ; BRUGUÉ; CARDOSO, 2015, p. 12).

Faria (2000) ao tratar do tema, expõe tais fundamentos ao explicar que a esfera pública seria então um espaço que tem como objetivo refletir as vontades coletivas sendo “o local no qual os problemas que afetam o conjunto da sociedade são absorvidos, discutidos e tematizados” (FARIA, 2000, p. 53). Esta seria uma oportunidade de gerar o que Tarragó, Brugué e Cardoso (2015, p. 21) denominam a “inteligência coletiva”.

Referimo-nos a um diálogo autêntico, isto é, à construção de políticas públicas a partir do intercâmbio de argumentos razoáveis, do respeito mútuo, da cooperação e da empatia que se gera quando somos capazes de nos colocar no lugar dos outros. (TARRAGÓ; BRUGUÉ; CARDOSO, 2015, p. 21).

Segundo Cohen (1989, p. 92, apud FARIA, 2000, p. 50), a democracia deliberativa, proposta por Habermas, pressupõe o debate e a participação de cidadãos que “compartilham um compromisso para a solução dos problemas” coletivos. Não obstante, é necessário ressaltar que os envolvidos neste debate de ideias precisam se encontrar em certa posição de igualdade apresentando assim iguais chances de contribuição. Ou seja,

na prática, os membros de uma determinada comunidade de linguagem têm que supor que falantes e ouvintes podem compreender uma expressão gramatical de modo idêntico. Eles supõem que as mesmas expressões conservam o mesmo significado na variedade de situações e dos atos de fala nas quais são empregadas. No próprio nível do substrato significativo, o sinal tem que ser reconhecido como sendo o mesmo sinal, na pluralidade de eventos significativos correspondentes. (HABERMAS, 1997, p. 29).

Neste sentido, deduz-se que para que a Esfera Pública habermasiana tenha, de fato, êxito nas sociedades contemporâneas, seria necessário presumir um debate plenamente racional. Portanto, ter como objetivo uma sociedade que dialogue mais, seria também, ao mesmo tempo, buscar uma sociedade menos desigual.

Certamente, pressupor essa situação de determinada igualdade em um país com realidades tão distintas como o Brasil é complexo quando conceitos da própria semântica linguística podem apresentar ruídos de comunicação, por isso, para atingir este objetivo é de extrema importância que o país conte com políticas públicas educativas que visem minimizar as diferenças educacionais de acesso ao conhecimento.

Todavia, é possível afirmar ainda que o próprio conceito das Políticas Públicas em nosso país é construído através do debate e da comunicação, já que,

(...) a Constituição não estabeleceu juridicamente um conceito de política pública e sequer definiu exaustivamente um rol de políticas públicas de ação governamental, e nem o poderia fazer, na medida em que uma política pública visa justamente atender uma necessidade a partir de uma realidade histórica, social e cultural dentro de um espaço de tempo (BITENCOURT, 2011, p.107).

Sendo assim, enquanto as políticas públicas, como já apresentado, seriam um instrumento para os próprios cidadãos garantirem as suas próprias necessidades através de constante interlocução, atualmente, em verdade, são os movimentos sociais que buscam representar, em seus lugares, um novo caráter para a elaboração e implementação de políticas públicas, e que visa o resgate do reconhecimento da singularidade dos grupos sociais mais prejudicados e que não dominam nem estes conhecimentos.

Mesmo este papel sendo extremamente importante, ainda assim, a participação dos indivíduos enquanto sociedade civil nos debates de assuntos de interesses coletivos também é essencial, tanto para se atingir um objetivo de transformação da realidade social mais efetivo, bem como para educar politicamente uma população que precisa melhor conhecer os seus direitos e as suas possibilidades para o fazer valer.

No presente trabalho, analisa-se a visibilidade propiciada pelos meios de comunicação de massa, como uma das formas também de recriar uma esfera pública, onde podem acontecer debates entre pessoas de diferentes ideais, além deste ser um meio para trazer ao conhecimento dos cidadãos os espaços deliberativos proporcionados pelo próprio Estado, para então influenciar e pressionar este órgão para atuar de modo a verdadeiramente proteger e garantir os direitos fundamentais e a dignidade humana.

Nas sociedades democráticas contemporâneas, os arranjos institucionais são mecanismos de controle político e social muito fortes, o que impacta diretamente no campo dos direitos humanos e consequentemente das políticas públicas, mas vale ressaltar que espaços de deliberação popular proporcionados pelo governo não são utópicos e sim, apenas, desconhecidos por grande parte da população.

2.2. ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 prevê espaços de participação direta do cidadão brasileiro na formulação, na implementação e no monitoramento de políticas públicas. É justamente à esta participação que designamos parte do conceito de cidadania, a qual foi conquistada ao longo da história após a mudança de percepção apontada por Bobbio (2004), e já apresentada nesta pesquisa, com o início da inversão da relação Estado/súditos para Estado/cidadãos.

A cidadania é um conceito conquistado historicamente. Ela é uma superação da posição de súdito. O súdito é um objeto das decisões do Poder. O cidadão é o sujeito das normas e ações do poder. Se o Estado dispõe ainda de instrumentos para controlar os cidadãos, estes têm em suas mãos os instrumentos de sobrevivência ou não desse Estado. (AGUIAR apud VASCONCELOS, 2002, p. 51).

Porém, um dos fatores que mais fragiliza a operacionalidade destes espaços e conselhos deliberativos em funcionamento na política brasileira é, além da falta de conhecimento das possibilidades de participação por parte da sociedade civil, a falta da tradição participativa na política nacional.

A sociedade brasileira tem a sua ideia de participação política, quase que em sua totalidade, voltada única e exclusivamente para o momento do voto nas eleições e, tampouco, podemos dizer que se têm trabalhado para estimular uma nova educação com o objetivo de ressignificar essa cultura.

De acordo com Tarragó, Brugué e Cardoso (2015, p.14) este é um dos principais e primeiros fatores que precisa ser superado para caminharmos em direção à uma democracia mais participativa, para “transitarmos do discurso da efetividade a efetividade do discurso”.

Por isso é tão importante que existam meios para que os indivíduos tenham conhecimento destes espaços de deliberação além dos objetivos e propostas de políticas públicas sendo elaboradas ou votadas pelos governantes. Para tanto, cita-se aqui novamente a importância do papel dos meios de comunicação de massa, como a televisão, e mais especificamente o telejornalismo para tal.

Mas para que isso seja efetivo, veículos de comunicação de massa, bem como, os profissionais que nele atuam não podem deixar de visibilizar as possibilidades de participação e diálogo e nem mesmo assuntos de interesse público.

Os cidadãos estão relegados a um papel passivo na vida política, porque o seu poder de influência está limitado a votar uma vez a cada quatro anos, em um contexto socioeconômico no qual tudo muda a uma velocidade vertiginosa. Como se isso fosse pouco, grande parte dos meios de comunicação não apenas se torna mais dependente de certos interesses econômicos e políticos, mas também parece ter renunciado à sua responsabilidade de controlar os governos e defender o interesse público (TARRAGÓ; BRUGUÉ; CARDOSO, 2012, p. 15).

De um modo geral, as audiências públicas são eventos pontuais, ou seja, que ocorrem em momentos específicos do ciclo do processo democrático das políticas públicas e referem-se a um objeto específico também. Por isso, normalmente existem vários conselhos em um único município, pois cada um tem como objetivo tratar de uma área específica de atuação do Governo e do interesse público.

Os conselhos com participação popular são uma das principais bandeiras da Constituição de 1988. São órgãos de co-gestão e podem ser bipartites (sociedade civil e governo), tripartites (empregados, empresários e governo), entre outros modelos. Podem ser participativos ou deliberativos, cabendo nesses aos seus membros a tomada de decisões, de assuntos de sua competência, controlando e fiscalizando, devendo a Administração Pública acatar suas decisões (VIOLIN, 2020, p.106).

Ou seja, todo governo estadual ou municipal no Estado democrático brasileiro prevê a realização não de apenas Audiências Públicas, mas também de Conselhos, Consultas Públicas ou sessões deliberativas que são instrumentos de apoio à tomada de decisão governamental, através dos quais a sociedade civil é consultada, previamente, para envio de críticas, sugestões e contribuições sobre propostas iniciais de normativos ou de normas.

Ainda que essa participação se limite a ambientes locais para a resolução de necessidades mais imediatas e próximas, além de apresentar algumas restrições visando o melhor funcionamento das reuniões, como, por exemplo, o limite de tempo de fala e a necessidade de uma inscrição prévia, destaca-se por levar em consideração as necessidades específicas vivenciadas na prática pelos cidadãos.

Além disso, as conferências nacionais também são uma realidade no Brasil desde 1930, quando, de acordo com Avritzer e Souza (2013), Getúlio Vargas convoca

as primeiras conferências de consulta sobre educação e saúde. De acordo com os autores, foi a partir de 2003 que as conferências passaram a ser ampliadas e a adquirir mais adeptos no país, principalmente na área das políticas sociais, fato que, desde então, já reflete em consequências e resultados para a sociedade civil que assim é capaz de pautar algumas mudanças e implementações pelo Governo, cita-se o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e políticas de defesa de direitos humanos.

Isto posto, é necessário entender, como explicam Faria e Lins (2013), que as conferências públicas estão previstas em lei, no entanto, são convocadas única e exclusivamente pelo governo ou por resolução dos próprios conselhos, os quais também são os responsáveis por definir e delimitar os temas que estarão em discussão, definindo cronogramas e regulamentos para a implementação dos mesmos.

Mesmo assim, como bem colocam Avritzer e Souza (2013), as conferências nacionais, bem como os diferentes espaços que possibilitam a deliberação sejam estes de ambiente municipal ou estadual, são de extrema importância por abrir à sociedade civil a possibilidade “de estabelecer pontos de veto sobre determinadas políticas do governo”. Sendo assim, tanto em sua função propositiva quanto também em sua função de veto, os espaços de participação são essenciais por possibilitar “uma arena central de discussão em diferentes áreas de políticas públicas” (AVRITZER; SOUZA, 2013, p. 11).

Para Avritzer e Souza (2013), as conferências públicas são uma forma de participação que consiste em alinhar as agendas do Estado e da sociedade civil. Através do desenvolvimento de diferentes etapas resultam em um documento publicado em caráter oficial e encaminhado ao governo, podendo assim, de acordo com o que foi deliberado, impactar em diferentes aspectos e áreas da vida pública direcionando o poder público.

Tais espaços, ao entrarem em contato entre si e com cidadãos individuais, podem encorajar a troca de ideias entre atores com perspectivas diferentes, conectando o discurso público mais amplo com conversações e decisões das elites políticas (FARIA; LINS; PETINELLI, 2011, p. 5).

O que não se deve conceber, no entanto, é a participação apenas de uma parcela seleta e elitizada da sociedade civil, a qual, por consequência não irá representar as necessidades e ideias de todas as camadas e classes sociais uma

sociedade. Já que os espaços de deliberação precisam imprimir uma realidade pluricultural e diversa para transparecer a realidade, “(...) as conferências nacionais são uma forma ampla de participação, na qual é importante verificar a presença das minorias” (AVRITZER; SOUZA, 2013, p.19). Daí se dá novamente a importância dos veículos de comunicação para a divulgação deste processo.

Tarragó, Brugué e Cardoso (2015), apontam esta mencionada falta de participação, ou, melhor dizendo, a participação sempre dos mesmos indivíduos – uma minoria – quando existem as possibilidades de diálogo público hoje é um dos poucos argumentos contrários definitivos à democracia participativa, visto que, para que uma consulta seja efetiva é essencial que ela conte com uma amostra diversa da sociedade.

Sendo assim, é importante ressaltar que os autores abordam a necessidade de uma participação de qualidade e, não, necessariamente, de quantidade. É justamente por isso, que superá-la, suscitando o interesse político cidadão das diferentes parcelas e grupos sociais é cada vez mais determinante.

Sobre tal realidade no Brasil, Tarragó, Brugué e Cardoso (2015) reconhecem já existe um movimento, não apenas político, como também acadêmico que visa despertar a atenção para o assunto, no entanto, está ainda não é completamente eficaz já que “não está difundida como prática comum no país, nem na relação governo-sociedade, nem no interior das administrações públicas, ainda mais diante da enorme heterogeneidade que marca a dinâmica federativa nacional.” (TARRAGÓ; BRUGUÉ; CARDOSO, 2015, p. 14).

Sendo assim, é possível considerar a Teoria do Agir Comunicativo e a Esfera Pública, de Jurgen Habermas (2003), elemento essencial no processo democrático das políticas públicas no Brasil, tendo em vista a importância dos espaços participativos e deliberativos em políticas públicas. O que será aprofundado na sequência é a necessidade de para além de viabilizar os espaços, sua inserção na mídia.

Como bem colocou Boneti (2011), o processo de operacionalização das políticas públicas acontece em três principais etapas, sendo a primeira delas conhecida como “gênese” de todo o debate social, seguido então da “atuação dos burocratas”, que tem como objetivo materializar um projeto de intervenção na realidade, e, enfim, a fase da sua execução. Lembrando, no entanto, que “em nenhum momento as políticas públicas deixam de constituir em fato político” (BONETI, 2011,

p. 49), ou seja, ao longo de todas as etapas ela segue sendo assunto de interesse, também, da sociedade civil.

Tarragó, Brugué e Cardoso (2015) apontam em seus estudos três condições as quais consideram indispensáveis na construção de um diálogo autêntico e de uma democracia participativa, são eles: “explicar-nos”, “ouvir” e “prestar contas”.

A primeira condição está relacionada ao, já mencionado, direito do cidadão de acesso à informação, afinal nenhum diálogo pode ser construído sem que os envolvidos tenham conhecimento prévio sobre o assunto em questão.

A segunda premissa está relacionada à capacidade de ouvir, e, até mesmo, a disposição dos envolvidos de serem convencidos por um lado oposto do diálogo, por um ponto de vista diferente ao seu, mas que se prove, possivelmente eficaz. Tal característica se tornou extremamente escassa e rara na atual sociedade brasileira, onde os próprios agentes políticos fecharam o diálogo para com os pensadores e defensores de ideias opostas às suas, não os possibilitando nem ao menos a exposição e a defesa, ou seja, o diálogo.

Para que isso seja possível, ao menos em um primeiro momento frente a realidade enfrentada no país, os autores propõem que sejam estabelecidas e acordadas regras claras para o procedimento do diálogo em esfera pública, dentre estas estariam envolvidos itens como: “respeito mútuo, visão coletiva, predisposição em mudar de opinião, mente aberta, vontade de cooperação, empatia etc.” (TARRAGÓ; BRUGUÉ; CARDOSO, 2015, p. 22).

Por fim, em terceiro lugar, estaria a necessidade de oferecer respostas públicas com os resultados concretos e as decisões tomadas neste ambiente de participação, ou seja, é extremamente necessário que os cidadãos entendam como as suas contribuições do diálogo foram recebidas e incrementadas nas decisões de fato.

A qualidade de um processo deliberativo não depende do grau de vinculação que a administração pública estabelece com respeito às conclusões do diálogo gerado entre os participantes. Uma vez que o conflito é inevitável, o consenso não existe e as opiniões são diversas. A qualidade fundamental de qualquer processo de participação é a sua capacidade de inovar e gerar novos conhecimentos para resolver os tais problemas malditos (TARRAGÓ, BRUGUÉ, CARDOSO, 2015, p. 23).

Destacando neste momento a primeira premissa apresentada pelos autores, é neste perfil que se apresentam, então, novos agentes responsáveis pela construção

de uma democracia mais participativa e, conseqüentemente, influente no processo de formulação de políticas públicas. Destacam-se aos olhos que poucos são os agentes que tem força para visibilizar e informar a população sobre este tipo de participação trabalhando como uma forma de convocação, bem como monitorar e pressionar o exercício político a favor dos direitos fundamentais, como a mídia de massa.

O pesquisador Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (2014) imprime o conceito de que é a partir da edição de um telejornal no final do dia, por exemplo, que o mundo é contextualizado para a sociedade. Sendo assim, este tipo de canal de informação precisa ser estruturado para agir garantindo o direito da sociedade civil de estar bem informada e, conseqüentemente, mais bem preparada para o debate público.

Como bem colocam Tarragó, Brugué e Cardoso (2015), através de uma linguagem simples e uma informação clara e de qualidade é possível atrair a atenção do cidadão para os assuntos de interesse público.

Entretanto, é preciso entender como os processos sociais mudam ou são influenciados pela presença da mídia e do jornalismo, e, mais ainda, se o telejornalismo atualmente está ou não agindo em fortalecimento e contribuindo assim para a formação e consolidação de uma democracia mais deliberativa.

3. O DESENVOLVIMENTO DA MÍDIA NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

É sabido que, independentemente dos períodos históricos, os seres humanos respondem às necessidades sociais históricas por meio do trabalho e atividades que atendem e garantem à sobrevivência e aos interesses da coletividade. Processo que, de maneira evidente, se aprofunda diante da complexidade da sociedade moderna.

Assim, vale-se ressaltar que a comunicação surge nas sociedades como uma necessidade de atividade social para transmissão e recepção de informações ou experiências essenciais para a garantia da segurança e da sobrevivência do grupo.

Com o passar dos anos a palavra “comunicação” passou a ser utilizada em diferentes contextos e situações, por isso, é importante lembrar aqui, que no sentido original da palavra, ela tem o significado de uma “ação de tornar comum”, ou seja, literalmente “o fazer saber”.

Segundo Thompson (1998), em virtude de ampliar a capacidade de fixação dessas informações e sabedorias, além de possibilitar a criação de uma forma segura de armazenamento, principalmente pelos líderes de comunidades, é que surgem nas civilizações os “meios técnicos”, os quais também tornam possível, ainda, a replicação de informações às futuras gerações.

O principal exemplo são as primeiras formas de escrita que possibilitam mais facilmente a sua reprodução, ou seja, passam a viabilizar a capacidade de multiplicar essas informações para as novas gerações dos próprios grupos sociais.

Para tanto, neste mesmo sentido, é possível identificar que, desde o seu surgimento, todas as sociedades humanas estão pautadas na tendência de atribuir valor à opinião de seus integrantes, respeitando, principalmente a liderança do grupo e os seus direcionamentos, figura enxergada como a detentora da informação.

Quer dizer, dentro dessas sociedades, sejam elas quais forem, sempre existiram relações de poder sendo exercidas de alguma forma desde os primórdios, e a todo momento, de modo a dinamizar a vida em coletivo.

Nada obstante, com o passar do tempo, com a evolução das sociedades e a grande expansão dos grupos, se encontra necessário um tratamento igualitário a todos os seus integrantes, seja de proteção contra perigos externos ou de dignidade, tratando-se de problemas internos.

Sendo assim, o poder não mais poderia ser compreendido unilateralmente, como nos primórdios, com a existência de imposições do pensamento ou da vontade

de um líder ou de um único grupo a todos os demais. Assim surgia a necessidade de um repensar do exercício do poder.

Para Foucault (2009) não existe poder puro e simplesmente, mas, sim, apenas relações de poder atuando em rede, que através do desempenho de seus instrumentos acessados por diferentes agentes é constituído, construído e mutatório.

O poder foucaultiano pode “dançar”, ou seja, variar constantemente de acordo com qual dos seus agentes exerce mais “força” no presente momento. Sendo assim, poder, na concepção foucaultiana não seria algo que se tem, não existe um único e exclusivo centro ou fonte de poder e por isso, o poder seria algo que se exerce, e, somente se exerce, em rede. Portanto, o poder na concepção de Foucault tem características fluídas e que assim, se adaptam bem à atual realidade que vivemos, em uma modernidade líquida, já apresentada, conceituada por Bauman (2001).

Dentro desta rede, na atualidade, aponta-se a comunicação, e, mais especificamente, os veículos de comunicação, também como agente ativo desta rede de poder, já que são capazes de controlar, debater conhecimento e até disciplinar uma sociedade, o que se aprofunda no contexto de modernidade e de desenvolvimento do capitalismo.

Outro sociólogo francês, Pierre Bourdieu, também desenvolveu um conceito diferente de poder conhecido por poder simbólico. Bourdieu (1989) acreditava que o poder é responsável pela construção de realidade, bem como, da implementação de ordem através da influência de estruturas e sistemas simbólicos que se apresentam à sociedade como espontâneos, uma ordenação que, por isso, privilegia certos grupos ou parcelas da população em detrimento de outros, já que certos agentes estão em desigual nível de preparação para o diálogo e a comunicação que é sempre vista por ele como uma relação de poder.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os Sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BORDIEU, 1989, p. 11).

No entanto, a conceituação desenvolvida por Pierre Bourdieu (1989) também pode dialogar com o conceito foucaultiano de poder a medida em que o mesmo é entendido como uma configuração que acaba determinando a atuação da sociedade

e conseqüentemente na forma adotada na vida em sociedade, além de hierarquizá-la então em posições diferentes.

Ambos os autores, defendem uma ideia de exercício de poder que ocorre de maneira muito mais branda do que geralmente se imagina, já que a ação dos agentes de poder elencados acontece de forma constante e rotineira, o que leva à interferência também da rotina e dos processos de tomada de decisão dos diferentes indivíduos da sociedade em questão, conceitos para o qual, novamente, aponta-se a comunicação e os veículos de comunicação como agentes e estruturas de influência.

De acordo com Cardoso (2007) a comunicação é o processo base de qualquer organização social. Neste sentido, torna-se imprescindível destacar aqui, o surgimento da Mídia, que impacta diretamente no desenvolvimento político e econômico das sociedades e dos Estados, com a exploração comercial da reprodução das informações aos indivíduos das sociedades.

O surgimento da imprensa, como conhecemos hoje, só é possível devido à invenção da chamada “prensa móvel”, fato que acontece na segunda metade do século XV e que tempos depois, devido à algumas adaptações e desenvolvimentos torna possível a fabricação de jornais e folhetos periódicos, dando origem, de fato, aos primeiros registros de que se têm conhecimento da Indústria da mídia, processo que ocorre durante a segunda metade do século XVII.

O desenvolvimento da imprensa, que só foi possível graças ao desenvolvimento do sistema mecânico de tipos móveis pelo alemão Johannes Gutemberg, revolucionou completamente os padrões de comunicação vistos até então no mundo. Em meio a este cenário, a época ficou conhecida como a Revolução da Imprensa.

Claro que, antes do surgimento da imprensa e dos periódicos, a comunicação, com significado já apontado anteriormente, já existia e já era essencial para as comunidades. “Antes do advento da imprensa, um número de redes regulares de comunicação tinha sido estabelecido através da Europa” (THOMPSON, 1998, p. 63), mas, até então, como aponta Thompson, essas eram redes de trocas de informações apenas se estabeleciam entre as principais sedes de poder da época, ou seja, eram exclusivamente controladas pela Igreja Católica, pelas autoridades e pelas elites políticas que defendiam tão somente os seus próprios interesses.

Bucci (2019, p. 27 - 28) também cita a troca de informações que prevalecia na Europa através das trocas de correspondências que acabou por formar uma rede

entre comerciantes, por exemplo, para a troca de informações econômicas que acabaram por dominar a orientação e variações dos mercados. Os diálogos informativos tratavam sobre “cotações de preços, estimativas de safras, volumes de cargas em transporte, datas previstas para entregas de especiarias, etc.”

Este foi o primeiro momento o qual, de acordo com Bucci (2019, p. 28), além de demonstrar o seu valor para a vida em sociedade, a própria informação passou a ser enxergada como uma mercadoria em si, já que passaram elas mesmas, a ter um “valor comercial”.

Mas na verdade, nunca antes a sociedade teve um acesso tão livre e direto à conteúdos informativos como lhes foi proporcionado com o advento e popularização dos primeiros jornais impressos. O aparecimento de publicações periódicas trouxe a conhecimento dos cidadãos civis informações políticas, comerciais e sociais das quais antes os mesmos nunca teriam acesso, o que revolucionou completamente a visão e a percepção de mundo da sociedade. Fato que transformou a comunicação, melhor dizendo, os meios de comunicação de massa em agentes ainda mais fortes do poder.

É essa mudança de visão a qual Thompson denomina “mundanidade mediada” – a remodelação da concepção de realidade para um alcance fora da própria experiência pessoal de cada indivíduo. Como ressalta o autor, “o desenvolvimento dos meios de comunicação modificou o sentido de pertencimento dos indivíduos – isto é, a compreensão dos grupos e das comunidades à que eles sentem pertencer” (THOMPSON, 1998, p. 39).

Desta forma surge na história o comércio de notícias, folhetos contendo as informações diárias ou às vezes semanais, dependia de cada comunidade, eram impressos aos milhares e vendidos pelas ruas da cidade.

Certamente, não é possível e sequer justo comparar a tiragem de circulação desses folhetins da época com os padrões dos jornais periódicos atuais, o qual inclusive já diminui consideravelmente frente às novas revoluções tecnológicas, mas, mesmo assim, é preciso dar créditos ao fato de que isso causou inúmeras revoluções às sociedades da época e ressaltar que foi isto que deu início ao debate social envolvendo diversos novos indivíduos e agentes que de certa forma eram deixados de lado nas discussões, bem como, assuntos de interesse público.

Durante essas fases iniciais, do surgimento do exercício jornalístico e da mídia, a audiência da imprensa periódica era relativamente pequena e especializada, como é até hoje em alguns setores da mídia, mas por diferentes quesitos.

Como aponta Thompson (1998), naquela época isso acontecia por conta de algumas barreiras técnicas como a dificuldade de comercialização em todas as áreas de civilização dos países europeus e ainda pelo fato de nem todos os indivíduos dominarem a leitura e a escrita, o que impedia o consumo individual das informações publicadas.

Hodiernamente, as menores audiências para cada tipo específico de mídia se dão simplesmente pela tendência à segmentação na produção dos conteúdos, que já são elaborados de maneira direcionada à públicos bem específicos, e ainda pela grande gama de opções de locais e plataformas pelos quais o consumidor pode optar por obter as mesmas informações, com diferentes focos.

Ainda assim, é importante ressaltar, como relembra Thompson (1998) que geralmente a leitura das notícias à época do surgimento dos primeiros periódicos se dava, muitas vezes, em grupos, em voz alta, em praças e espaços públicos da cidade, justamente pelo fato de não serem todos os cidadãos a dominar o conhecimento do alfabeto, o que não anula o fato de que todos, mesmo sem dominar a leitura, tinham o interesse e a curiosidade sobre as novas e “valiosas” informações que a partir daquele momento passaram a ser publicadas rotineiramente.

Diariamente crescia o interesse pelas informações, sendo elas do cotidiano próximo daquela sociedade, mas, especialmente, quanto às realidades relativamente distantes, já que, segundo Thompson (1998), muitos desses primeiros periódicos enfatizavam os acontecimentos estrangeiros, da Europa, os quais, anteriormente, não estavam disponíveis àqueles indivíduos. Tais processos e evoluções somente faziam crescer a cada dia o poder de influência da informação, bem como da comunicação nas sociedades e nas, já apresentadas, redes de poder.

Afinal, é preciso perceber que, ao ter o contato com as informações dos folhetins de notícias, a maior parte dos cidadãos dessas sociedades, que liam ou escutavam as informações por outros “ficavam conhecendo fatos acontecidos em lugares os mais distantes da Europa – fatos que eles nunca poderiam testemunhar diretamente, em lugares que eles certamente nunca iriam visitar” (THOMPSON, 1998, p. 65).

Estes, [os periódicos] eram uma miscelânea de sentenças oficiais ou oficiosas, decretos do governo, folhetos polêmicos, descrições de eventos particulares tais como encontros militares ou desastres naturais, relações sensacionalistas de fenômenos extraordinários ou sobrenaturais, como gigantes, cometas e aparições (THOMPSON, 1998, p. 64).

Observa-se nesse momento então, o surgimento de um novo tipo de esfera pública para época, que, de maneira extremamente simplificada aqui, pelo fato de já ter sido melhor apresentada, pode ser entendida como “a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, 2003, p. 42). Ou seja, novos indivíduos passaram a enxergar a possibilidade de fazer parte do debate social, neste momento, em que tinham acesso e conhecimento das informações.

Além disso, observa-se neste momento também, o início da formação da chamada “opinião pública”, ou seja, uma reestruturação da maneira pelas quais as pessoas se relacionavam entre si e conseqüentemente debatiam assuntos e problemas cotidianos entre si.

Também é importante ressaltar aqui a observação colocada por Violin (2020), de modo que não exista confusão entre o público em geral impactado pelas informações veiculadas pela grande mídia e o conceito de opinião pública. O Autor explica que esta surge a partir do contato com a informação, no entanto, “só vem à tona depois de passar por uma série de processos muito mais complexos de informação e interação discursiva entre cidadãos” (VIOLIN, 2020, p. 95).

Para Thompson (1998) o advento da mídia ainda está ligado também ao surgimento do mundo capitalista e, por outro lado, ao enfraquecimento das estruturas simbólicas que marcavam as sociedades do período medieval. Como já apontado no presente trabalho, o surgimento da imprensa periódica foi responsável pelo enfraquecimento das antigas redes de comunicação que eram dominadas exclusivamente por essas sedes de poder:

O desenvolvimento das primeiras máquinas de impressora foi assim parte e parcela do crescimento da economia capitalista no fim da Idade Média e início da Europa Moderna. (...). O advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes de poder simbólicos que escapavam ao controle da Igreja e do Estado, mas que a Igreja e o estado procuraram usar em benefício próprio e, de tempos a tempos, suprimir (THOMPSON, 1998, p. 54).

O mundo capitalista provocou transformações profundas na vida tanto da sociedade civil e/ou burguesa quanto das elites e dos governantes do Estado, modificando as relações pessoais, vividas até então, para relações de mercado, o que jamais se tinha experimentado antes.

A burguesia promoveu transformações radicais no plano de produção e nas relações de produção, desenvolveu meios técnicos e promoveu enriquecimento sem precedentes. Ultrapassou fronteiras e as ampliou, construindo um mercado mundial. (GURGEL; RIBEIRO, 2011, p. 16).

A partir do momento em que os indivíduos têm acesso livre às informações rotineiras e problemas cotidianos nos jornais e folhetins, muda-se completamente a percepção de mundo da sociedade e conseqüentemente a sua maneira de pensar e avaliar as situações e, principalmente, as ações dos seus representantes.

No entanto, é preciso observar também, que a partir do momento em que a mídia vira uma instituição capitalista e a notícia passa a ser tratada como uma mercadoria, ela também adquire um valor no mercado, além do poder já mencionado, que é ausente a qualquer outro tipo de mercadoria.

Como explica Fonseca (2004) as informações têm tanto poder que:

(...) podem causar danos a pessoas, instituições, grupos sociais e sociedades, na medida em que, no limite, as notícias possuem o poder de fabricar e distorcer imagens e versões a respeito de acontecimentos e fenômenos, simultaneamente à sua função de informar (FONSECA, 2004, p.14).

A própria Mídia ao longo do tempo sofreu impactos gerados pelas transformações e os novos horizontes trazidos por esta nova ordem mundial capitalista. Ao parar para analisar constatamos, por exemplo, que informações sobre a Primeira Guerra Mundial demoraram quase sete anos para atravessarem o mundo e serem divulgadas do outro lado do Oceano.

Hoje, no entanto, as notícias passam a atingir o seu receptor quase que instantaneamente no momento de sua ocorrência; isto é, em cerca de sete segundos as informações, que podem ser vistas como produtos jornalísticos, se tornam de conhecimento público, independente de em qual parte do mundo elas estejam ocorrendo, bem como, em que local do mapa encontra-se o receptor.

Como designou Thompson (1998, p. 36), a mídia foi responsável por causar uma “disjunção entre tempo e espaço”, já que as notícias passam a ser transmitidas para “distâncias cada vez maiores em tempos cada vez menores”.

Com essa ampla capacidade de acesso, amplia-se também grandiosamente o público atingido pela informação. Com o advento de mídias como o rádio e a televisão, por exemplo, a barreira da escrita não é mais um empecilho para o consumo

da informação e todas as parcelas da população, até mesmo os desfavorecidos passam a ter acesso ao seu conteúdo de maneira mais fácil.

“Enquanto os jornais dos séculos XVII e XVIII tinham como alvo principal um setor restrito da população mais afluyente e mais instruída, a indústria de jornais dos séculos XIX e XX se dirigiu para um público cada vez mais vasto” (THOMPSON, 1998, p. 73). Destacando-se, ainda, o rompimento de uma nova fase com as mídias online, as quais, outrossim, ampliam significativamente o alcance da comunicação e possibilitam o diálogo com públicos cada vez mais diversos.

No entanto, é importante analisar ainda, que esta era do fácil acesso à informação que estamos vivemos hoje, com a grande ascensão da internet, também é responsável pelo desenvolvimento de uma geração que tem alguma dificuldade de aprofundamento nas informações o que consequentemente tem impacto direto na compreensão de algumas notícias frente à grande quantidade de informações que lhes são oferecidas.

Wurman (1991, p.43, apud BUCCI, 2019, p.32) pontua que a “grande era da informação é, na verdade, uma explosão da não-informação”, isso, pelo fato de que com a grande quantidade de informações que lhes são ofertadas de formas cada vez mais ágeis e sem esforço, ou seja, sem que este receptor tenha de fato que buscar pela informação ao buscar por um jornal nas bancas ou por qualquer outra maneira de se informar, faz com que este indivíduo perca a sua capacidade de distinção entre o que é simplesmente mais um dado do que de fato é uma informação relevante.

Frente à essa realidade, é inegável também, que o exercício jornalístico da seleção das notícias e determinação da forma de abordagem da mesma em uma edição seja de um jornal impresso ou de um telejornal, o chamado Gatekeeping, o qual será melhor abordado na próxima seção, para conseguir prender a atenção do seu público e interessa-lo, se torna cada vez mais complexo.

3.1. O DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A evolução da comunicação é constante e, conforme já retratado, a sua extensão, profundidade e o fluxo das informações passaram por diversas e extremas mudanças. Há que salientar que o impacto de novas tecnologias, de novos mercados, assim como das constantes novas descobertas que afloram diariamente, condicionam diretamente a Indústria da Mídia de Massa, e esta, além de se reinventar

constantemente, precisa, ainda, rapidamente processar milhares de informações, divulgando-as a um consumidor exigente, que, hoje, anseia pelo recebimento de informações instantâneas.

De acordo com Lima (2004), as tecnologias da informação e as tecnologias da mídia, passaram nos últimos anos, e ainda passam, por transformações tão radicais que o Autor defende que chegam até a alterar a própria natureza do “processo da comunicação de massa” e consequentemente o seu conceito natural.

Para sustentação de tal ideia, ele aponta três consequências principais causadas por essa revolução. A primeira delas diz respeito à questão econômica e política do setor, já que as empresas de telecomunicações são atualmente detentoras de grandes agentes econômicos, a ponto até de fazer parte do setor político com aumento do poder dos históricos atores privados.

Quer dizer, a imprensa, que inicialmente era vista apenas como uma pequena empresa que visava única e exclusivamente a transmissão de informação, com o objetivo da visibilização dos principais acontecimentos, com o passar dos anos adquire características de uma grande empresa do setor privado, que visa acima de tudo o lucro.

Em sequência, o autor trata a respeito da mudança da própria essência da comunicação, ou seja, das diferenças apresentadas ao que ele intitula “velha mídia” – que basicamente diz respeito à imprensa, ao cinema e à televisão aberta – e a “nova mídia” – que inclui o surgimento de todas as tecnologias digitais e de última geração.

A questão apresentada nesse ponto por ele é a mudança na forma de disseminação da informação, já que a nova mídia é capaz de concentrar diversos produtos (som, vídeo e escrita) em formatos alternativos e “bidirecionais”, ou seja, os espectadores/consumidores tem mais autonomia sobre que tipo de conteúdo eles estão interessados em consumir e quando eles querem consumi-lo, podendo até interagir com eles nos âmbitos digitais.

“Otimistas, chegam a até mesmo a chamar as sociedades desse início de século XXI de ‘sociedades interativas’, muito diversas, com certeza, daquela ‘sociedade de massas’ idealizada no século XIX” (LIMA, 2004, p. 59).

Por último, Lima ainda ressalta a questão da própria semântica da palavra “comunicação”, que já está de certa forma implícita no quesito apontado anteriormente, já que ele se refere aqui “à diluição das fronteiras dos significados das

palavras telecomunicações, comunicações de massa e informática” (LIMA, 2004, p. 31-32).

Ou seja, o que se testemunha hodiernamente com a nova mídia é a integração de todas as áreas das comunicações, o que lhe entrega não apenas a função simplista e originária de “tornar [algo] comum”, mas, também, a possibilidade de englobar muitos outros quesitos além de trazer o fato a público.

Para Lima (2004), tudo isso implica a necessidade de um novo repensar teórico e conceitual da realidade social que está intrinsicamente relacionada às teorias das comunicações vigentes, e a qual ainda está em transformação. Afinal, claramente todas essas mudanças interferem diretamente em diversos campos da vida humana, que, entre outros, estão o das políticas públicas, o mercado de trabalho e até a legislação regulatória.

Habermas (2003) e Thompson (1998), destacam também que com a evolução da maneira de se fazer imprensa surge um novo conceito de publicidade, que passados alguns anos acaba por si só tornando-se um fator financeiro importante que ajuda a impulsionar o crescimento da indústria da mídia.

Afinal, com o aumento do número de leitores dos jornais atraia-se cada vez mais a atenção para a divulgação de propagandas e anúncios em suas páginas, o que levou a indústria midiática a outro patamar financeiro. Esse foi um dos primeiros fatores que transformou os veículos de comunicação em grandes empreendimentos comerciais do setor privado, como já apontado e sustentado anteriormente pelas pesquisas de Lima (2004), com necessidade de grandes receitas financeiras para a sua sustentação.

As informações, então disponibilizadas pelas mídias, participam intimamente da realidade social, trazendo consigo, sobretudo, o poder de mutação e transformação desta mesma realidade a qual foi inserida. Os processos de comunicações incitam interesses das mais diversas áreas. Nesse sentido discorre Sousa (2002, p. 119): “as notícias, ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade.”

Dentro desta grande explosão tecnológica e informacional, acentua-se por vezes o papel da Mídia, a qual atua como filtro seletor das notícias que permearão os noticiários e conseqüentemente a pauta da sociedade, em especial quanto a sua capacidade de propagação de informações.

Não se pode negar ainda, que atualmente as informações não são mais consumidas de maneira linear, já que a internet foi responsável por uma grande revolução nos meios de comunicação e principalmente na maneira em como se consomem essas notícias.

Na verdade, Caparelli e Lima (2004, p. 12) defendem que “a chamada ‘revolução tecnológica informacional’ ou simplesmente ‘as comunicações’ são, ao mesmo tempo, causa e efeito, expressão e elemento organizador da globalização.”

A comunicação, de certa forma, teve um papel extremamente importante nessa revolução tecnológica, afinal, os meios de comunicação foram responsáveis pela multiplicação das informações através das redes de comunicação que cada vez menos encontravam barreiras formando um elo complexo, mas orgânico entre as diferentes sociedades e criando uma espécie de homogeneização entre as diferentes culturas, como se reestruturando as noções até então conhecidas do tempo e do espaço.

Como já foi apontado, atualmente são necessários apenas segundos para que uma notícia atinja o seu receptor onde quer que ele esteja e onde quer que o fato tenha ocorrido, e, conseqüentemente, é cada vez maior o número de receptores dessas informações devido aos citados avanços tecnológicos e a globalização que permite que ela esteja a um toque de distância.

Por isso, o impacto do exercício jornalístico, que atua no garante do direito à informação, também é cada vez maior e mais complexo para que seja possível captar a atenção do receptor. Analisando tais impactos por essa perspectiva, conclui-se que quando efetivos em seus objetivos, muito mais do que simples mediadores de informação, os meios de comunicação passaram a criar novas formas de ação e interação com a sociedade, se tornando ainda interventores da realidade social e sujeitos ativos do exercício do poder.

3.2. O PAPEL DO JORNALISMO NA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA

A visão de Foucault (2009) quanto a sua conclusão de que a instauração da sociedade moderna supôs uma transformação na consagração de novos instrumentos pelos quais se pode canalizar o poder merece o devido destaque. Isto é, sustenta o autor, como já apresentado, que o poder não existe como uma coisa, e o que há são

relações, práticas de poder, tentando pensá-lo de forma inovadora, não apenas como proveniente do campo estatal, uma vez que o poder não é proveniente apenas do soberano, mas também das outras instituições.

Neste sentido, das premissas das relações de poder é possível afirmar que o discurso, em especial o discurso jornalístico, pode ser considerado como uma das principais ferramentas de implantação de noções de verdade na realidade social em que se insere, bem como no processo de legitimação da hegemonia ou de fortalecimento de uma nova cultura.

As sociedades do século XXI já vivem em uma realidade onde a informação assume um alto patamar de importância, visibilidade e credibilidade. Não é à toa que a mídia já é massivamente conhecida como o “quarto poder”, a frente de instituições que nos séculos passados eram muito mais poderosas, como a Igreja Católica, por exemplo.

Desde 1948, com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), mediante os enunciados proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), a comunicação passou a ser reconhecida com um Direito Humano Fundamental, representada pelo direito à liberdade de opinião e expressão contida no Artigo 19 da DUDH:

Artigo XIX. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ONU, 1948).

Hodiernamente, a cada dia mais, a mídia apresenta-se mesmo como um instrumento de poder, ela passou de simples mediadora da informação para um instrumento de intervenção social.

Como afirma Foucault (1996), o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar. No entanto, é importante ressaltar, como bem coloca Violin (2020, p. 73), que o reconhecimento da liberdade de expressão não pode ser visto apenas como direcionada aos veículos de comunicação, “uma vez que também deve ser assegurado o direito à informação do público receptor.”

A liberdade de expressão é um direito fundamental previsto em diversos tratados internacionais de Direitos Humanos, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e engloba diversos níveis dessa liberdade que vão desde

a liberdade de imprensa e de comunicação, com a defesa do exercício jornalístico sem interferência, até a liberdade para manifestações, bem como, o próprio direito de acesso à informação, ou seja, os indivíduos da sociedade precisam ter garantido também diferentes formas para se informar sobre todo o tipo de questão, seja ela política, cultural, social ou econômica

No mesmo sentido, como já foi apontado na primeira parte da presente pesquisa, de acordo com o filósofo Jurgen Habermas (2003), foi por conta da imprensa periódica que surgiu na Sociedade Moderna uma nova esfera pública, que consiste em indivíduos que se reúnem e debatem entre si as normas da sociedade civil e da condução do Estado produzindo assim fóruns de debate público. Sendo assim, a troca de informações e o comércio de notícias foram fundamentais para o desenvolvimento de toda e qualquer sociedade.

Paulo Freire (1971), enfatiza em seus estudos, que a comunicação é a coparticipação de um grupo de indivíduos para o ato de pensar, ou seja, a comunicação social que surge através do comércio de notícias e do debate de informações entre os sujeitos nessa determinada esfera pública, é capaz de criar uma nova realidade social, onde as pessoas passam a criar conhecimento juntas, “dialogar não significa invadir, manipular, ou fazer slogans. Trata-se, isto sim, de um devotamento permanente à causa da transformação da realidade” (FREIRE, 1971, p. 43).

Por isso, defende-se aqui que se torna impossível pensar o desenvolvimento e a evolução dos meios de comunicação sem analisar, concomitantemente, o desenvolvimento social, político e econômico das sociedades. A comunicação, e, conseqüentemente os diferentes veículos de comunicação, estão “na confluência de tensões entre o mercado e a cultura, entre o político e o econômico, entre o coletivo e o individual” (CAPPERELLI; LIMA, 2004, p. 7).

Analisando as últimas décadas, com o início da globalização e com os avanços das tecnologias, a troca de informações adquire a força necessária, até então ausente, para gerar e formar a verdadeira “opinião pública”, que tem o poder e o dever de pressionar o Estado, sobretudo quanto às decisões de interesse público que contribuem para o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos.

De acordo com Gurgel e Ribeiro (2011) é durante o desenvolvimento do modelo capitalista que se intensificam as lutas de força entre as diferentes classes

econômicas, e, conforme já exposto, entrega-se aqui, a mídia como um dos fatores influenciadores desse processo.

É preciso levar em consideração que a mídia passa a visibilizar processos e acontecimentos que até então eram deixados de lado por não serem de conhecimento generalizado na sociedade, cita-se, por exemplo, as desigualdade que, como apontam Gurgel e Ribeiro (2011) não surgiram e muito menos somente se agravaram no século XX, mas sim muito tempo antes, no entanto, é somente com a visibilidade adquirida pela mídia nesta época que estas passam a atingir o conhecimento público de forma mais transparente.

Violin (2020) compara, de maneira metafórica, o que aconteceu neste momento com o início da propagação da mídia e da visibilização dos acontecimentos com a distribuição de megafones aos indivíduos da sociedade civil, os quais então, passaram a ter alguma voz neste processo democrático além de entender e lutar pelos seus direitos à informação, comunicação e liberdade de expressão.

A publicação de informações, que a cada dia que passa se torna acessível para mais e mais receptores, tem a capacidade de desenvolver nesses espectadores, após alguns “auto processos” de reflexão e discussão, uma opinião, melhor dizendo, uma autoconsciência crítica que vai além do simples fato reportado nas páginas dos jornais ou nas telas da televisão.

Essa é a verdadeira formação da “opinião pública”, que tem, ou pelo menos deveria ter, ao contar com a ajuda e a grande visibilidade alcançada pelos meios de comunicação, força suficiente para chamar a atenção de agentes do poder público, e consequentemente influenciar nas decisões de seus governantes para os interesses comuns. “A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil” (HABERMAS, 2003, p. 69).

O que antes era assunto exclusivo do Estado e de seus governantes, passa a dizer respeito também à mídia e consequentemente aos seus consumidores, a sociedade civil. E a formação da tal opinião pública, frente aos mais diversos temas políticos, sociais e econômicos tem força ainda maior para validar a importância da participação desta sociedade civil em decisões importantes como a de desenvolvimento e operacionalização de políticas públicas através espaços deliberativos.

Violin (2020), aponta o acompanhamento, e de certa forma, até mesmo o “controle” das ações do Estado é função intrínseca e essencial dos veículos de comunicação.

Em um Estado Democrático de Direito, não basta que os Poderes públicos constituídos se controlem. É essencial [também] que a população, com a ajuda de uma imprensa plural e heterogênea, realize esse controle popular sobre o Estado e a Administração Pública (VIOLIN, 2020, p. 92).

No entanto, para isso é necessário que tais espaços e acontecimentos sejam também de conhecimento público, com divulgações anteriores aos seus acontecimentos.

3.3. O ALCANCE DA INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A visibilidade alcançada pelos meios de comunicação, como a televisão aberta, por exemplo, que, comparativamente com as outras mídias de comunicação, segue sendo o veículo com a maior audiência no Brasil mesmo com o advento e popularização dos meios digitais, seria então capaz de evitar qualquer tipo de acobertamento de serviços a serem realizados por parte do Estado?

De acordo com a última amostragem deste tipo realizada pelo IBGE (IBGE, 2018), a televisão está presente em 96% dos domicílios brasileiros, enquanto a internet que vêm conquistando o seu espaço como a principal forma de consumo entre as classes sociais mais altas no país, por mais que apresente o seu alcance em expansão em comparação com anos anteriores, ainda está presente em menos de 75% dos domicílios brasileiros.

A diferença ainda é muito grande e mostra que, por mais que as mídias mais recentes estejam ganhando cada vez mais espaço entre a população, a televisão que consegue ter a maior abrangência em um país como o Brasil que possui uma sociedade muito desigual.

Mesmo assim, também é inegável apontar que, atualmente, as diferentes mídias são percebidas em diversos campos da atividade humana e por isso devem ser analisadas como agente de poder no cenário público e político. De acordo com o que conceituou Boneti (2011), tais agentes de poder são pessoas ou instituições que

apresentam o poder de participar ativamente no processo democrático da elaboração das políticas públicas.

Enquanto na sociedade atual é praticamente impossível pensar em esfera pública sem visualizar a mídia como responsável por trazer a informação ao conhecimento e ao debate social, como consequência se torna impossível não a enquadrar também neste papel. Como bem colocou Violin (2020), os meios de comunicação são tão poderosos em nossa sociedade que cabe a eles e, conseqüentemente, aos seus profissionais, determinar o que a população saberá ou deixará de saber, o que será debatido nas ruas, lanchonetes e bares das cidades.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar o pensamento do cientista político norte-americano, Bernard Cecil Cohen (1993, p. 31), sobre a força dos meios de comunicação: *“may not be successful much of the time in telling people what to think, but it is stunningly successful in telling its readers what to think about”*¹, através do qual ele expõe a capacidade da mídia em passar para os seus espectadores sobre o que refletir e não pura e simplesmente exatamente o que se deve pensar.

Por isso, tem-se apontado no presente trabalho a necessidade de analisar o seu impacto no campo do estatal, na fiscalização do papel do Estado como o garantidor dos direitos fundamentais dos cidadãos através da operacionalização das Políticas Públicas, bem como, da visibilização de acontecimentos que pressupõe a participação e a consulta popular, como os espaços deliberativos de audiências públicas, para verificar se esse ‘poder’ está, de fato, sendo utilizado à serviço dos interesses dos cidadãos nesta rede.

No entanto, antes de avaliar se existem fraquezas deste tipo no exercício jornalístico do *gatekeeping*, ou seja, no processo da seleção de fatos a serem noticiados, é imprescindível ressaltar que a própria garantia de direitos básicos, como a educação, por exemplo, é essencial para que a própria informação veiculada pela mídia faça sentido e seja compreendida dentro da realidade do receptor.

Bucci (2019, p. 15) explica que um bom veículo de imprensa tem a responsabilidade de comunicar aos cidadãos o que se passa próximo à sua realidade, acontecimentos que podem ter impacto em sua rotina, no entanto o Autor reforça que o fator que se situa além do “registro dos fatos, escaparia ao jornalismo”.

¹ “A mídia pode não ter sucesso, muitas vezes, em dizer para as pessoas o que pensar, no entanto, ela tem extremo sucesso em dizer para os seus espectadores sobre o que pensar.” (tradução nossa).

Verdadeiramente, sem o exercício jornalístico seria impossível situar-se em um mundo em constantes transformações como temos a possibilidade hoje, mas a formação do receptor das notícias também é essencial para que o mesmo consiga analisar de forma crítica a notícia veiculada, compreendê-la e até mesmo utilizá-la de alguma forma relevante à vida em sociedade, como por exemplo se tornando um indivíduo mais ativo no processo democrático.

Machado (2019,) até mesmo cita em sua obra “A Televisão levada a sério” que em muitas oportunidades um mesmo telejornal, por exemplo, pode ter as suas reportagens interpretadas por formas e vieses completamente diferentes quando acompanhados por diferentes espectadores com diferentes bagagens que os proporcionem autonomia suficiente para fazer a sua própria análise de que lhe é apresentado através de uma edição de telejornal, por exemplo.

Para tratar sobre o assunto, o autor cita o exemplo das reportagens da emissora norte-americana CNN (*Cable News Network*) durante a Guerra do Golfo Pérsico, quando o veículo foi alvo de manifestações de grupos que defendiam pontos de vista opostos, “ora por considerar que a rede favorecia o pentágono e fazia propaganda das forças aliadas, ora por achar que ela abria demasiado espaço à Saddam Hussein” (MACHADO, 2019, p.100) com base na análise das mesmas reportagens veiculadas.

Frente a quantidade de opções como fontes de informação nos dias atuais, não apenas na televisão como em diversas outras plataformas, é preciso levar em conta até mesmo a liberdade de escolha a qual o espectador tem atualmente para optar por assistir ou não a este tipo de programação telejornalística.

Todos estes fatos dificultam e tornam mais complexo o trabalho jornalístico que precisa de certa forma “lutar” pela garantia da audiência que é considerada cada vez mais importante, principalmente em empresas capitalistas que visam como principal resultado o lucro. Frente a este cenário, em muitos veículos de comunicação o principal objetivo à ser atingido pelos profissionais passa a ser os números da audiência, o qual acaba sendo levado em consideração antes mesmo da relevância das pautas abordadas.

Mesmo assim, é preciso destacar que a partir do momento em que a mídia, passa a tratar e visibilizar rotineiramente as necessidades básicas e a verdadeira realidade da sua população, bem como as possibilidades de participação nas decisões estatais, com a grande disseminação de televisores em uma sociedade

como a brasileira, conseqüentemente o resultado passa a ser pessoas mais informadas, mais politizadas e interessadas no processo democrático.

Assim, juntos, mídia e sociedade civil, têm capacidade e o poder necessário para questionar as ações públicas e conseqüentemente direcionar as ações dos governantes de acordo com a “opinião pública” para que as políticas públicas se pautem, cada vez mais, das discussões e necessidades populares e não de simples “falsas carências” que são criadas, muitas vezes, para atender a interesses próprios e específicos ou que podem até mesmo ter a finalidade de manter o grupo dominante no poder, por exemplo, o que, de acordo com Boneti (2011), ainda acontece.

Para tanto, necessário transcrever aqui os escritos de Penteado e Fortunato:

Com o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação e a convergência tecnológica dos meios de comunicação e informação, ampliou-se a capacidade de intervenção da mídia nas atividades humanas. Hoje, as diferentes mídias fazem parte, direta ou indiretamente, do cotidiano da maioria da população, seja como fonte de trabalho, fonte de informação, entretenimento e/ou mecanismo de comunicação/interação social. (PENTEADO, 2015, p. 132).

Muito mais do que um mero exercício profissional, o jornalismo traduz-se como um verdadeiro serviço à sociedade. Isto é, o Direito à Informação é um Direito Constitucional garantido por nossa Carta Magna, sendo assim considerado fundamental e indispensável em uma sociedade que se denomina como democrática.

Entretanto, pelo fato dos grandes veículos de comunicação atualmente serem empresas capitalistas, de domínio de grandes empresas do setor privado, que além de, claramente visarem lucro acima de tudo, como já foi apontado, existe ainda a possibilidade das mesmas fazerem parte dos jogos políticos e das correlações de forças ao lado dos grupos de elites tradicionais que têm interesse na criação das já citadas “falsas carências”, ou até então o interesse na omissão de verdadeiros problemas e realidades sociais por interesses políticos, fazendo com que esses não estejam presentes nas pautas jornalísticas.

Sobre isso, Tarragó, Brugué e Cardoso (2015, p. 15) acreditam ainda que muitos veículos de comunicação acabam estando “mais preocupados em vender exemplares ou aumentar suas participações no mercado – à custa de acentuar o lado mais mórbido da política – que em informar os cidadãos e controlar a ação dos governos.”

É neste sentido que, aponta-se aqui novamente, os estudos de Violin (2020) que explica que a liberdade de expressão não pode ser vista como exclusividade dos “detentores dos meios de comunicação, uma vez que também deve ser assegurado o direito à informação do público receptor” (VIOLIN, 2020, p. 73).

Ou seja, de certa forma a liberdade de expressão não estaria sendo concretizada enquanto não existir liberdade para os profissionais jornalistas dentro dos próprios grupos de comunicação e, mais ainda, pluralidade entre os diferentes veículos e consequentemente entre os detentores por trás deste poder, o que viabilizaria diferentes linhas editoriais, o que no Brasil, sabe-se, não ser tão claro e distinto assim.

Em sua obra *Mídia: Teoria e Política*, o autor Venício A. de Lima (2004) explica que há algumas décadas era possível descrever as empresas que dominavam majoritariamente os diferentes veículos de comunicação no Brasil, mas com o passar dos anos e justamente a cada reimpressão da tal obra, é ainda mais difícil precisar o número de empresas investidoras por trás das mídias, que é cada vez menor, mais seletivo e ao mesmo tempo mais “encoberto”.

Como tal diminuição, para tentar mantê-los, muitos veículos de comunicação acabam acobertando informações políticas relevantes ao público de suas publicações já que essas poderiam ser prejudiciais a esses investidores, colocando-os à frente do interesse público e dos princípios éticos e jornalísticos.

Para Violin (2020) não basta a liberdade de expressão, sem a existência da pluralidade de fontes informacionais, tendo essas de fato as suas liberdades em todos os sentidos, estatais e privados, para possibilitar que o cidadão consiga discernir entre as suas opções até mesmo políticas e de envolvimento nas decisões políticas e de interesse público, como é o caso das políticas públicas.

De cinquenta grandes empresas em 1984, Lima (2004) constatou que hoje o mercado da mídia é controlado, em um primeiro plano, por no máximo dez conglomerados, o que causa ainda, segundo ele, a fusão de diferentes políticas públicas, até então formuladas isoladamente para as áreas de telecomunicações em uma única política de comunicações.

De acordo com Cannito, que tem estudos acerca especialmente do cenário televisivo, não podemos esquecer que esse meio de comunicação e, de acordo com o conteúdo apresentado até então no presente trabalho, acredito ser possível abranger o pensamento dele também para os demais veículos de comunicação,

“mesmo quando operada por empresas privadas, é patrimônio público” (CANNITO, 2010, p. 221).

Com isso, o Autor aponta a necessidade de se manter o comprometimento com o interesse público e ainda afirma que existe uma grande importância também por parte do Estado em intervir no âmbito das mídias, deixando claro, que não estamos tratando aqui de censura, mas, sim, da criação de políticas públicas que garantam o seu pleno compromisso com o dever jornalístico e a liberdade de expressão, de fato, independente dos interesses dos grupos detentores de suas ações.

Afinal, é justamente esse tipo de omissão de fatos por interesses políticos dos grandes grupos de empresas privadas que estão por trás dos veículos que deve ser considerado um grave tipo de censura, a “censura privada – estabelecida pelos próprios meios de comunicação”.

Há maneiras de instituir esse controle [social] de forma que ele seja o mais democrático possível, por meio, por exemplo, de um órgão fiscalizador formado por diversos setores da sociedade e representantes de todos os poderes, impedindo que um único segmento determine toda a política de comunicação de massa no país (BUCCI, *apud* CANNITO, 2010, p. 222).

Como bem aponta Violin (2020), jamais podemos esquecer a capacidade opressora em que pode chegar um Estado totalitário, ainda mais em um país como o Brasil que já viveu rígida ditadura durante longos anos com censura por parte deste poder, mas nem por isso podemos hoje descredibilizar e desacreditar que este também desempenha importante papel na correlação de forças em uma democracia que contempla os interesses dos seus cidadãos.

Para uma sociedade mais plural, é essencial que a liberdade de expressão, ao mesmo tempo que limita o poder do Estado, também obriga que o próprio Estado fomenta os serviços comunicacionais e regule essas atividades (VIOLIN, 2020, p. 84).

Como uma poderosa detentora da informação, mesmo sabendo-se não ser mais a única, além de principal responsável por sua propagação já que tem grande alcance de público, aponta-se a Mídia hodiernamente como um nato balizador da democracia, seja como instrumento de poder e até da necessidade de libertação de determinadas sociedades, ou como ferramentas de implantação de noções de verdade na realidade social em que se insere, segundo Foucault (2009), ou até

mesmo, como gênese do conceito de esfera pública de acordo com os ensinamentos de Habermas.

Além disso, em sociedades em que cada vez mais a população tem menos interesse pelos assuntos políticos, fato que vêm acontecendo em nosso país, é notório que reportagens e noticiários podem tornar-se “atalhos informacionais” pelos quais o cidadão vai criar sentido para a realidade política, e isso pode contribuir tanto para a formação de opinião quanto para a formação de cidadãos mais ativos no processo político.

De acordo com Hjarvard (2012), o conceito-chave para o entendimento do impacto da mídia na sociedade é a mediatização:

O processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito (HJARVARD, 2012, p. 64).

O autor aponta, que esse termo foi utilizado pela primeira vez para se referir ao impacto das notícias veiculadas nos meios de comunicação na “comunicação política” e a outros “efeitos na política”, se referindo ao fato de o sistema ser influenciado de acordo com o que está sendo veiculado, ou seja, com as demandas sendo viabilizadas através da mídia.

Além ainda, de apontar a adaptação que também acontece por parte dos próprios governantes na hora de se preparar para declarações públicas que de certa forma “agradem” a sociedade, mas, mais do que isso, a mídia para que esse tenha uma cobertura positiva. Sugerindo que não apenas as instituições como as ações dos líderes são moldadas pela imprensa.

Da mesma forma, fazendo tais associações, nota-se que além da possibilidade da existência de “censura privada” dentro de uma redação jornalística, dependendo dos filtros utilizados pelos profissionais jornalistas, corre-se o risco de as Políticas Públicas e os espaços deliberativos como as audiências públicas e até conferências estarem sendo deixadas de lado pela mídia e consequentemente da população, que é a mais interessada na resolução de seus problemas sociais e na garantia dos seus Direitos Humanos.

Isto é, se torna imprescindível analisar profundamente a tomada de decisão dos profissionais midiáticos quanto à seleção e reprodução de notícias, a qual sabe-se ser extremamente complexa, frente à realidade da pluralidade de fontes informacionais existentes hoje, muitas inclusive duvidosas e propagadoras de notícias falsas que precisam ainda ser combatidas por estes profissionais, além até mesmo de fontes de entretenimento ao fácil acesso do espectador disputando a atenção da população à todo o momento, sem nem ao menos mencionar os próprios veículos que fazem parte de um mercado extremamente capitalista, onde a pressão aos funcionários será sempre pelo resultado, ou seja, pela audiência e não tão somente pela relevância de pautas abordadas.

Essa atividade, realizada em tese anteriormente somente pelos profissionais jornalistas, é o que se chama *gatekeeping*, termo introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin, num artigo publicado, em 1947, que se refere à pessoa que toma a decisão do que será veiculado ou não (PEREIRA JÚNIOR, 2014, p. 78), seja em um telejornal, em um periódico impresso ou em qualquer outro tipo de veículo/plataforma.

Atualmente, de acordo com Bruns (2014), principalmente pela ascensão das mídias digitais, os profissionais jornalistas não possuem mais este domínio completo sobre a decisão do que será notícia, afinal “usuários de notícias são cada vez mais capazes de até ignorar totalmente os jornalistas para acessar informações em primeira mão de uma variedade de outras organizações e fontes” (BRUNS, 2014, p.243) com a ajuda da internet, por exemplo.

Mas é justamente aí, que em muitos casos surge a propagação de notícias falsas, já que usuários das redes sociais muitas vezes deixam de checar as fontes e a veracidade das informações antes de compartilhá-las nas redes, como fazem de praxe os profissionais jornalistas que trabalham profissionalmente com a informação. Esta situação acabou se tornando uma nova realidade pelos jornalistas responsáveis pelo *gatekeeping* nos veículos: verificar as notícias que acabam sendo compartilhadas por outros para combater ainda as notícias falsas.

É também justamente por isso, que tem se defendido na presente pesquisa que este trabalho de seleção de notícias nas redações, o tradicionalmente conhecido *gatekeeping*, se torna cada vez mais complexo aos profissionais que precisam além de estarem atentos à estas movimentações nas redes, ainda selecionar e fundamentar a suas escolhas por pautas (temas) para os telejornais.

Além de ser cada vez mais necessário nesta função também optar por abordagens e análises diferenciadas, já que muitas vezes, ao assistir à uma edição de telejornal o espectador já teve contato com a informação sendo noticiada de alguma forma, mesmo que superficialmente. Bruns (2014, p.244) reforça que quanto mais o tempo passa, o público não está apenas em uma única plataforma de mídia, eles “transcendem e se espalham por todos esses espaços, entrelaçando-se”.

É importante ressaltar, ainda, que no momento de tomar esta decisão os editores de um telejornal, por exemplo, precisam decidir entre aqueles assuntos considerados mais importantes para a sociedade ou até mesmo para a sua audiência em específico, mas também apenas por aquelas pautas que vão caber no, geralmente, curto espaço de tempo disponível de uma edição de telejornal.

Isso tudo, sem nem ao menos levar em consideração que, para uma pauta realmente entrar em um telejornal, ainda é preciso contar, obrigatoriamente, com imagens que ilustrem a história sendo contada, o que em alguns casos, pode se tornar mais uma barreira para o fechamento da pauta.

Se entendermos o jornalismo, dentro ou fora da televisão, como uma instituição de mediação simbólica entre determinados eventos e um público de leitores ou espectadores para quem esses eventos podem ser considerados relevantes, é quase inevitável que a discussão a seu respeito seja permanentemente afetada por questões de ordem macroestrutural, como os problemas ético-profissionais envolvendo a seleção e interpretação das notícias, ou aqueles relacionados com o papel das empresas e profissionais na condução dos conflitos que eles têm por função reportar. (MACHADO, 2019, p. 99)

Esta seleção realizada pelos profissionais do jornalismo e apresentada como o *gatekeeping* também pode ser relacionada com a ideia de poder simbólico defendida por Bordieu (1989) ao entender que ao publicar ou até mesmo deixar de publicar certa informação ou acontecimento o jornalista detém o poder de influência sobre a sociedade que está inserida.

Hjarvard (2012), apresenta inclusive três exemplos para demonstrar a capacidade de influência dos meios de comunicação sobre o exercício e os agentes de poder de diferentes Estados, são eles: o uso do telejornalismo na campanha eleitoral brasileira de 1989, especialmente quanto ao então candidato Fernando Collor de Mello; o aproveitamento dos meios de comunicação para disseminar os seus preparados discursos em seu caminho ao cargo de primeiro ministro por parte de Silvio Berlusconi, na Itália; e o uso de técnicas jornalísticas para visibilizar os fatos de

certa maneira que parecessem melhores do que realmente são por Tony Blair, na Inglaterra.

Ademais, na Inglaterra, uma pesquisa conduzida pela empresa Populus em 2006, durante o segundo mandato do então primeiro-ministro Tony Blair, demonstrou que a própria sociedade civil inglesa, representada por mais de 60% dos eleitores, acredita também que os jornais e telejornais, em muitos casos, tem mais influência na administração política do que os próprios políticos.

Analisando o histórico dos meios de comunicação apresentado até aqui, desde o surgimento dos primeiros folhetins que só ganharam vida no século XV - graças as prensas móveis de Gutemberg -, até a revolução digital, fica claro que foram apenas com as rádios e mais especificamente com a televisão aberta, que a informação passou a alcançar realmente todas as massas da sociedade, inclusive as partes menos favorecidas da população, que não tem acesso à alfabetização, por exemplo.

Como, de acordo com Habermas (2003, p. 30), “só existe uma imprensa em sentido estrito a partir do momento em que a transmissão de informações regularmente torna-se pública, ou seja, torna-se por sua vez acessível ao público em geral”, a televisão e consequentemente o telejornalismo foram os escolhidos para análise aprofundada no presente trabalho.

Dito de outra forma, notório é que a mídia possui a capacidade de direcionar a sociedade de acordo com o que transmite, entretanto, como se dá o processo de seleção de notícias e até que ponto as matérias transmitidas são de fato o interesse da sociedade como um todo, em especial se considerarmos o efeito-causa-efeito que a mídia televisiva possui porque quanto mais trata-se de determinado assunto, maior o interesse dos telespectadores, é o que se pretende analisar nas próximas páginas.

4. A TELEVISÃO E A EVOLUÇÃO DO GÊNERO TELEJORNALISMO

Ao realizar uma breve análise histórica do surgimento da imprensa e da evolução dos veículos de comunicação em todo o mundo, fica evidente que os maiores impactos provocados por esse setor nas sociedades são advindos de três mídias específicas: o rádio, o cinema e mais especificamente a televisão, a qual mesmo surgindo à produção e à serviço da classe dominante atingiu rapidamente todas as parcelas da população.

“Enquanto em cinco séculos os meios impressos ainda não se fizeram acessíveis à extensas camadas da população, em um quarto de século o meio televisivo atingiu a todos” (PENTEADO, 1999, p. 41).

Além de ter se tornado um veículo um pouco mais acessível à todas as parcelas da população de forma mais rápida, já que permite o entendimento sem barreiras técnicas como a leitura, a televisão se torna um veículo também de preferência da população por possibilitar uma experiência completa, como bem colocou Theodor Adorno (1987) ao apontar que a televisão é o único meio capaz de atingir todos os sentidos da percepção humana e mais ainda, no conforto dos lares dos seus espectadores.

No entanto, mesmo a televisão sendo o meio de comunicação que tem a maior abrangência entre a população brasileira até os dias atuais, estando presente em 96% (IBGE, 2018) dos domicílios, seria ingênuo ignorar a queda de audiência que acometeu, principalmente, a programação jornalística da televisão aberta com o advento da internet.

Durante as últimas décadas, principalmente com os avanços tecnológicos, a mídia televisiva e consequentemente o telejornalismo precisaram se atualizar e para tentar garantir a estabilização da audiência optaram por utilizar-se de outras ferramentas. Cuidou do tema Kellner (p. 119) ao afirmar que “a cultura da mídia promove espetáculos cada vez mais sofisticados para conquistar audiências e aumentar o poder e o lucro da Indústria Cultural”.

Becker e Gambaro (2016, p. 62) explicam em outras palavras que os produtos jornalísticos televisivos cada vez mais “aproximam a produção noticiosa do entretenimento” para tentar garantir a audiência, principalmente entre os jovens, que migram cada vez mais para o universo do *streaming* e os serviços ofertados pelos

aplicativos ao invés de acompanhar a grade televisiva e principalmente os telejornais, já que em muitos casos optem se informar através das redes.

Machado (2019, p. 104) define o gênero do telejornal como o local na televisão onde “se dão atos de enunciação a respeito dos eventos”, sendo que para isso são necessárias as vozes de diferentes sujeitos, dentre eles repórteres, âncoras e analistas que se revezam e se contrapõem para relacionar, compreender e até mesmo debater os eventos retratados.

A este cenário bem colocado por Machado (2019), se torna possível inserir nos telejornais mais recentemente, principalmente telejornais locais, as vozes dos próprios espectadores que passam a ser acompanhadas não somente quando ouvidos para uma reportagem anteriormente gravada, mas também com comentários que podem ser compartilhados com os próprios jornalistas ao vivo no momento do jornal com a ajuda das redes sociais. Esta é uma forma de atrair a audiência utilizando as redes sociais.

Em entrevista concedida à autora, o diretor de jornalismo da Band Paraná, João Azevedo (apêndice F, 2021) ressalta que um dos principais caminhos para a reinvenção da televisão frente à realidade da queda de audiência, em sua opinião, é a convergência entre os dois formatos: a internet e a televisão.

De acordo com ele, é importante utilizar a ferramenta ao seu favor, dando espaço, através do uso da internet à participação dos telespectadores na construção do telejornalismo, o que, teria influência direta até mesmo nas pautas diárias, no entanto, de acordo com ele, isso ainda não é feito amplamente no telejornalismo local diário no Paraná e pode se desenvolver muito mais.

Já Luciana Marangoni (apêndice E, 2021), diretora de jornalismo da emissora afiliada à rede Globo de televisão no Paraná, acredita que a emissora RPC já conta com uma interação ativa e positiva através das redes sociais com os telespectadores, “a resposta é imediata” com mensagens sempre com posicionamentos diferentes, “contra e a favor” do que está sendo abordado.

Sentimos que quando o tema é relevante, impacta e mexe com a vida das pessoas elas se manifestam, se posicionam. E é comum que a gente mostre essas mensagens no ar, cobre as autoridades. Faz parte da [nossa] cobertura. (MARANGONI, apêndice F, 2021)

À vista destas diferenças e especificidades, um estudo acerca desse objeto ‘televisão’ é sempre trabalhoso, já que o seu modo de produção está o tempo todo em constante mudança e modernização além de atualmente estar sendo influenciado por estes outros diversos fatores e ambientes. Ou seja, nunca uma perspectiva de abordagem da televisão pode ser analisada de maneira isolada em uma pesquisa.

Ainda baseada em Becker e Gambaro (2016, p.65), apenas com a possibilidade de migração do público para outras plataformas, os jornalistas de televisão precisaram repensar frequentemente não apenas a sua grade horária, mas a sua forma de fazer jornalismo tendo em vista as mudanças de hábitos dos telespectadores.

Adorno (1987) também coloca a televisão em um patamar híbrido entre o rádio e o cinema, pelo fato de superar o primeiro já que oferece o sentido da visão e excedendo ainda os níveis alcançados pelo cinema que apesar de impactar tanto a audição quanto a visão apresenta a desvantagem de não conseguir alcançar os lares das famílias.

Quando colocamos estas vantagens que a televisão apresentou, frente aos demais meios já existentes, no momento de transmitir a sua mensagem, é importante ressaltar que não se trata do tema apenas com foco no conteúdo das mensagens, mas, também, no meio, como instrumento, o qual no presente trabalho é objeto de estudo.

Mesmo assim, com tantas mudanças, para alguns autores, a prevalência no modo de fazer jornalismo na televisão ainda segue por um certo conservadorismo, com prevalência do tradicional jornalismo factual ao vivo. Isto reforça atualmente no âmbito jornalístico o acompanhamento do Ibope minuto a minuto, como antes acontecia com mais frequência no âmbito do entretenimento, para validar-se do assunto que está em tese melhor agradando aos telespectadores.

Ou seja, nunca o interesse do público foi tão impactante no exercício e na construção da programação, sendo responsável por determinar quanto tempo de relevância uma pauta, em tese, merece no ar por conta do crescimento ou queda do acompanhamento.

Neste cenário, também ganham cada vez mais “importância os jornalísticos baseados em sensacionalismo, que buscam propor uma aproximação da realidade na TV com a vivência dos telespectadores (também chamados *infotainments*)” (BECKER; GAMBARO, 2016, p. 66).

De acordo com o que defende o teórico da comunicação Marshall McLuhan (1969) é preciso entender que os meios de comunicação não apenas como um canal de passagem do conteúdo e, sim, um instrumento que apresenta em si um papel ativo na nas relações comunicacionais e consequentemente na reconfiguração das sociedades.

Para McLuhan (1969), a forma de entrar em contato com a realidade apresentada pela televisão, através de uma ampla exposição aos diferentes sentidos humanos, cria uma nova relação com esse meio de comunicação em específico, alterando a compreensão de mundo dos espectadores.

Assim, surge uma das ideias mais difundidas e conhecidas de McLuhan (1969) de que “o meio também é a mensagem”, ou seja, a maneira que o pesquisador resume sua principal teoria de que os meios de comunicação em si também interferem na formação e na emissão desses conteúdos, o que teria impacto direto na maneira como uma pessoa recebe e é atingida por essa mensagem.

Por isso, tem-se como objetivo específico no presente trabalho analisar de que maneira o telejornalismo local se posiciona como meio em Curitiba, de modo a verificar se ele está ou não cumprindo o seu papel no fortalecimento de uma democracia mais participativa.

Mas, antes disso, vamos à um breve olhar à chegada da televisão ao país para entender os primeiros impactos que este veículo trouxe para a sociedade brasileira.

4.1. A CHEGADA DA TELEVISÃO AO BRASIL

Frente ao tamanho protagonismo que um aparelho de televisão tem hoje nos lares brasileiros, chega a ser curioso pensar que a sua chegada ao país não tem sequer 100 anos. De acordo com Jambeiro (2001), a primeira rede de Televisão que entrou no ar no Brasil foi a Tv Tupi Difusora, em São Paulo em 1950. A emissora pertencia aos Diários de Emissoras Associados, cadeia de jornais e emissoras de rádio, do já empresário das comunicações Assis Chateaubriand.

Segundo Mattos (2010), a preparação para a instalação da Tv Tupi em São Paulo levou cerca de dois anos no grupo Diários Associados, este período envolveu a estruturação do espaço bem como a adaptação aos novos equipamentos, o que envolveu ainda o preparo e o treinamento dos profissionais, até então acostumados

apenas com o rádio, e, até mesmo a popularização das suas imagens, que até então nem mesmo eram conhecidas por parte dos ouvintes.

Jambeiro (2001) ainda ressalta que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter uma emissora de televisão e o sexto do mundo, sem nem mencionar a rápida popularização do veículo em nosso país. Exemplo disso, a primeira transmissão da TV Tupi foi realizada em São Paulo para cerca de 500 aparelhos espalhados pela cidade, mas três meses depois mais de 2 mil televisores já funcionavam no mesmo local.

No entanto foi no início dos anos 60 do século XX que a televisão viveu o seu período de consolidação no Brasil. Com o início da produção de televisores nacionais, o produto chegou ao mercado com preços muito mais competitivos do que os importados o que fez com que a década de 1960 tivesse início com mais de 200 mil aparelhos já espalhados pelos lares brasileiros.

De acordo com Mattos (2010), a televisão seguiu no Brasil os mesmos caminhos que já haviam sido trilhados pelo rádio por ter sido implementado no país através da adaptação da estrutura já existente no grupo Diários Associados, diferente do que aconteceu na televisão norte-americana, por exemplo, onde o novo veículo se apoiava nos passos e nos modelos da grandiosa indústria cinematográfica. Em território nacional, o autor explica que a televisão começou a funcionar “utilizando inicialmente a sua estrutura [do rádio], o mesmo formato e programação, bem como os seus técnicos e artistas” (MATTOS, 2010, p. 53).

O rádio, em seu início, se consolidou na sociedade como veículo por assinatura, ou seja, exigia o pagamento de uma mensalidade para entregar o seu conteúdo, mas que logo adotou o modelo comercial – o qual vemos até hoje – com o seu sustento indireto sendo propiciado pela publicidade e por famílias pertencentes às elites brasileiras, o que se acredita ser um fator que pode fazer com que existam interferências e omissões nas pautas jornalísticas de interesse público.

A chegada da televisão em território nacional propiciou uma exploração comercial ainda maior por parte de agências de publicidade que já vinham se concretizando e crescendo no Brasil. Estas viram uma nova possibilidade de divulgação massiva ainda mais atrativa, por contar com o quesito da imagem, mas também pelo fato de atingir rapidamente cada vez mais pessoas com a popularização do aparelho no país.

Mas Mattos (2010) explica, que, até mesmo em um primeiro momento, quando ainda não atingia um grande público, a televisão atraiu o investimento da publicidade por conta da experiência já adquirida em outros países, como os Estados Unidos da América, por exemplo, assim as agências de publicidade estrangeiras demonstraram de imediato grande interesse em sua programação, e acabaram por, até mesmo, decidir a sua programação através de seus investimentos.

O patrocínio foi característica da maior parte dos primeiros programas televisivos produzidos no país. “A televisão no Brasil deu continuidade ao objetivo capitalista de produção, oferecendo novas possibilidades ao capital” (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 62). Explicitando isso, Mattos (2010) elenca vários telejornais e programas que por anos levaram inclusive os nomes de seus patrocinadores como Repórter Esso, Gincana Kibon, Telejornal Bendix e Sabatina Maizena.

Além do modelo de financiamento, outra característica que foi importada do rádio foi o modelo de produção de conteúdo. Os profissionais que migraram para a televisão eram advindos do rádio e por isso demoraram alguns anos para perceber que poderiam tirar proveito da tipicidade da sua linguagem, bem como das possibilidades de informar também através das imagens, a grande singularidade desse veículo.

Após essas primeiras experiências, com o surgimento de cada vez mais programas, telejornais e ainda emissoras, a TV se consolidou e se popularizou pelo Brasil, tendo o seu primeiro ápice em meados dos anos 1960:

Embora a era da TV no Brasil comece oficialmente em 1950, somente nos anos 60 o novo meio de comunicação vai se consolidar e adquirir os contornos de indústria. Nos anos 50 a televisão era operada como uma extensão do rádio, de quem herdou os padrões de produção, programação e gerência, envolvidos num modelo de uso privado e exploração comercial. Nos anos 60 a televisão começou a procurar seu próprio caminho, a adquirir processos de produção mais adequados às suas características enquanto meio e transformou-se assim no poderoso veículo de transmissão de ideias e de venda de produtos e serviços que é hoje (JAMBEIRO, 2001, p. 53).

Ainda segundo Jambeiro (2001), os anos 1960 também marcaram a ruptura do rádio e da televisão, enquanto aquele começa a se segmentar e buscar pautas e audiências mais locais e específicas, e a televisão se torna um grande instrumento de massa que se direciona a todo o mercado nacional.

Nos anos que se seguiram, vários foram os acontecimentos marcantes no mundo da televisão e principalmente do telejornalismo. Ainda no final da década de

1960, o jornalismo passa a se utilizar do videoteipe ou, melhor dizendo, o famoso “VT”, que com muitos avanços tecnológicos é utilizado até hoje. Na época estes ainda não ofereciam muita agilidade, mas, possibilitavam a gravação de alguns minutos materiais em fita para serem utilizados de apoio aos telejornais.

Vele lembrar, como bem pontuou Mattos, que o regime militar no Brasil, imposto em 1964, teve influência direta no desenvolvimento da televisão no país, já que os governos militares investiram massivamente nos melhoramentos da estrutura e das condições técnicas deste veículo e ao fazerem isso “contribuíram para o desenvolvimento e disseminação da televisão através de toda a nação” (MATTOS, 2010, p. 48).

Ainda segundo Mattos (2010), o regime militar tinha interesse no desenvolvimento da televisão justamente para, além de utilizá-la como prova de modernidade de seus governos, que a suas próprias mensagens fossem por lá divulgadas e assim atingissem de maneira rápida e eficiente toda a população.

Devido a estes investimentos e ainda como reflexo do período de bom desenvolvimento econômico vivido nos primeiros anos dos governos militares no Brasil, segundo Mattos (2010), o regime ainda foi responsável pelo “*boom* da televisão”, já que concedeu mais de 67 licenças de canais de televisão privada no país. Para o autor, esta pode ser considerada a fase populista da televisão – 1964 a 1975 – “quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível tomavam grande parte da programação” (p. 85).

Nos anos 1970, uma nova era tinha início para a televisão brasileira após a primeira transmissão colorida realizada no país. Datada de fevereiro de 1972, o momento inédito retratou em cores a Festa da Uva, em Caxias do Sul. No entanto, é justamente neste momento, com a popularização de diversos canais e emissoras de televisão que os governos militares, através das administrações de Médici e de Geisel, passam a se preocupar também com o conteúdo sendo disseminado e mais do que isso, a implementar forte censura aos meios de comunicação através do Ato Institucional n. 5.

Neste período, o Ato Institucional n.5, de 13 de dezembro de 1968, foi intensamente usado para cassar mandatos eletivos, para suspender *habeas corpus*, decretar intervenções federais sem qualquer salvaguarda constitucional etc. Também uma forte censura foi imposta aos meios de comunicação social, principalmente às emissoras de televisão e de rádio (MATTOS, 2010, p. 40-41).

Foi um período tenebroso para os veículos como o rádio e a televisão e, principalmente, para o exercício jornalístico e os seus princípios que eram proibidos de se fazer valer. Tal censura só foi acabar, depois da prisão, perseguição e exílio de diversos profissionais, com o fim do período militar e com a promulgação da Constituição de 1988 que voltou a prever princípios democráticos e a garantia dos direitos, tais quais, cita-se aqui, a liberdade de expressão e a liberdade de acesso à informação que já foram apresentadas na presente pesquisa, e, que, a todo o momento, precisam ser sempre lembradas e defendidas para que, enquanto sociedade, não caíamos em emboscada novamente.

Nos anos que se seguiram, novas emissoras de televisão surgiram no país, abrindo espaço para uma concorrência no âmbito do telejornalismo principalmente. Com a evolução tecnológica, os equipamentos passaram a ficar cada vez mais leves e acessíveis e na década de 1990 a mobilidade dos mesmos passou a permitir que repórteres mostrassem ao vivo aos telespectadores qualquer acontecimento importante, praticamente em qualquer lugar do mundo.

Para Jambeiro (2001), a partir de então nasce uma competição entre as diferentes emissoras para noticiar primeiro os acontecimentos e mostrar a quem assiste exatamente o que acontece de importante no Brasil e no mundo, surgem então os boletins de notícias que podem surgir a qualquer momento na programação televisiva e as chamadas “breaking news”, algo que se tornou marca registrada do telejornalismo até hoje.

Atualmente, vemos acontecer com o telejornalismo aquele mesmo fenômeno de valorização de notícias locais que aconteceu com o rádio na década de 1960, frente a grande força adquirida pelos meios online como sites de notícias e streaming que em poucos segundos atingem o seu público onde quer que eles estejam através de seus smartphones, por exemplo.

A valorização tanto dos assuntos locais quanto do público local é cada vez mais importante para esse veículo que com esta movimentação cada vez mais intensa passa a perceber o impacto direto que tem na rotina do seu público. Como bem coloca

Mattos “a mídia sozinha não causa desenvolvimento, mas pode ser de grande ajuda [nestes processos], se acionada no momento certo e com a correta mensagem dirigida para o público específico” (MATTOS, 2010, p. 51), e é exatamente nesse quesito que vamos nos aprofundar nas próximas páginas.

4.2. A IMPORTÂNCIA DO TELEJORNALISMO LOCAL NA BUSCA PELO DEBATE PÚBLICO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO

O termo mídia local, utilizado para o âmbito de qualquer um dos veículos de comunicação de massa, se refere a um jornalismo de proximidade, ou seja, quando a principal função de determinada comunicação passa a ser evidenciar informações que fazem parte da realidade diária de quem está sendo impactado por aquela veiculação, “se refere aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região” (PERUZZO, 2005 p. 76).

De acordo com Peruzzo (2005), o termo que se refere às mídias locais existe desde o nascimento dos veículos de comunicação, afinal, nos primeiros anos de funcionamento de algumas rádios ou redes de televisão contavam com uma abrangência pequena de sinal, local ou regional.

Com o passar do tempo, e com o desenvolvimento da chamada globalização das comunicações, muitos autores e pesquisadores da área chegaram a acreditar que a comunicação local chegaria a um fim. Porém, depois de um tempo, o movimento que se viu foi justamente o oposto: a revalorização do local. “A realidade vai evidenciando que o local e o global fazem parte de um mesmo processo: condicionam-se e interferem um no outro, simultaneamente.” (PERUZZO, 2005, p. 74).

Para a Autora, é no final dos anos 1990 que acontece esse movimento de “redescoberta” da grande mídia pelo local, especialmente no telejornalismo.

Evidências da importância do regional/local são encontradas no incremento das redes regionais, no aumento de programas produzidos nas regiões e na maior preocupação em se cobrir jornalisticamente as cidades vizinhas e não apenas as cidades-sede da estação geradora (PERUZZO, 2005, p. 71).

A maior parte dos programas produzidos localmente são os telejornais, tendo em vista a importância de expor as questões públicas locais, as quais dizem respeito ainda mais diretamente à comunidade em questão, colocando-as em debate na

sociedade próxima. Só assim é possível gerar o interesse e o envolvimento social nas soluções de problemas gerais que afetam diferentes camadas dessa uma população em questão.

Esse seria o ambiente o qual assemelha-se à esfera pública habermasiana, ou seja, um espaço de conversação e discussão entre os sujeitos de uma sociedade. Lembrando ainda que para que seja efetiva, faz-se necessária a participação de diferentes sujeitos inseridos nessa realidade, tendo eles diferentes competências e papéis dentro do grupo.

No entanto, para que isso possa se tornar realidade é necessário, antes de tudo, que tanto os problemas quanto o debate sejam expostos, ou seja, se torne público para que assim, dentre as diversas opiniões apontadas seja possível entrar em um consenso comunicativo, o qual será denominado como a opinião pública, para tanto, o jornalismo local pode ser apontado como opção.

No mundo contemporâneo, com sociedades cada vez mais complexas e heterogêneas, é necessária a existência de um poder intermediário responsável pela mediação entre o sistema político e os participantes da sociedade. “A mídia local se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade de uma dada localidade ou região” (PERUZZO, 2005, p. 75), e por isso é tão essencial em visibilizar os problemas e trazê-los ao debate, à esfera pública.

Além disso, frente à realidade da possibilidade de propagação de informação ao alcance de qualquer pessoa através da expansão das redes sociais, se torna ainda mais importante a responsabilidade jornalística com a verdade e consequentemente do combate às informações falsas que têm sido propagadas de forma cada vez mais frequente. “Um conceito de informação que não guarde vínculos com a verdade é eficiente para fabricar computadores, mas não basta, nem de longe, para a construção de uma democracia” (BUCCI, 2019, p.42).

A propagação das mídias sociais, além de terem se tornando uma fonte fundamental da temperatura dos assuntos em debate e que precisa estar sempre no radar dos profissionais jornalistas que atuam na seleção das pautas, realizando o gatekeeping, também impactam na produção dos próprios telejornais locais se tornando uma excelente e eficaz maneira de dar voz à opinião dos telespectadores.

Bucci (2019, p.44) defende que a ascensão das mídias, por mais que tenha o seu lado negativo caracterizada pela produção e fácil compartilhamento destas informações fraudulentas, também precisa ser enxergada como uma ferramenta

extremamente interessante para o exercício jornalístico, que possibilitou a visibilização das demandas de maiores parcelas do público. Fato que, como já apresentado, também foi evidenciado por Azevedo (2021, apêndice F) e Marangoni (2021, apêndice E) em entrevista à autora.

A participação dos espectadores em tempo real através das redes sociais nas edições de telejornais locais é cada vez mais frequente e quando bem utilizadas são muito eficientes em ampliar o debate público exposto pelo jornalismo para ainda mais agentes da sociedade, com isso, as discussões colocadas em pautas no telejornal, viabilizar ainda mais as reivindicações e necessidades populares, dando consequentemente maior qualidade e força ao debate público que potencializado pela mídia.

No entanto, para que esse processo funcione de maneira efetiva, é preciso que a mídia local de fato cumpra o seu papel de intermediária, dando voz a todas as camadas de sua sociedade para que assim os seus indivíduos saibam como participar e dar voz a sua opinião nesta discussão, bem como visibilizando os problemas que precisam ser debatidos a fim de gerar uma resposta por parte dos governantes como a criação de políticas públicas, por exemplo.

O interesse do público, e não apenas o interesse público, o que é relevante para o dia a dia do cidadão, também é responsável por pautar as reportagens nas redações jornalísticas. Com a audiência acompanhada cada vez mais de perto, até mesmo nos telejornais locais, até mesmo minuto a minuto, como antes era feito apenas na programação de entretenimento, tem poder de decidir qual assunto se sustenta durante mais ou menos tempo no ar.

Para analisar o funcionamento de tal processo na capital paranaense, é que se desenvolve na próxima seção uma análise de conteúdo de alguns dos principais telejornais locais, do Estado do Paraná.

4.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Tem-se como objetivo específico nesta pesquisa verificar de que forma a mídia, principalmente o telejornalismo local, retrata o processo democrático das políticas públicas na capital paranaense, uma vez que este pode ser considerado o

mais influente formato de informação da população em nossa realidade, além de meio de fiscalização do garante dos direitos da sociedade.

A partir de agora se desenvolverá uma análise de conteúdo de dois dos principais telejornais com grande alcance no estado do Paraná. Entende-se que a análise de conteúdo “se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (FONSECA JR, 2010, p. 280).

Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens.

Dentro desta proposta, serão analisados dois telejornais locais do horário considerado nobre na televisão paranaense – período entre 18h30 e 19h30 – por ter maiores índices de audiência, sendo eles, o Band Cidade 2ª edição, no ar pela Band Paraná, afiliada da emissora Bandeirantes, o qual é veiculado de segunda à sexta-feira às 18h50; e o Boa Noite Paraná, veiculado pela emissora RPC, afiliada da Rede Globo de televisão no estado do Paraná, de segunda a sexta-feira às 19h10.

O período delimitado para a análise de conteúdo é de dois anos, sendo um deles pertencentes à gestão pública do Prefeito Gustavo Fruet (2016) e outro relacionado à gestão do atual Prefeito de Curitiba, Rafael Greca (2017) para evitar qualquer tipo de vínculo político.

Foi adotado nesse trabalho uma análise denominada de contingência, a qual, segundo explica Fonseca JR (2010), considera importante não apenas a quantidade em que determinado assunto aparece, mas também como eles são organizados e apresentados no veículo de pesquisa. Em outras palavras, é o método qualitativo sobre o quantitativo.

Assim, busca-se evidenciar quando, quantas vezes e, principalmente, como o telejornalismo local de ambas as emissoras selecionadas noticiou os seguintes espaços de participação pública presentes na capital paranaense: conselhos, conferências, audiências públicas ou fóruns populares.

Além disso, também foram levados em consideração na presente pesquisa, reportagens sobre o funcionamento do processo democrático das políticas públicas em si nas casas do legislativo da capital paranaense, ou seja, foram incluídos nesta análise de conteúdo reportagens sobre o funcionamento do processo democrático na

Câmara Municipal de Curitiba e também na Assembleia Legislativa do Paraná, além de reportagens que tratam sobre propostas apresentadas e em discussão, a participação e eventual pressão dos membros da sociedade civil por aprovação ou arquivamento das pautas nas sessões legislativas, bem como denúncias envolvendo os vereadores e deputados estaduais, além da má conduta ou má utilização dos benefícios e poderes da casa.

Destaca-se ainda, que foram postas de lado e não consideradas às reportagens referentes aos representantes do poder executivo. Neste viés, vale ressaltar que reportagens que contam com a figura dos representantes executivos, tanto à nível municipal quanto estadual são numerosas, já que estes representantes acabam tendo maior visibilidade no processo político brasileiro. No entanto, as reportagens que tratam de eventuais prestações de contas do poder executivo junto às casas legislativas foram incluídas na análise por avaliar-se que são importantes para o processo democrático das políticas públicas como um todo.

Dessa forma buscou-se analisar se o telejornalismo local em Curitiba está realmente agindo como esse poder intermediário responsável pela mediação entre o sistema político e os participantes da sociedade, antecipando o acontecimento de tais eventos participativos para incitar na população a ideia de participação nas discussões de modo a contribuir e fortalecer a democracia deliberativa.

Além disso, objetivou-se verificar se laços políticos tendem a comprometer visibilização de tais acontecimentos, analisando se algum evento importante foi noticiado em uma emissora e deixado de lado por outra em um mesmo dia ou período.

Pesquisadores da comunicação já notaram não ser incomum – seja no âmbito local ou não – “a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia” (PERUZZO, 2005, p. 78), convergindo com toda linha de raciocínio já exposta até aqui.

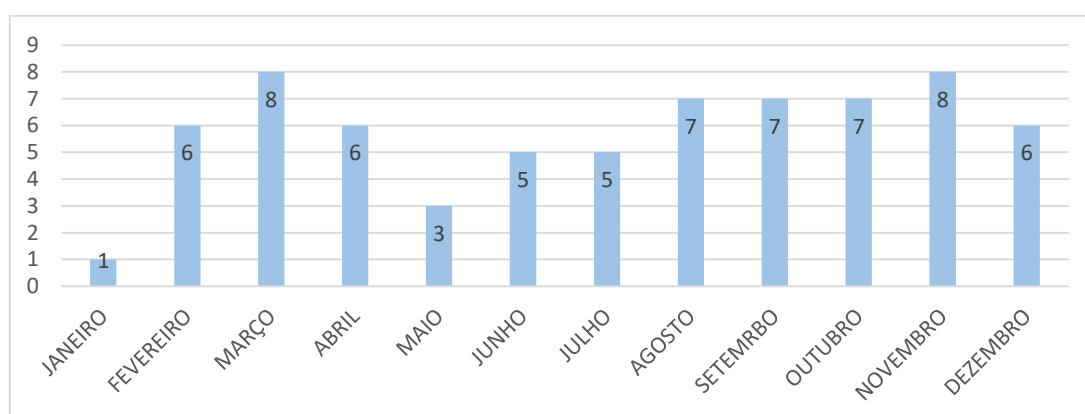
4.3.1. Análise de conteúdo dos telejornais locais: Band Cidade 2ª edição e Paraná TV 2ª edição em 2016

Primeiramente, antes de detalhar os resultados deste estudo do tipo qualitativo é importante ressaltar que a análise de conteúdo realizada no presente trabalho trata de um recorte do telejornalismo local em Curitiba, e até mesmo de um

recorte do telejornalismo realizado nas próprias emissoras escolhidas. Isso se dá pelo fato de o detalhamento se concentrar em uma edição específica dos telejornais de cada emissora, escolhidos como já justificado por representarem o horário nobre, ou seja, os horários de maior audiência do noticiário local, mas que, no entanto, são também as edições que contam com o tempo de duração mais breve entre os telejornais das emissoras.

Na análise de conteúdo realizada foram encontradas um total de 410 reportagens. Deste total, 69 reportagens foram encontradas nas edições do telejornal Paraná TV 2ª edição durante o ano de 2016 (ver Apêndice A), a divisão ao longo dos 12 meses deste ano pode ser acompanhada no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Reportagens Paraná TV 2ª edição – 2016.

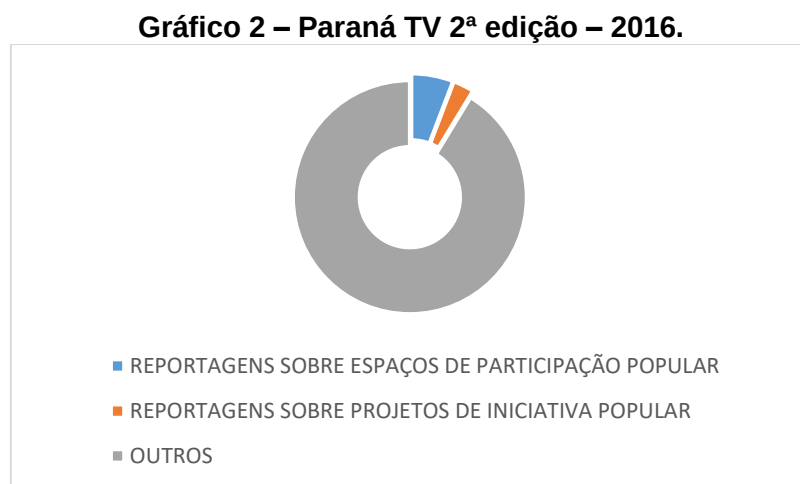


Fonte: A autora, 2021.

Deste total de 69 reportagens, apenas 04 (quatro) tratam sobre os espaços ou momentos que possibilitam a participação popular no processo democrático das políticas públicas, sendo elas *“Representantes de vários setores da sociedade se reuniram para discutir a Política do país”*, *“Moradores de Curitiba participam de reunião para discutir o orçamento municipal de 2017”*, *“Representantes do Governo e Sindicato se reúnem para renegociar reajuste aos servidores estaduais”* e *“Audiência pública discute a crise financeira do Hospital Evangélico”* (ver Apêndice A).

Além disso também foram encontradas outras 02 reportagens neste período no telejornal da RPC sobre projetos de políticas públicas que surgiram de iniciativa popular e foram apresentados aos representantes políticos. As reportagens relatam uma proposta que foi desenvolvida entre cidadãos e contou com um abaixo assinado com 2 milhões de assinaturas, o qual foi entregue aos representantes do poder.

Sendo assim, das 69 reportagens do Paraná TV 2ª edição encontradas na análise referente ao ano de 2016, apenas 06 delas tratavam sobre os temas de maior interesse da presente pesquisa, ou seja, espaços de participação popular e iniciativas populares. Esta distribuição pode ser observado no gráfico 2 apresentado abaixo:

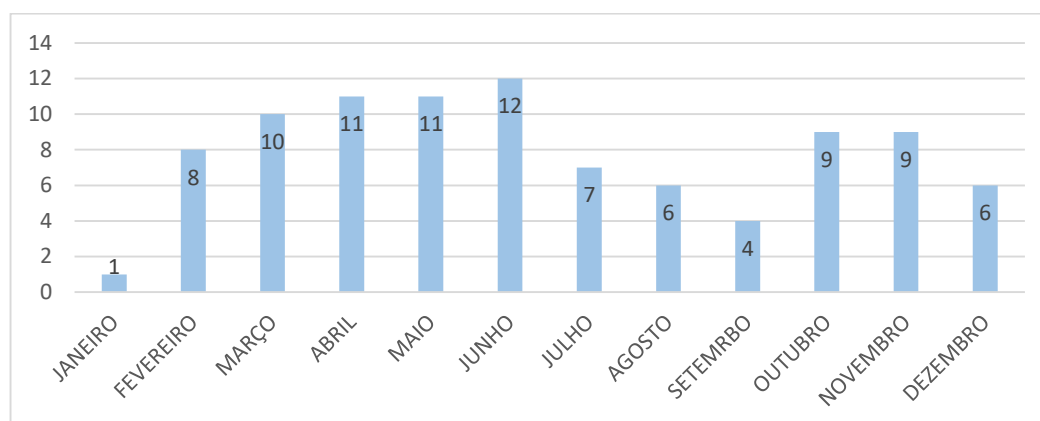


Fonte: A autora, 2021.

Em comparação com o ano seguinte, de 2017, foram 20 reportagens a menos tratando sobre o tema das políticas públicas em geral no telejornal Paraná TV 2ª edição e, ainda, levando em consideração a análise do telejornal de segunda edição da emissora Bandeirantes Paraná, este foi o período e telejornal analisado (Paraná Tv 2ª edição – 2016) com o menor número de reportagens encontradas ao longo do presente estudo.

No mesmo ano, de 2016, o telejornal Band Cidade 2ª edição, da emissora Bandeirantes, apresentou um total de 94 reportagens sobre o tema geral do processo democrático das políticas públicas (ver Apêndice C). É possível analisar a divisão destas reportagens ao longo dos meses do ano conforme mostra o gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 – Reportagens Band Cidade 2ª Edição.

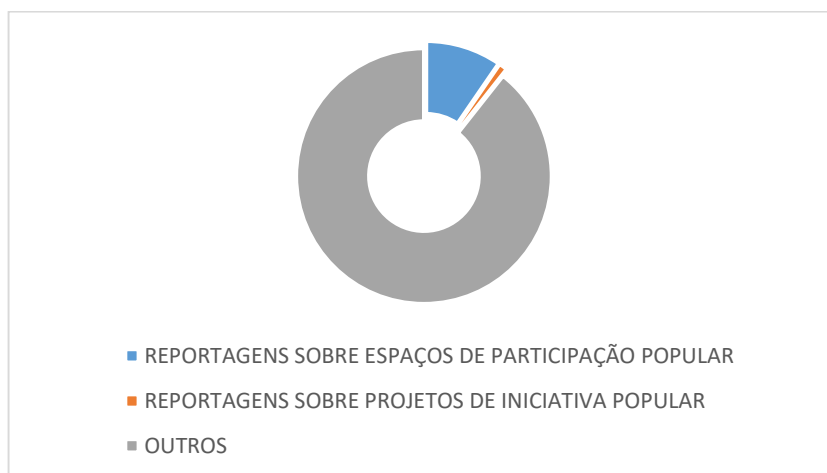


Fonte: A autora, 2021.

Deste total de 94 reportagens encontradas nas edições do jornal Band Cidade 2ª edição em 2016, 09 delas foram retratadas com abordagens sobre espaços de participação popular no processo democrático. No entanto, neste período também é importante destacar a reportagem *“Grupo Protagonismo e Democracia lança painel de propostas de políticas públicas”* (ver Apêndice C), veiculada no dia 03 de agosto de 2016, que apresentou um projeto de iniciativa popular com a intenção de coletar propostas de políticas públicas de integrantes da sociedade civil.

Este projeto, bem como a sua retratação na mídia, é considerado de extrema importância para a presente pesquisa, já que teve como objetivo incentivar e capacitar cidadãos da sociedade civil a participar do debate público e fornecer ideias de políticas públicas para a cidade. A disposição das reportagens sobre o tema no Band Cidade 2ª edição ao longo do ano de 2016 pode ser acompanhada no gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Band Cidade 2ª edição – 2016.



Fonte: A autora, 2021.

É justamente este tipo de reportagem, a qual incentiva a participação popular no processo democrático das políticas públicas e, mais ainda, que detalha ao telespectador de que forma é possível participar das decisões públicas fazendo valer a sua opinião que não foram comumente encontradas na análise como um todo.

É este tipo de reportagem ainda, que se considera a mais essencial para que estivesse mais frequentemente representada na mídia, principalmente, frente à realidade de desconhecimento das possibilidades de discussão com os representantes políticos por parte de cidadãos. Mesmo assim, é positivo constatar que a Band Paraná já disponibilizou mais espaço ao assunto neste ano em comparação com a RPC.

Logo no início do ano de 2016, duas audiências públicas reportadas pelo jornalismo da Bandeirantes foram deixadas de lado pela RPC, dentre elas uma que aconteceu na Assembleia Legislativa para discutir um projeto de lei que obriga a assinatura do consumidor antes da negatificação do nome, e outra na Câmara Municipal de Curitiba para discutir a proibição da entrada de grupos de adolescentes desacompanhados em um shopping da capital paranaense após relatos de vandalismo por grupos jovens no local. Sendo as mesmas encontradas nos dias 24 e 26 de fevereiro respectivamente (Ver apêndice C).

Nos meses de março e abril foram pauta também no Band Cidade 2ª edição uma audiência pública que debateu a renovação dos contratos de pedágio no Paraná e outra sobre o aumento de ICMS do vinho. Já no dia 06 de junho, outra discussão

sobre o aumento do ICMS foi pauta novamente em audiência pública que contou com a participação ampla de empresários de diversos setores da cidade.

No dia 24 de junho de 2016, a primeira pauta do ano sobre os espaços de participação popular é contemplada de forma simultânea nas duas emissoras. Uma consulta pública realizada pela prefeitura da cidade para debater o orçamento municipal para o ano seguinte, 2017, foi pauta em ambas as edições dos telejornais das emissoras selecionadas.

Talvez não por coincidência, este evento contou com a presença do próprio prefeito Gustavo Fruet. A figura do representante do poder executivo da cidade acaba atraindo para a sua agenda a presença da imprensa. Na reportagem da RPC foi citada inclusive uma outra consulta pública, com objetivos semelhantes que havia sido realizada no mês de abril do mesmo ano, mas, que não foi noticiada à época no Paraná TV 2ª edição e nem mesmo no Band Cidade 2ª edição.

Na Band Paraná os espaços de participação voltaram a ser pauta no dia 13 de outubro de 2016 em duas reportagens durante a mesma edição, sendo elas “*Secretaria estadual de educação promoveu um seminário para discutir a reforma no ensino médio*” (ver apêndice C), a qual retrata reuniões que foram realizadas em todo o estado neste mesmo dia com membros da sociedade civil e que teria os apontamentos e colocações levantados por estes membros encaminhadas para o Ministério da Educação, e ainda a reportagem “*União dos estudantes não consegue participar de debate na ALEP*” (ver apêndice C), que retrata um acontecimento inusitado, e que, de fato não poderia deixar de ser visibilizado que é o acontecimento de uma audiência pública onde foram impedidas a entrada de alguns membros da sociedade por falta de espaço na Assembleia para atender a todos.

Por fim, no dia 08 de novembro de 2016, uma reunião entre representantes do governo e sindicalistas foi tema de pauta no Band Cidade 2ª edição, assim como no mesmo mês isso acontece no Paraná Tv 2ª edição, mas em outra data (16 de novembro), já que a discussão entre governo e a categoria neste período foi duradoura até que de fato eles chegassem em um consenso na negociação de reajustes salariais.

Além das já citadas, outras três reportagens que trataram sobre espaços de participação popular no telejornal Paraná Tv 2ª edição, da RPC, em 2016 aconteceram respectivamente nos meses de março, novembro e dezembro (ver apêndice A). A primeira delas relatou um encontro para a discussão política que contou com a

presença dos representantes do comércio, indústria, igrejas, sindicatos e dos advogados.

Nada obstante, a ênfase que foi retratada em nota na emissora sobre os assuntos discutidos pelos parlamentares foi a discussão sobre o governo federal e o impeachment da presidenta Dilma Roussef e não os assuntos do processo e das políticas públicas mais diretamente relacionadas à realidade da sociedade local.

Já no dia 13 de dezembro (ver apêndice A), outra audiência pública que contou com a presença de vários setores da sociedade foi pauta na RPC ao tratar sobre os problemas financeiros do Hospital Evangélico em Curitiba para tentar encontrar uma saída para a situação do hospital.

É preciso trazer destaque também para a reportagem especial “*Câmara Municipal é palco de muitas polêmicas em 2016*” realizada pela equipe do Paraná TV 2ª edição no dia 19 de dezembro de 2016 (ver apêndice A) que, no último dia antes do recesso de fim de ano dos parlamentares realizou uma retrospectiva dos principais acontecimentos do ano na Câmara de vereadores de Curitiba.

Foram ressaltados nesta produção que ao longo do período de trabalho da casa legislativa no ano de 2016, um total de 329 (trezentos e vinte e nove) projetos passaram por votação entre os vereadores. A reportagem frisou, ainda, algumas situações inusitadas das quais o plenário foi palco neste ano, dentre eles, cita-se aqui o parlamentar que precisou prestar depoimento na justiça e foi afastado, os documentos do ex-presidente da casa que foram encontrados escondidos no depósito da Câmara e ainda as histórias de julgamento de vereadores que foram flagrados votando no lugar de colegas.

É importante ressaltar que as denúncias de mau uso de dinheiro público, ou ainda, má conduta por parte de vereadores são o tipo de pautas mais comumente veiculadas em ambas as emissoras quando falamos do processo em geral; no ano de 2016, cita-se, por exemplo, os casos de dois vereadores, em períodos diferentes, que tentaram votar no lugar de um colega durante sessões na Câmara e tiveram o caso amplamente acompanhado por ambas as emissoras, com reportagens que tratavam de cada atualização dos casos quase que diariamente.

Enquanto o telejornal da RPC Paraná opta neste ano pela reportagem especial de retrospectiva da Câmara Municipal, no dia 15 de dezembro de 2016, o Band Cidade 2ª edição trouxe a reportagem “*ALEP fecha período legislativo após três sessões*” (ver apêndice C), no último dia do ano de sessão na Assembleia Legislativa

do Paraná, com uma breve retrospectiva também dos projetos votados pelos deputados estaduais ao longo do ano.

Mas, o destaque aos olhos para o presente estudo nesta reportagem apresentada pela Band Paraná, em específico, é a informação apresentada na mesma de que 46 audiências públicas foram organizadas pela Assembleia Legislativa ao longo do ano de 2016.

Tendo em vista o número de audiências públicas organizadas exclusivamente por representantes da Assembleia Legislativa do Paraná, é possível constatar que, por mais que o Band Cidade 2ª edição tenha concedido espaço em mais oportunidades para tratar sobre estes eventos tão importantes de participação popular no processo democrático das políticas públicas do que o Paraná Tv 2ª edição em 2016, muitos acontecimentos e possibilidades de participação seguiram sendo deixados de lado.

A abordagem destas reportagens de retrospectiva no final do ano de 2016 também retratam um outro apontamento constatado durante a análise de conteúdo e que merece destaque: o jornalismo da RPC opta pela cobertura mais frequente na Câmara Municipal de Curitiba, enquanto o jornalismo da Band Paraná tem reportagens mobilizadas de forma mais constante na Assembleia Legislativa do Paraná, de onde inclusive reporta com frequência até mesmo situações de movimentações políticas dos parlamentares, como mudanças de bancadas e partidos, por exemplo.

É fato que projetos que estejam tramitando nas casas e que estejam sofrendo com a pressão popular de alguma categoria da sociedade, seja para aprovação ou reprovação, tendem a ser mais visibilizados, visto que estes, geralmente, acabam sendo visibilizados simultaneamente em ambas as emissoras.

A presença da sociedade civil durante as sessões de votação de projetos teve a força de mobilizar a atenção da imprensa no ano 2016, por exemplo, para a discussão do projeto que avaliava a liberação da presença de Doulas nos hospitais, a qual aconteceu na Câmara Municipal de Curitiba, e ainda, para a aprovação de projetos contra o funcionamento do Uber, discutidos na mesma casa.

Além disso, outro destaque deste ano fica por conta do projeto que tratava sobre a proibição do uso do amianto no Paraná, o qual, teve a discussão iniciada na Assembleia Legislativa apenas após grande pressão popular, movimento que foi muito visibilizado pelo jornalismo da RPC TV.

No ano de 2017 esse processo ganha ainda mais força e consequentemente visibilidade com as amplas manifestações de servidores contra a votação do projeto de ajustes fiscais da prefeitura de Curitiba.

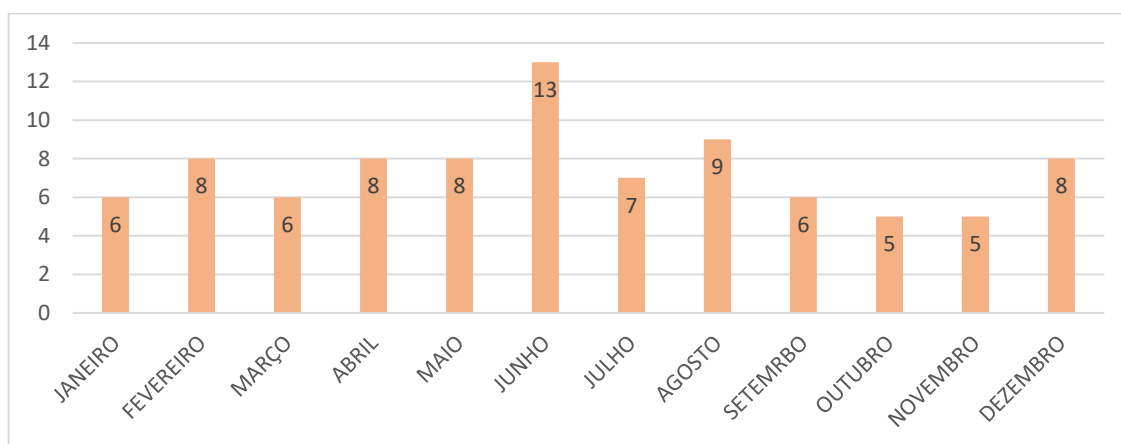
4.3.2. Análise de conteúdo dos telejornais locais: Band Cidade 2ª edição e Paraná TV 2ª edição em 2017

São necessárias algumas considerações iniciais. O ano de 2017 foi um ano marcado em Curitiba pela intensa relação entre os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba e os servidores da cidade que acompanharam de perto com muitas críticas e manifestações a votação do projeto de ajuste fiscal proposto naquele ano pela Prefeitura, que acabara de ser renovada, contando a partir de então com o nome de Rafael Greca à frente do executivo municipal.

Neste caso, a votação precisou inclusive ser transferida da Câmara de vereadores para outra localidade para que fosse possível ser concretizada sem interferências, o que leva a análise de se o próprio ato seria antidemocrático por tentar impedir a participação popular em uma votação na casa dos representantes da população. Afinal, é importante reforçar que, mesmo com tantas manifestações contrárias às ideias apresentadas pela prefeitura, o projeto foi aprovado em maioria na Câmara de Curitiba.

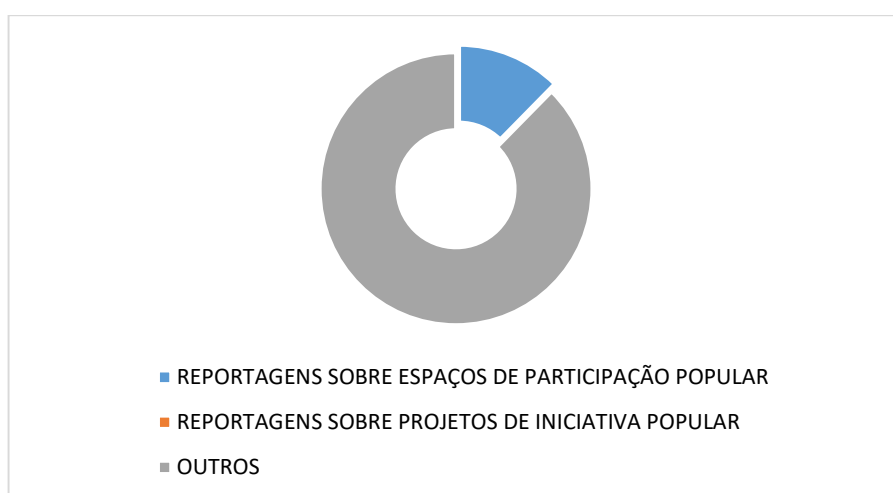
Acredita-se que tal fato acabou sendo responsável neste ano pelo aumento no número de reportagens sobre o processo democrático das políticas públicas em geral sendo noticiadas nos telejornais, já que, além do próprio fato em si, com diversos embates retratados ao longo de vários dias nas edições de ambos os telejornais, o mesmo também acabou tendo impacto por trazer a luz da imprensa para outros eventos do processo democrático e de participação popular, trazendo destaque para outras possibilidades de discussão política envolvendo os cidadãos em diversas outras situações o que trouxe às telas de televisão maior visibilidade para os espaços de participação popular.

Em 2017, o jornal Paraná Tv 2ª edição trouxe, ao todo, 89 reportagens que retratavam de alguma forma o processo democrático das políticas públicas. A distribuição deste total de reportagens ao longo dos meses do ano, com destaque para o mês de junho com ampla predominância a qual será melhor detalhada na sequência, pode ser acompanhada no gráfico 5, apresentado abaixo:

Gráfico 5 – Reportagens Paraná TV 2ª edição – 2017.

Fonte: A autora, 2021.

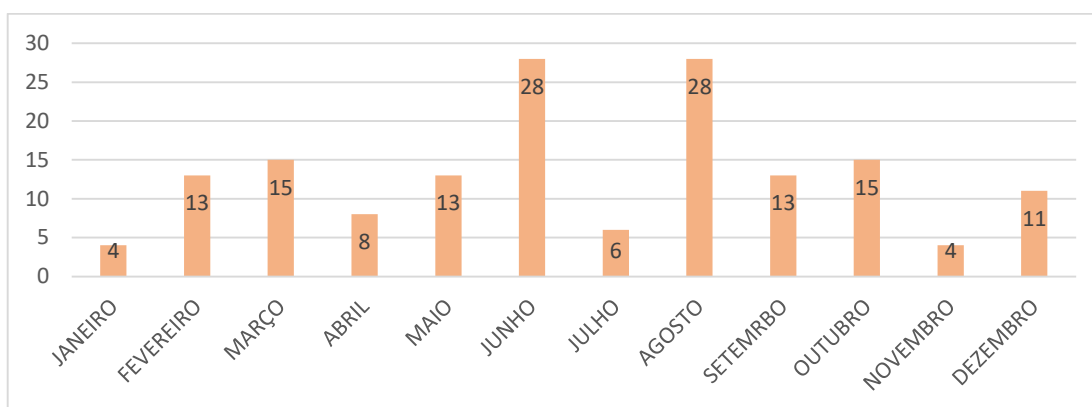
Deste total de 89 reportagens veiculadas no telejornal Paraná TV 2ª edição ao longo do ano de 2017, apenas 12% delas tem relação com a participação popular no processo democrático, ou seja, ao todo, em 11 oportunidades o jornalismo da RPC TV noticiou os espaços de participação popular no seu telejornal de 2ª edição (ver apêndice B). É possível compreender melhor esta distribuição através do gráfico 6, apresentado abaixo:

Gráfico 6 – Paraná TV 2ª edição – 2017

Fonte: A autora, 2021.

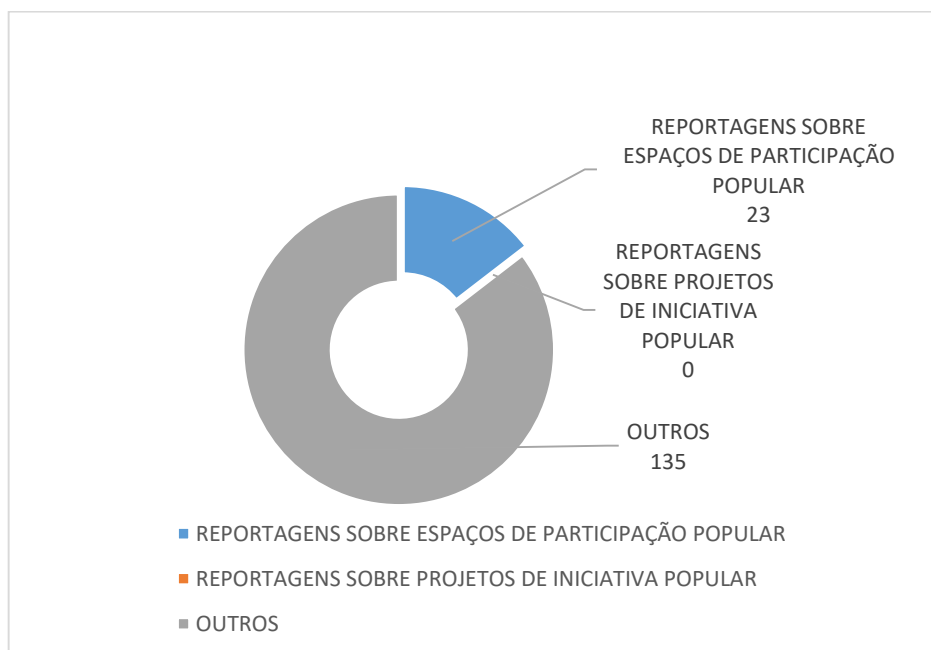
Os números do Band Cidade 2ª edição representam resultados ainda mais impactantes ao longo deste ano de 2017, quando 158 reportagens no total, um número bem maior do que o já encontrado até então, retrataram temas relacionados ao processo democrático das políticas públicas em geral. A distribuição destas matérias ao longo dos meses do ano pode ser acompanhada no gráfico 7 a seguir. Vale o destaque para os meses de junho, mesmo mês que predominou a quantidade de reportagens também na outra emissora analisada neste ano, mas ainda para o mês de agosto que também apresentou prevalência de abordagens.

Gráfico 7 – Reportagens Band Cidade 2ª edição – 2017.



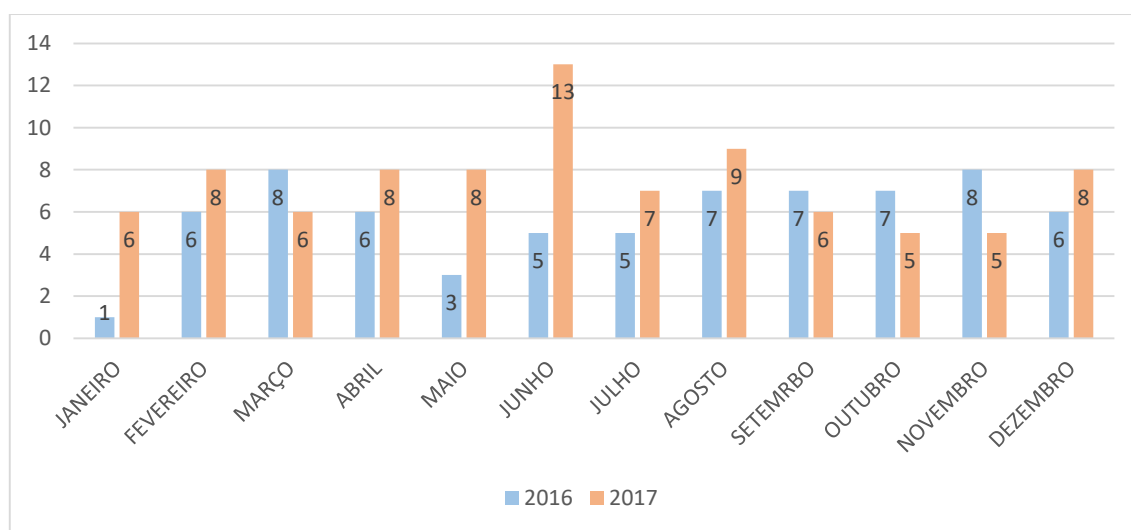
Fonte: A autora, 2021.

No entanto, deste total de 158 reportagens, apenas 23 trataram especificamente sobre os espaços e possibilidades de participação popular no processo democrático (ver apêndice D), esta distribuição é retratada no gráfico 8, apresentado abaixo:

Gráfico 8 – Band Cidade 2ª edição – 2017.

Fonte: A autora, 2021.

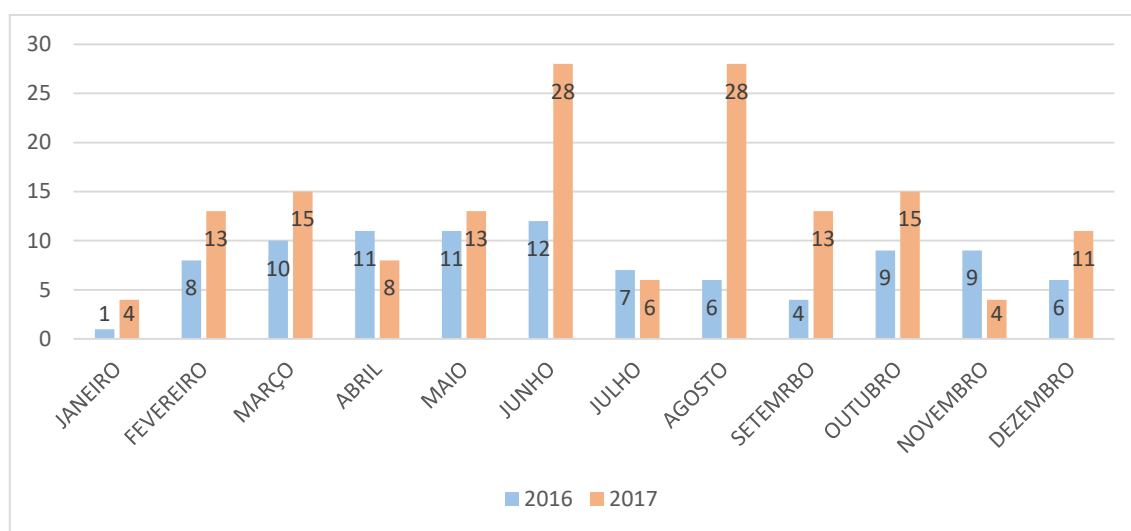
Em comparação com o ano anterior, é possível analisar que o telejornal da RPC Tv, o Paraná Tv 2ª edição trouxe 20 reportagens a mais sobre o tema analisado ao longo do ano de 2017. O paralelo entre os dois períodos da análise pode ser confrontado no gráfico 9 apresentado a seguir:

Gráfico 9 – Reportagens Paraná TV 2ª edição

Fonte: A autora, 2021.

Enquanto isso, o Band Cidade 2ª edição trouxe 64 reportagens a mais do que em suas edições do ano anterior, sendo então o telejornal analisado com o maior número de reportagens encontradas. No gráfico 10, apresentado abaixo, é possível confrontar as aparições nos dois períodos analisados:

Gráfico 10 – Reportagens Band Cidade 2ª edição



Fonte: A autora, 2021.

Analisando as reportagens especificamente sobre a votação do projeto de ajuste fiscal da prefeitura neste ano, que foi amplamente veiculado em ambos os telejornais, a partir do mês de maio, é possível notar que a Band TV, por contar com aproximadamente 10 minutos a mais de programação em seu telejornal de 2ª edição em comparação com o jornal de mesma edição da RPC, acaba por ter a possibilidade de dedicar mais tempo à este tipo de cobertura, até mesmo com mais de uma reportagem mostrando diferentes pontos de vista do mesmo acontecimento, enquanto a descrição dos fatos na RPC precisa ser mais breve, ao menos no horário analisado.

Ainda é preciso levar em consideração que o próprio diretor de jornalismo da Band Paraná, João Azevedo, em entrevista à autora (ver apêndice F) informou que o Band Cidade 2ª edição é o telejornal da emissora que destina o maior espaço aos assuntos políticos.

No entanto, mesmo contando com um menor período de tempo, a cobertura quando é realizada não fica prejudicada na RPC por conta disso. Ambas as emissoras

conseguiram destacar com êxito a situação, inclusive trazendo a atenção do telespectador para o assunto que também entrou para o espaço de debate.

A cobertura sobre a votação do pacote de ajustes fiscais da prefeitura teve início em maio de 2017, quando o poder executivo encaminhou o projeto para à Câmara de Vereadores de Curitiba, com pedido de votação em regime de urgência.

Tão logo as discussões na Câmara têm início, ambas as emissoras trouxeram bastante visibilidade para o caso ao retratar que o projeto gerou diversas discussões e divergências entre os próprios parlamentares, os quais não concordam sobre o que é proposto em uma primeira análise, antes mesmo do início da pressão popular.

Já nos dias 30 e 31 de maio, as sessões da Câmara são encerradas antes do fim por conta da presença de servidores que protestam por não concordarem com o pacote de ajustes fiscais que, dentre alguns outros pontos, propõe que eles fiquem sem o reajuste salarial. O acontecimento é destaque em ambos os canais.

As emissoras noticiam estes primeiros dias dando voz tanto a representantes dos servidores, como entre os próprios vereadores para explicar o cenário ao telespectador. A reportagem do Band Cidade 2ª edição, no dia 31 de maio (ver anexo D) ainda detalha que os vereadores tinham conseguido liminar para evitar a presença dos servidores manifestando em plenário no segundo dia consecutivo a qual foi derrubada após recurso impetrado pelos próprios servidores. Fato importante do processo democrático que de fato merece ser destacado na mídia, já que o acompanhamento das discussões nas casas legislativas é um direito do cidadão.

A pressão popular ocasionada pelas manifestações, e que são potencializadas com a midiatização, torna-se responsável pelo pedido, por parte de alguns vereadores, de mais tempo para a avaliação do projeto no início do mês de junho, atrasando a aprovação que era aguardada pelo executivo, o que é retratado por sua vez em reportagem do Paraná Tv 2ª edição no dia 02 de junho (ver anexo B).

Nas semanas seguintes as manifestações seguem acontecendo até que chegam ao ápice de uma grande invasão na Câmara que acontece no dia 13 de junho de 2017. A cobertura é grandiosa por parte das ambas as emissoras que tiveram mais de uma equipe de reportagem mobilizadas para acompanhar a situação, mas nesta noite, é possível notar então, como já mencionado, que a diferença no tempo de cada jornal é responsável por possibilitar ao Band Cidade 2ª edição mais tempo de análise da situação até por diferentes pontos de vista.

A situação do dia 13 de junho, leva finalmente aos representantes da prefeitura assim como os vereadores convocarem uma reunião junto aos sindicatos dos servidores para ouvir e discutir as demandas da categoria que é acompanhada de perto por ambas as emissoras que encaminham equipes para acompanhar a reunião reportando ao vivo no telejornal de dentro da sala no prédio da Câmara.

Sem consenso, ocorre na semana seguinte novas tentativas de votação do projeto na Câmara, as quais são marcadas novamente por manifestações intensas que levam a suspensão das sessões. Neste momento, destaca-se, ainda, a reportagem da RPC que, no dia 21 de junho (ver anexo B), convida dois vereadores, da situação e da oposição, para discutir ao vivo o projeto de ajuste fiscal da prefeitura pontuando os quesitos positivos e negativos, de acordo com a visão de cada um, e ainda tirando as dúvidas de telespectadores sobre as propostas.

Na mesma linha, no dia seguinte (22 de junho de 2017 – ver anexo D), uma reportagem do Band Cidade 2ª edição ouve especialistas sobre a situação, os quais, apontam que a confusão entre representantes do governo e os servidores públicos se dá por falta de diálogo da gestão pública.

Neste mesmo dia 22, depois de quase um mês de embate, o prefeito Rafael Greca, responsável pelo projeto em questão, aceita fazer reunião para receber os vereadores e os servidores na prefeitura para a discussão das propostas, a qual também é acompanhada de perto por ambas as reportagens. O que vira destaque da reunião nos telejornais é a falta de consenso no diálogo e até mesmo o bate-boca ocasionado entre o próprio prefeito e alguns vereadores contrários às propostas durante a reunião. A situação desencadeia uma votação extraordinária que aceita a transferência da votação do pacote de ajustes fiscais para a Ópera de Arame em Curitiba, como tentativa de evitar a interferência dos manifestantes.

A votação aconteceu nos dias 26 e 27 de junho, quando ambas as emissoras tiveram mais da metade do tempo de seus telejornais de 2ª edição destinadas à esta cobertura. Várias equipes diferentes foram mobilizadas tanto para a Ópera de Arame, onde, do lado de fora, lamentáveis embates entre os servidores e a polícia aconteceram enquanto os vereadores votavam o pacote da prefeitura e até mesmo aos prédios do poder executivo que também contaram com a presença de manifestantes contrários à aprovação.

Mesmo com toda a mobilização popular pressionando a não aprovação do projeto, este restou aprovado pelos vereadores em primeira e segunda votação, o que

é destaque nas emissoras, e leva a cobertura no dia seguinte tanto ao poder executivo, que sanciona imediatamente o projeto, quanto à Câmara de Vereadores. Em seu último dia de sessão antes do recesso de julho, a câmara tem seu plenário invadido mais uma vez por servidores sendo veiculados também em ambos os telejornais.

Além das discussões sobre o projeto de ajustes fiscais da prefeitura que ganhou amplo projeção, é importante destacar outros espaços de participação popular, bem como, reportagens importantes para a construção do processo democrático que foram veiculados por ambas as emissoras.

Tanto Marangoni (apêndice E, 2021) quanto Azevedo (apêndice F, 2021) citam como o principal fator de seleção para este tipo de pauta à relevância para o cidadão. Marangoni (apêndice E, 2021) explica, que em sua visão, o jornalismo precisa exercer o papel de ponte entre os representantes eleitos e a sociedade, sendo necessário então “fiscalizar o poder público, facilitando a compreensão das propostas e das leis, estimulando o debate e dando voz à população.”.

Já Azevedo (apêndice F, 2021) ressalta que, geralmente, as discussões sobre políticas públicas que têm maior apelo junto ao público, ou seja, que geram um interesse maior sobre o seu desenvolvimento acabam sendo acompanhadas em todas as suas etapas de debate.

Como o processo legislativo é mais complicado, com um trâmite mais difícil de ser compreendido pelo telespectador, optamos por fazer a cobertura do que realmente pode mexer com a rotina da população, sem pegar nenhuma discussão pela metade, a não ser quando é extremamente necessário, para não confundir o telespectador que não têm profundo conhecimento sobre os processos políticos. (AZEVEDO, apêndice F, 2021).

Exemplo do que merece destaque neste período, está a reportagem veiculada no dia 10 de março de 2017, no Paraná Tv 2ª edição (ver apêndice B), que retrata tumulto durante a realização de uma audiência pública que tinha como objetivo discutir a redução da área de proteção ambiental do estado, tema que também acabou por gerar muitas repercussões e críticas por membros da sociedade civil e que foi amplamente acompanhado pela cobertura da RPC.

Nesta audiência em questão, mais de 800 membros da sociedade participaram, do lado de dentro do auditório da Assembleia, mas, mesmo assim, centenas de professores, estudantes e ambientalistas foram impedidos de participar

por falta de espaço para todos, o que gerou grandes protestos e manifestações ao lado de fora da casa.

O Paraná Tv 2ª edição, destacou neste dia o fato de um deputado estadual impedir a entrada de alguns presentes. O político, como bem mostra e critica a reportagem da RPC TV (ver apêndice B) chega até mesmo a desaprovar a presença de estudantes e professores durante a audiência, fato extremamente importante de ser visibilizado na mídia, para que possamos assim conhecer os representantes que tentam excluir os membros da sociedade de momentos de discussão, os quais são garantidos por lei, e que são essenciais para o desenvolvimento de um processo político mais participativo.

Neste caso, a situação chegou inclusive a ser encaminhada para o Ministério Público, que invalidou o acontecimento da audiência em questão por limitar o número de participantes na discussão considerando o evento como uma reunião. Além disso, foi determinado pelo MP que outras 12 audiências públicas fossem realizadas para levantar a discussão junto à sociedade, sendo que deveriam acontecer em todas as cidades do estado que estivessem dentro da área de proteção ambiental a qual era pauta do projeto, mas, ainda se manifestou pelo arquivamento do projeto de lei.

A reportagem da RPC acompanhou vários desdobramentos deste caso até o seu arquivamento, projeto que, em comparação, não ganhou tanto destaque no Band Cidade 2ª edição. Além de acompanhar as discussões entre representantes na Assembleia e membros da sociedade civil, o Paraná Tv 2ª edição chegou inclusive a fazer reportagens para explicar ao telespectador as propostas do projeto como por exemplo, no dia 22 de março de 2017 com *“Área de proteção rica em nascentes e cachoeiras pode ser reduzida em 70% de acordo com projeto que tramita na Assembleia”* (Ver apêndice B) que esclarece os objetivos do projeto e a influência que a sua aprovação teria em nossa realidade.

O caso foi citado pela própria diretora de jornalismo da RPC, Luciana Marangoni, em entrevista concedida à autora (ver apêndice E), que informou que pela relevância do caso em “uma das áreas mais exuberantes do país que passa por 13 municípios, a maior parte deles nos Campos Gerais” (Marangoni, apêndice E, 2021), o caso foi acompanhado quase que diariamente pela equipe de jornalismo, o que ajudou a pressionar os representantes do governo pelo arquivamento do projeto. “Demos ampla cobertura, espaço para todos os lados da questão e depois de muita discussão, que foi acompanhada quase que diariamente pelos telespectadores da

RPC, a proposta foi retirada da pauta pelo próprio deputado autor do projeto. ‘Me arrependi’, disse Plauto Miró (DEM) aos nossos repórteres” (Marangoni, apêndice E, 2021).

Este tipo de reportagem, que foi mais frequente em 2017 em comparação com o ano anterior em ambos os telejornais analisados, onde as propostas de projetos em tramitação nas casas legislativas são explicadas ao telespectador, são de extrema importância para incitar o interesse do cidadão pelo assunto e consequentemente pela participação no debate de ideias, principalmente quando ele tem o conhecimento e é informado dos espaços de participação.

Sendo assim, um dos principais destaques das reportagens do Paraná Tv 2ª edição no ano de 2017 se para a reportagem *“Audiência Pública vai ajudar a definir orçamento e metas para 2018, em Curitiba”*, veiculada no dia 10 de abril (ver apêndice B), na qual, toda uma programação de audiências públicas a se realizar durante os dias seguintes é repassada ao telespectador juntamente com a explicação do funcionamento delas e quais são as possibilidades de apresentação de problemas e propostas que serão analisados pelos vereadores, incentivando da melhor forma a participação popular. No dia 18 de abril, a reportagem também acompanha a última audiência pública realizada nesta sequência de eventos.

Dando sequência a esta cobertura, no dia 05 de junho, a reportagem da RPC também marca presença no momento em que são apresentados a todos os vereadores as principais sugestões dos membros da sociedade coletadas durante a sequência de audiências públicas que aconteceram em abril. É destacado na reportagem *“Sugestões para o futuro de Curitiba foram apresentadas aos vereadores”*, que os principais pedidos da população foram: mais segurança com mais rondas por parte da guarda municipal, e pedidos relacionados à saúde. Com a análise aos pedidos os vereadores já começaram a propor emendas nas citadas áreas à lei de diretrizes orçamentárias.

No mês de maio, um fórum para debater soluções para os problemas da cidade também foi pauta no Paraná Tv 2ª edição, o qual contou com a participação de representantes de empresas e órgãos públicos, assim como, no dia 11 de julho de 2017, a audiência pública que discutiu a situação das Universidades estaduais e o debate sobre a adesão ao novo sistema que controlaria a folha de pagamento dos servidores – META 04 – o qual também gerou muitas manifestações populares ao longo deste ano.

Novamente em agosto, audiências públicas para decidir os investimentos da prefeitura também foram visibilizados pelo RPC que em reportagem optou até mesmo por mostrar cidadãos que, ao participarem de audiências anteriores, tiveram as suas reivindicações de melhorias e pavimentação nas ruas do bairro onde vivem, atendidas pelas autoridades, explicando novamente o funcionamento do processo de sugestão de políticas públicas e discussão de prioridades junto aos representantes.

Isto, dois dias após a visibilização, no dia 01 de agosto, da reportagem *“Rafael Greca volta atrás e retira projetos da pauta de votação da Câmara”* (ver apêndice B), que mostra o poder executivo municipal retirando da pauta de discussão na Câmara de vereadores o aumento de impostos como o ISS e o ITBI por conta da pressão popular realizada após o conhecimento através da veiculação nas mídias sobre os detalhes do projeto primeiramente apresentado.

Em outubro de 2017, o Paraná Tv 2ª edição traz a última reportagem do ano sobre os espaços de participação popular abordando uma audiência pública organizada pela Assembleia Legislativa do Paraná depois de um alto índice de acidentes registrados nas rodovias com pedágio no Paraná para discutir a segurança nas estradas com representantes de concessionárias e cidadãos da sociedade civil.

Já com relação ao Band Cidade, é extremamente positivo concluir que ao longo do ano de 2017, em ao menos 23 oportunidades, os espaços de participação popular como audiências públicas, consultas públicas e fóruns populares foram destaque no telejornal, o que aponta para uma média de quase duas reportagens sobre tema sendo veiculadas ao mês nesta edição da emissora.

Sem nem mencionar que outras reportagens tratando muitas vezes sobre projetos específicos em tramitação, mesmo não tendo como assunto em si os espaços de participação, também citam o agendamento de audiências públicas ou consultas populares para a discussão do projeto com a sociedade civil como é o caso da reportagem *“Projeto que proíbe fogos de artifícios ainda não tem definição”*, do dia 28 de março (ver apêndice D), da *“Operação Carne Fraca é tema de discussão e críticas na ALEP”*, no dia 20 de março (ver apêndice D) e ainda, no dia 07 de março, a reportagem *“Deputados estaduais discutem o aumento na tarifa de água”* (ver apêndice D), a qual cita a abertura de uma consulta pública para que a sociedade em geral se manifeste sobre o assunto e ainda a próxima audiência pública a se realizar no dia 21 de março do mesmo ano.

Mas além das reportagens que tratam sobre os espaços de participação em si, é importante ressaltar alguns outros temas abordados pela mesma e que são extremamente importantes para o entendimento do processo democrático por parte do telespectador, mas também para incitar o interesse por participação.

Logo no dia 25 de janeiro (ver anexo D) uma reportagem detalha vários projetos que devem ser colocados em discussão ao longo do ano na Câmara de Vereadores de Curitiba, muitas das quais, são propostas apresentadas pelos novos vereadores eleitos na cidade. No entanto, a reportagem chama a atenção para o fato de que antes mesmo da ocorrência dos debates em plenário, tem-se como possível a afirmação de que muitos daqueles projetos seriam inconstitucionais. Sendo assim, a repórter explica ao telespectador a função dos Vereadores no âmbito legislativo para que assim seja possível, por parte dos cidadãos, também fiscalizar estes representantes.

No dia 01 de fevereiro (ver anexos B e D), ambas as emissoras acompanham o primeiro dia de retorno ao trabalho em ambas as casas legislativas. Na Câmara de Vereadores o destaque das reportagens fica para a presença do prefeito eleito Rafael Greca que pede aos vereadores que priorizem projetos que poupem o dinheiro público. Enquanto na Assembleia Legislativa os deputados estaduais fazem a primeira sessão do ano com portões fechados impedindo a entrada de representantes da sociedade, mais especificamente membros do sindicato dos trabalhadores em educação Pública do Paraná e são alvos de crítica por parte dos âncoras.

Chama a atenção também no dia 01 de junho de 2017 (ver anexo D), a reportagem do Band Cidade 2ª edição que mostra o caso de uma eleitora que pediu na justiça que deputado devolvesse gastos indevidos aos cofres públicos que foram conferidos através do portal da transparência, e explica ao telespectador que todos podemos ter acesso a este tipo de informação.

O que nos leva mais uma vez a constatação de que os casos de denúncia e mau uso de benefícios públicos são bastante visibilizados pela imprensa. No ano de 2017, o caso da vereadora Katia Dittrich, que foi acusada de ficar com parte do salário de funcionários na Câmara de Curitiba, foi acompanhado de perto pelas emissoras entre os meses de agosto, quando aconteceu a denúncia por parte dos comissionados, até o mês de dezembro de 2017, quando o caso ainda não tinha sido finalizado.

Atualizações frequentes sobre o caso apareceram de forma equivalente, segundo a análise de conteúdo, em ambas as emissoras, as quais acompanharam a denúncia, a criação e análise do caso pela comissão processante, o depoimento dos envolvidos e as tentativas na justiça, por parte da vereadora acusada, de invalidar o processo que, após aceitação da denúncia pela comissão processante, teve a votação em plenário para suspensão do mandato adiada para 2018.

Por fim, além das reportagens que visibilizaram os espaços de participação em si, merece destaque a matéria *“Alunos de Curitiba apresentam projetos de lei para os vereadores da cidade”*, veiculada em outubro de 2017 pela Band Paraná (ver apêndice D), que retrata um projeto desenvolvido por uma escola da cidade que explicou o funcionamento do processo democrático para os alunos e incitou nas crianças a participação no debate sobre as políticas públicas resultando até mesmo em uma reunião com os vereadores da cidade para a apresentação das melhores propostas que surgiram.

Esta reportagem pode ser apontada como um excelente exemplo da forma como a mídia pode trazer ao conhecimento do cidadão as suas possibilidades e direitos de participação no processo democrático. Reportagens como estas tem a capacidade de impactar não apenas as crianças - futuros cidadãos, citados na reportagem – mas também aqueles que acompanham a matéria no telejornal e através dela passam a ter o interesse de se tornarem mais ativos no debate público ao ter acesso a percepção e ao conhecimento de que ele também tem formas garantidas para fazer com que as suas necessidades ouvidas pelos representantes do poder.

De maneira geral, nota-se que a tramitação de projetos de lei curiosos ou polêmicos, em ambas as casas legislativas, acabam atraindo mais a atenção da sociedade e conseqüentemente da mídia. É importante analisar que existe uma relação direta entre o interesse do público e a pauta noticiada neste tipo de situação, o que acaba gerando uma espécie de círculo virtuoso onde se torna impossível saber se a mídia causou o interesse da população ou se o interesse foi responsável pela maior visibilização da pauta.

Geralmente, os meses de recesso nas casas legislativas, janeiro e julho, se demonstraram os meses com a menor quantidade de reportagens sobre o processo das políticas públicas em ambos os anos analisados. A exceção pode ser notada no

Band Cidade 2ª edição durante o mês de novembro de 2017, que foi o mês com o menor número de reportagens neste ano, ao lado do mês de janeiro, apenas 04 cada.

Por mais que esta emissora tenha demonstrado quantitativamente o maior espaço para as pautas políticas, bem como maior destaque para os espaços de participação popular no processo, a situação relatada demonstra um problema detectado durante a análise desta emissora que é a falta de assiduidade e constância nas pautas públicas. Enquanto em um mês o espaço dedicado à visibilização do processo e os espaços de participação em outro o número de reportagens cai, sem, necessariamente, uma justificativa como o recesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que o telejornalismo ainda seja uma das principais formas de consumo de informação na sociedade brasileira, pelo fato de os televisores estarem presentes em mais de 90% dos domicílios brasileiros, tendo assim o maior alcance entre os meios de comunicação em nosso país, é impossível negar, principalmente nas classes sociais mais altas, que o telejornalismo deixou de ser ao menos a única forma de consumo de informação.

A queda da audiência, principalmente entre o público mais jovem, tem como consequência um impacto direto no formato de produção dos telejornais, principalmente no jornalismo local, que, cada vez mais precisa se atualizar e incluir os formatos digitais dentro da programação para garantir a audiência.

Como bem apontaram os diretores de jornalismo da Band Paraná e da RPC TV, entrevistados pela autora (ver apêndices E e F), por mais que a relevância seja o fator determinante para a seleção e o fechamento das pautas em qualquer redação jornalística, seguindo os pilares da profissão, a realidade atual é que não apenas o interesse público, mas também, o interesse do público acaba tendo cada vez mais impacto nesta decisão já que estão diretamente relacionados com os índices de audiência, os quais, são acompanhados cada vez mais de perto, muitas vezes minuto à minuto para decidir o que ganha mais ou menos espaço no ar.

As emissoras de televisão são empresas capitalistas que visam o resultado, ou seja, o lucro como principal objetivo. Assim, por mais que a relevância seja fator determinante na seleção de pautas, a cobrança que chega aos funcionários é principalmente pela audiência.

A falta de interesse crescente entre a população pelo aprofundamento em assuntos políticos e do processo democrático nos telejornais, principalmente entre as gerações mais jovens, acaba fazendo com que não seja este tipo de matéria que acaba dando o maior retorno em questões de resultados, por mais que a sua relevância seja inegável. Fato que coloca o profissional jornalista em situações cada vez mais complexas de decisão.

É preciso entender ainda que as edições de telejornais locais, como é o caso do Band Cidade 2ª edição e do Paraná Tv 2ª edição, selecionados para a análise de conteúdo da presente pesquisa, precisam seguir uma grade de programação imposta

pelas redes das emissoras de televisão das quais fazem parte, as quais geralmente tem as suas centrais nos estados do Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Sendo assim, o tempo disposto para a visibilização das notícias locais, principalmente neste horário nobre da televisão que é o final do dia, não é o suficiente para reportar todos os principais fatos do dia a dia de uma capital como Curitiba, o que obriga com que as abordagens sejam feitas de forma mais breve e enfoques com mais detalhes sejam deixados para os telejornais matinais, por exemplo, os quais geralmente dispõe de maiores tempos de duração, mas que não foram o centro desta pesquisa.

Com apenas 10 minutos de diferença na duração entre os dois telejornais analisados, por exemplo, já é possível perceber uma distinção nas formas e possibilidades de abordagens de alguns assuntos que foram pauta simultaneamente nas emissoras através de reportagens com mais detalhamento e explicações quando se dispõe de mais tempo, afinal, 10 minutos na televisão é um tempo muito considerável.

Mesmo sendo positivo constatar, após a realização da análise de conteúdo, que, ao perceber uma grande manifestação de interesse por parte da população na tramitação de um projeto específico na Câmara de Vereadores de Curitiba, em 2017, ambas as emissoras, dentro das suas realidades, acabaram por aumentar a visibilização através das reportagens de possibilidades de participação popular, também é importante ressaltar que acredita-se faltar, mesmo entendendo as imposições de duração dos telejornais, as limitações de equipes cada vez mais reduzidas e até mesmo os desafios para manter os índices de audiência frente à ascensão dos meios digitais, a divulgação mais frequente do acontecimento dos eventos populares e espaços de participação popular no processo democrático das políticas públicas.

Até mesmo pelo fato de ser possível verificar, mesmo neste período relativamente breve da análise de conteúdo realizada que, por mais que em um primeiro momento a população demonstre essa barreira ao aprofundamento em questões políticas, muito pela justificativa de não termos em nosso país um histórico de incentivo ao conhecimento e participação deste processo desde a educação básica, que quando é estimulada e de fato passa a entender o impacto que tais discussões tem diretamente em suas rotinas também passam a ter o interesse de se envolver nas discussões.

Exemplo disso, são as mobilizações de categorias em algumas votações e discussões de projetos nas casas legislativas da capital paranaense, considerando, por exemplo, a frequência da pauta, a visibilidade dada pelos próprios legisladores, o que comprova o poder que aliados, mídia e sociedade têm de pressionar os representantes do poder.

Nesta mesma linha, é extremamente importante ressaltar que trazer este tipo de informação ao conhecimento da população é justamente o que os instrumentaliza para, além de desenvolverem maior interesse pela participação no processo democrático através de um maior conhecimento sobre as possibilidades de garantia de seus direitos, terem o fundamento necessário para evitar a centralização do poder em pequenos grupos de representantes, bem como, afastar-se do caminho de retorno à uma alienação que permite a ascensão de forças autoritárias e não democráticas.

Justamente por isso, no caso de uma sociedade extremamente desigual como a brasileira, a qual, em sua maioria, não tem amplo conhecimento sobre o funcionamento do processo democrático e principalmente dos seus direitos e de suas possibilidades de participação nos debates sobre as políticas públicas que dizem respeito diretamente às suas realidades, acredita-se ser necessário no telejornalismo local ir além nas abordagens sobre o tema, já que atingem tanta gente, trazendo frequentemente a sua programação a agenda de audiências, consultas públicas e demais possibilidades de participação e envolvimento no processo.

Através da análise de conteúdo realizada no presente trabalho, também foi possível notar a ausência de reportagens sobre as Conferências de políticas públicas, bem como, a falta de visibilidade dos Conselhos de Direitos Humanos e Cidadania nos telejornais, ambos outros instrumentos importantes que devem ser conhecidos pelos cidadãos de uma sociedade que visa avançar para a democracia deliberativa.

As Conferências são ambientes que assim como audiências e fóruns permitem o debate entre os membros da sociedade civil e dos representantes eleitos para avaliar e até mesmo aperfeiçoar serviços que já são ofertados à sociedade e por isso são tão importantes.

Enquanto os conselhos existem justamente para fiscalizar e avaliar o funcionamento das políticas públicas, sendo assim espaços essenciais para a construção do processo democrático cada vez mais participativo e meios que precisariam ser melhor visibilizados para, conseqüentemente, serem mais conhecidos e usufruídos pela sociedade.

Esta seria uma forma de, além de trazer a programação de eventos de participação popular no processo democrático ao conhecimento da população com possibilidades para o debate, bem como maiores explicações de quais são as formas garantidas pela lei para fazer valer as suas necessidades e opiniões, fazer com que, qualquer cidadão, independentemente de classe social tenha maior conhecimento sobre estes temas e se torne mais interessado no processo democrático como um todo, podendo assim ocupar uma posição de maior igualdade no debate público.

Ao mesmo tempo, é fundamental avançar em processos democráticos que ampliem as possibilidades de participação social, como melhoria nas condições de educação e acesso aos instrumentos democráticos. A televisão, através do telejornalismo realizados nas emissoras de sinal aberto, é o meio que tem a maior possibilidade de acesso às camadas sociais mais vulneráveis da população podendo ser um ator importante para ao menos dar início à uma transformação desta realidade.

Além disso, o próprio conhecimento e interesse sobre os assuntos públicos, como bem apresentado até aqui, é essencial para garantir que cada vez mais caminhemos, enquanto sociedade, para longe das possibilidades de ascensão de políticas autoritárias e sim em direção a uma democracia cada vez mais participativa.

Por mais que se entenda a complexidade do desafio em um país tão desigual como o Brasil, que é de trazer as possibilidades de participação no processo democrático a um patamar mais igualitário à todas as camadas e raças sociais, com tamanha abrangência do jornalismo local veiculado na televisão aberta, acredita-se que uma maior visibilização das possibilidades de participação é um passo tangível a ser atingido e que pode trazer alguns resultados de forma relativamente rápida à nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. A Indústria Cultural. *In*: COHN, Gabriel (Org). **Comunicação e industrial cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. São Paulo: T. A Queiroz, 1987.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. Conferências nacionais: entendendo a dinâmica da participação no nível nacional. *In*: AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. (Org.). **Conferências Nacionais**: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: IPEA, p. 9-21, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_conferencias_nacionais.pdf. Acesso em 04 jul. 2020.

AZEVEDO, João Carlos de. Entrevista concedida à Manuella Niclewicz, via email em 28 de janeiro de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, Valdecir; GAMBARO, Daniel. Audiência Televisiva em queda: mudanças no jornalismo e na programação da TV aberta. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 15, n. 29, p. 59-80, jan./jun. 2016.

BITENCOURT, Caroline Müller. A teoria procedimental da democracia deliberativa e suas contribuições à problemática da legitimidade judicial nas decisões sobre políticas públicas sociais. *In*: LEAL, Rogério Gesta Leal (Org). **A democracia deliberativa como nova matriz de gestão pública**: alguns estudos de casos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 99-135. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1834/1/A%20democracia%20deliberativa.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. 3. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BOURDIEU, Pierre, *et al.* **O poder simbólico**. 1989. Disponível em: http://www.academia.edu/download/61789263/bourdieu__pierre._o_poder_simbolico_20200114-108077-57bf3g.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 10, n. 2, p. 224-247, 2014.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CANNITO, Newton Guimarães. **A televisão na era digital**: interatividade, convergência e novos modelos de negócio. São Paulo: Summus, 2010.

CAPPARELLI, Sergio; LIMA, Venício A. de. **Comunicação e televisão**: desafios da pós globalização. São Paulo: Hacker. 2004.

CARDOSO, Gustavo Leitão. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

COHEN, Bernard C. **The Press and Foreign Policy**. Berkeley, Califórnia: University of California, 1993.

FARIA, Cláudia Feres; LINS, Isabella Lourenço. Participação e Deliberação nas conferências de Saúde: do local ao nacional. *In*: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. (Org.). **Conferências Nacionais**: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: Ipea, 2013. p. 73 - 94.

FARIA, Cláudia Feres; LINS, Isabella L.; PETINELLI, Viviane. Conferências de Políticas Públicas: um Sistema Integrado de Participação e Deliberação? *In*: IV CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR, Belo Horizonte. **Anais...** 2011. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Cludia_Feres_Faria_1.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, Campinas, n. 50, p. 47-68, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a04n50.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

FLORES, Joaquín Herrera. **A Reinvenção dos direitos humanos**. Trad. Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberg; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FONSECA JR, Wilson Corrêa de. *In*: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FONSECA, Francisco C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. **Revista de Sociologia e Política**, n. 22, p.13-24, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000100003>. Acesso em: 14 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/foucault%2c%20michel%20-%20a%20ordem%20do%20discurso.pdf. Acesso em: 04 out 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GURGEL, C.; RIBEIRO, A. J. G. Marxismo e políticas públicas. *In*: 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2011. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt18-25/1029-marxismo-e-politicas-publicas/file>. Acesso em: 11 dez. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HJARVARD, Stig. **Midiatização**: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. São Paulo: Matrizes, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38327/41182/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/149/4/A%20TV%20no%20Brasil%20do%20seculo%20XX.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

KELLNER, Douglas. **Cultura da mídia e triunfo do espetáculo**. Sociedade midiaticizada, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: teoria e política. 2. ed. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2004.

MACHADO, Arlindo. **A Televisão levada a sério**. 6. ed. São Paulo: Editora Senac – São Paulo, 2019.

MARANGONI, Luciana. Entrevista concedida à Manuella Niclewicz, via e-mail em 27 de janeiro de 2021.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 5. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MCLUHAN, M. **O meio são as mensagens**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em:

<https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, p. 129-141, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0129.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Televisão e escola: conflito ou cooperação?** 2. ed. São Paulo: Cortes Editora, 1999.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 5. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2014.

PERUZZO, Cicilia N. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TARRAGÓ, D.; BRUGUÉ, Q; CARDOSO JR, J. **A administração pública deliberativa: inteligência coletiva e inovação constitucional a serviço do público**. Brasília: IPEA, 2015.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VASCONCELOS, Pedro Telom. **A audiência pública como instrumento de participação popular na avaliação do estudo de impacto ambiental**. 199f. 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4843/1/arquivo7192_1.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

VIOLIN, Tarso Cabral. **Democratização dos meios de comunicação: Estado, Direito e Políticas Públicas**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

APÊNDICE A – Listagem Reportagens Paraná TV 2ª edição - RPC - ano 2016

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores faltam por motivos diversos, mas câmara aceita as justificativas. **Boa Noite Paraná.** 05/01/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4718773/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados estaduais voltam às sessões na Assembleia Legislativa. **Boa Noite Paraná.** 02/02/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4782476/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereador e ex-vereador são condenados à devolver dinheiro para a Câmara de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 03/02/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4785301/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Toma posse o novo presidente do TRE-PR. **Boa Noite Paraná.** 12/02/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4808406/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereador é escoltado por carro da Guarda Municipal sem autorização. **Boa Noite Paraná.** 17/02/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4820781/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Governo apresenta balanço de contas de 2015 aos deputados estaduais. **Boa Noite Paraná.** 24/02/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4837871/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020

BOA NOITE PARANÁ. Prefeitura e Câmara Municipal prestam contas referentes aos últimos quatro meses de 2015. **Boa Noite Paraná.** 29/02/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4849479/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Polêmica do salário dos vereadores de Curitiba chega ao plenário da Câmara. **Boa Noite Paraná.** 02/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4855174/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projeto que autoriza a presença de Doulas no parto é aprovado na Câmara de Vereadores em primeira votação. **Boa Noite Paraná.** 08/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4869112/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores aprovam lei que libera a presença de Doulas antes, durante e depois do parto. **Boa Noite Paraná.** 09/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4871818/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Representantes de vários setores da sociedade se reuniram para discutir a Política do país. **Boa Noite Paraná.** 17/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4891714/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Presidência da Câmara Municipal apresenta projeto para reestruturar quadro de funcionários. **Boa Noite Paraná.** 24/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4908746/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projeto que muda lei contra corrupção deve ser entregue amanhã na Câmara. **Boa Noite Paraná.** 28/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4916730/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. MPF entrega 2 milhões de assinaturas em apoio às medidas contra corrupção. **Boa Noite Paraná.** 29/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4919438/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores de Curitiba decidem por “congelamento” de próprios salários. **Boa Noite Paraná.** 31/03/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4925087/programa/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidor Municipal terá reajuste de 10,36%. Reajuste foi aprovado pelos vereadores e precisa de assinatura do Prefeito. **Boa Noite Paraná.** 01/04/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4927975/programa/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadora que ‘não votou’ e teve voto computado denuncia fraude em votação na Câmara. **Boa Noite Paraná.** 05/04/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4936255/programa/>. Acesso em 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara estuda se Pastor Valdemir [Vereador] que renunciou pode ser candidato. **Boa Noite Paraná.** 06/04/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4938896/programa/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara Municipal arquiva investigação do caso do Pastor Valdemir Soares do PRB. **Boa Noite Paraná.** 07/04/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4941535/programa/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores aprovam projeto que prevê multa para motoristas de Uber. **Boa Noite Paraná.** 11/04/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4949452/programa/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Aprovadas mudanças que dificultam a utilização do Uber na CMC. **Boa Noite Paraná.** 12/04/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4952044/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. MP denuncia vereador por prática racista. **Boa Noite Paraná.** 04/05/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5001898/?s=0s>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara vai repassar R\$54 milhões para Prefeitura de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 11/05/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5017591/?s=0s>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ 16/mai/2016 – Vereadores aprovam projeto de lei que prevê multa para os “Fura Catracas”. **Boa Noite Paraná.** 16/05/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5028158/?s=0s>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná desiste de reajustar a verba de ressarcimento dos deputados. **Boa Noite Paraná**. 15/06/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5096716/?s=0s>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados estaduais começam a discutir projeto que proíbe o Amianto no Paraná. **Boa Noite Paraná**. 20/06/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5107614/?s=0s>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados estaduais aprovam por unanimidade reajuste salarial de 9,28% para servidores públicos. **Boa Noite Paraná**. 20/06/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5107598/?s=0s>. Acesso em 19 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Assembleia Legislativa aprova projeto que dificulta a prorrogação dos contratos de pedágios. **Boa Noite Paraná**. 21/06/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5110238/?s=0s>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Moradores de Curitiba participam de reunião para discutir o orçamento municipal de 2017. **Boa Noite Paraná**. 24/06/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5118694/?s=0s>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Alep confirma cancelamento do recesso de julho. **Boa Noite Paraná**. 06/07/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5146390/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Alep faz duas sessões no dia em que recesso deveria começar. **Boa Noite Paraná**. 18/07/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5172717/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Assembleia Legislativa cancela concurso público para a contratação de 100 funcionários. **Boa Noite Paraná**. 19/07/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5175251/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Estudantes de Direito da UFPR participam de atividade na Assembleia Legislativa do Paraná, enquanto isso os parlamentares ganharam uma semana de folga. **Boa Noite Paraná**. 25/07/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5188572/?s=0>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. MP entra com ação de improbidade contra deputado estadual que teria funcionários fantasmas. **Boa Noite Paraná**. 29/07/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5199334/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores de Curitiba retomam os trabalhos na Câmara após recesso. **Boa Noite Paraná**. 01/08/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5204527/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Presidente da Assembleia Legislativa vai assumir o Governo do Estado. **Boa Noite Paraná**. 11/08/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5228709/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Governo do Estado envia proposta de lei à Assembleia Legislativa prevê a criação de novas taxas e aumento da arrecadação. **Boa Noite Paraná**. 15/08/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5237549/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Curitiba tem 1097 candidatos à Vereador. **Boa Noite Paraná**. 16/08/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5240131/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Pacote do Governo para aumentar a arrecadação está dando o que falar. **Boa Noite Paraná**. 27/08/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5265628/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados Estaduais admitem incluir emendas nos projetos de ajustes fiscais do governo. **Boa Noite Paraná**. 30/08/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5271518/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados Estaduais vão trabalhar na Assembleia apenas dois dias na semana. **Boa Noite Paraná**. 30/08/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5271507/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. CCJ aprova projetos de ajustes fiscais do Governo. **Boa Noite Paraná**. 07/09/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5274258/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projetos de ajuste fiscal começam a ser votados no plenário da Assembleia. **Boa Noite Paraná**. 12/09/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5300518/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Adiada votação do pacote de ajuste fiscal. **Boa Noite Paraná**. 13/09/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5303353/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadora protocola denúncia contra colega por agressão. **Boa Noite Paraná**. 16/09/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5312068/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Aprovado o pacote de ajustes fiscais. **Boa Noite Paraná**. 19/09/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5317163/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados de oposição e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pretendem ir à justiça contra o pacote de medidas do Governo. **Boa Noite Paraná**. 20/09/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5319779/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara de Curitiba abre comissão processante para investigar caso de agressão do Vereador Professor Galdino. **Boa Noite Paraná** 26/09/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5333420/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara de Curitiba terá o maior número de vereadoras da história: 08 mulheres foram eleitas. **Boa Noite Paraná.** 03/10/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5350118/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidores vão à AL pela manutenção do reajuste. **Boa Noite Paraná.** 10/10/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5366918/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Eleição para a mesa diretora da Assembleia vai ter chapa única. **Boa Noite Paraná.** 12/10/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5372461/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputado estadual Ademar Traiano, do PSDB, é reeleito presidente da Alep. **Boa Noite Paraná.** 17/10/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5383331/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Mais uma vez vereador é flagrado votando no lugar de um colega na Câmara de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 20/10/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5392006/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Governo afirma que retira a suspensão de reajuste do salário dos servidores se greve acabar. **Boa Noite Paraná.** 20/10/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5392026/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Governo e APP discutem alternativas para encerrar greve de professores. **Boa Noite Paraná.** 26/10/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5405611/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Representantes do Governo e Sindicato se reúnem para renegociar reajuste aos servidores estaduais. **Boa Noite Paraná.** 16/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5453686/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Governo reencaminha à Assembleia Legislativa emenda que suspende reajuste dos servidores. **Boa Noite Paraná.** 17/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5456431/?s=0s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores decidem arquivar denúncia contra Chicarelli, que votou no lugar de colega. **Boa Noite Paraná.** 21/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5464491/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados estaduais começam a votar amanhã o orçamento do estado. **Boa Noite Paraná.** 21/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5464419/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Justiça decide suspender votação na Assembleia Legislativa sobre orçamento do Estado. **Boa Noite Paraná.** 22/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5467107/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidores protestam na Assembleia Legislativa contra suspensão do reajuste dos salários. **Boa Noite Paraná**. 23/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5469802/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Sessão na Assembleia que votaria a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi interrompida. **Boa Noite Paraná**. 24/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5472431/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projeto aprovado em primeira votação deve facilitar o uso de transporte coletivo. **Boa Noite Paraná**. 28/11/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5480310/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores da Câmara de Curitiba vão resolver ano que vem os problemas no sistema de votação. **Boa Noite Paraná**. 05/12/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5493870/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados aprovam projeto que regulamenta visitas de animais em hospitais. **Boa Noite Paraná**. 06/12/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5496525/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Audiência pública discute a crise financeira do Hospital Evangélico. **Boa Noite Paraná**. 13/12/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5511570/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Assembleia Legislativa devolve 245 milhões de reais ao Governo do Estado. **Boa Noite Paraná**. 14/12/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5514178/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara suspende o vereador Prof. Galdino até o fim da legislatura. **Boa Noite Paraná**. 15/12/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5516695/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara Municipal é palco de muitas polêmicas em 2016. **Boa Noite Paraná**. 19/12/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5524185/?s=0s>. Acesso em: 22 dez. 2020.

APÊNDICE B – LISTAGEM REPORTAGENS PARANÁ TV 2ª EDIÇÃO - RPC - ANO 2017

BOA NOITE PARANÁ. Serginho do Posto é eleito novo presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba. **Boa Noite Paraná**. 02/01/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5550994/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereador quer permitir o uso de recuo para aumentar as vagas de estacionamento em Curitiba. **Boa Noite Paraná**. 04/01/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5556063/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Novo repasse do Governo do Estado será usado para a compra de medicamentos. **Boa Noite Paraná**. 09/01/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5566028/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ 18/jan/2017 – Vereador de Curitiba propõe multa para quem joga lixo no chão. **Boa Noite Paraná**. 18/01/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5586684/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadora de Curitiba sofre ataques machistas nas redes sociais. **Boa Noite Paraná**. 25/01/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5602029/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputado propõe a volta da venda de bebidas alcóolicas nos estádios do Paraná. **Boa Noite Paraná**. 27/01/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5608010/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020

BOA NOITE PARANÁ. Servidores estaduais são impedidos de entrar na Alep na 1ª sessão do ano. **Boa Noite Paraná**. 01/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5619705/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Prefeito Rafael Greca fala em aumento na tarifa de ônibus em posse da mesa diretiva na Câmara. **Boa Noite Paraná**. 01/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5619710/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Desembargador Adalberto Xisto toma posse como novo presidente de TRE. **Boa Noite Paraná**. 06/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5632287/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Representantes da APP Sindicato e do governo se reúnem para negociar mudanças na educação. **Boa Noite Paraná**. 08/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5638178/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores voltam atrás no apoio da abertura de uma comissão especial do transporte público. **Boa Noite Paraná**. 09/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5641223/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Tribunal de Contas manda a Prefeitura suspender o reajuste da passagem de ônibus. **Boa Noite Paraná.** 13/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5650306/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Prefeitura pede para o Tribunal de Contas rever a suspensão do aumento da tarifa do ônibus. **Boa Noite Paraná.** 14/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5653197/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Tribunal de Justiça mantém o aumento da tarifa do ônibus em Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 16/02/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5659386/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente se coloca contra projeto que reduz área de proteção ambiental em sessão. **Boa Noite Paraná.** 07/03/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5706738/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. MP diz que projeto para diminuir área de proteção ambiental é um retrocesso. **Boa Noite Paraná.** 09/03/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5712735/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Teve tumulto em audiência que discutiu a redução de área de proteção ambiental. **Boa Noite Paraná.** 10/03/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5715704/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Prefeitura de Curitiba anuncia um rombo na previdência dos servidores municipais. **Boa Noite Paraná.** 20/03/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5739651/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Área de proteção rica em nascentes e cachoeiras pode ser reduzida em 70% de acordo com projeto que tramita na Assembleia. **Boa Noite Paraná.** 22/03/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5745154/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Justiça bloqueia mais de 14 milhões de ex-presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 24/03/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5750935/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Prefeitura deve enviar pacote de ajuste fiscal à Câmara de Vereadores. **Boa Noite Paraná.** 27/03/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5756945/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Secretários da Prefeitura de Curitiba discutem com os vereadores os projetos de ajuste fiscal. **Boa Noite Paraná.** 04/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5777347/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores de Curitiba protocolam projeto para regulamentar aplicativos de caronas pagas. **Boa Noite Paraná.** 06/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5782849/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Audiência Pública vai ajudar a definir orçamento e metas para 2018, em Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 10/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5791529/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Pacote de ajustes fiscais começa a ser analisado na Câmara de Vereadores. **Boa Noite Paraná.** 10/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5791523/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Prefeitura de Curitiba faz proposta para tentar resolver o rombo da previdência municipal. **Boa Noite Paraná.** 11/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5794184/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020

BOA NOITE PARANÁ. Tribunal de Contas aponta falhas na administração das contas da Previdência de servidores. **Boa Noite Paraná.** 15/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5805065/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Última Audiência Pública é realizada em Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 18/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5810835/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores e Secretários municipais discutem pacote de ajuste fiscal de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 19/04/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5813497/?s=0s>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara de vereadores discute o problema de atendimento nas UPAs de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 16/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5873894/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidores tentam impedir que Vereadores analisem projeto de ajuste fiscal. **Boa Noite Paraná.** 22/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5887069/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Depois de tumulto, Câmara de Vereadores teve dia tranquilo. **Boa Noite Paraná.** 23/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5889967/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Fórum debate soluções para os problemas da cidade. **Boa Noite Paraná.** 23/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5889933/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Secretário Municipal de Saúde presta contas dos primeiros quatro meses de gestão na Câmara de Vereadores. **Boa Noite Paraná.** 24/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5892422/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores votam dois projetos de lei que deveriam ter sido votados na segunda-feira. **Boa Noite Paraná.** 26/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5898097/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Sessão para discutir pacote de ajuste fiscal em Curitiba tem bate boca. **Boa Noite Paraná.** 30/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5905749/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidores protestam na Assembleia Legislativa durante apresentação de contas do Governo. **Boa Noite Paraná.** 31/05/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5908355/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores pedem mais tempo para analisar 7 projetos do pacote de ajuste fiscal. **Boa Noite Paraná.** 02/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5913954/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Sugestões para o futuro de Curitiba foram apresentadas aos vereadores. **Boa Noite Paraná.** 05/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5918810/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidores invadem prédio da Câmara de Vereadores de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 13/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5937916/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores e representantes da prefeitura recebem sindicatos para discutir o ajuste fiscal. **Boa Noite Paraná.** 14/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5940605/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Pacote de ajuste fiscal de Curitiba deve ser votado nesta semana por vereadores. **Boa Noite Paraná.** 19/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5950719/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.
(Duas emendas com alterações ao projeto com gastos maiores com os servidores)

BOA NOITE PARANÁ. Servidores de Curitiba invadem a Câmara Municipal e entram em confronto com a polícia. **Boa Noite Paraná.** 20/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5953512/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores de situação e oposição discutem projeto de ajuste fiscal da prefeitura. **Boa Noite Paraná.** 21/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5956073/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Reunião entre prefeito e servidores para discutir pacote de ajuste fiscal. **Boa Noite Paraná.** 22/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5958781/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Votação do Pacote de ajuste fiscal é transferido para a Ópera de Arame. **Boa Noite Paraná.** 23/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5961747/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Mais de vinte pessoas se feriram em confronto durante a votação do pacote. **Boa Noite Paraná.** 26/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5967042/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. De forma tranquila, vereadores aprovam pacote de medidas em segunda votação. **Boa Noite Paraná.** 27/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5969373/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Rafael Greca sanciona as leis que fazem parte do pacote de ajuste fiscal. **Boa Noite Paraná.** 28/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5972106/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidores voltam a invadir a Câmara de Vereadores na última sessão do semestre. **Boa Noite Paraná.** 28/06/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5972097/?s=0s>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados Estaduais aprovam em primeira discussão orçamento de gastos para 2018. **Boa Noite Paraná.** 06/07/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5990243/?s=0s>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Lei de Diretrizes Orçamentária é aprovada na Assembleia Legislativa. **Boa Noite Paraná.** 10/07/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5998053/?s=0s>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Audiência Pública discute a situação das Universidades estaduais. **Boa Noite Paraná.** 11/07/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6000617/?s=0s>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Situação dos motoristas de aplicativo de transporte de passageiros é regulamentada. **Boa Noite Paraná.** 20/07/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6021992/?s=0s>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projeto de lei quer regulamentar a circulação de ciclistas em faixas exclusivas de ônibus. **Boa Noite Paraná.** 24/07/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6029637/?s=0s>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Secretários municipais se reúnem para debater a polêmica sobre a Escarpa Devoniana – projeto de lei que quer reduzir 70% da área de proteção ambiental. **Boa Noite Paraná.** 27/07/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6037884/?s=0s>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores discutem projeto que pretende aumentar imposto sobre serviço em primeira sessão do semestre. **Boa Noite Paraná.** 31/07/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6045849/?s=0s>. Acesso em 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Rafael Greca volta atrás e retira projetos da pauta de votação da Câmara. **Boa Noite Paraná.** 01/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6048432/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Terminam as audiências públicas para decidir os próximos investimentos da prefeitura. **Boa Noite Paraná.** 03/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6054132/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados estaduais começam a discutir medidas do ajuste fiscal na segunda-feira (07). **Boa Noite Paraná**. 03/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6056928/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Assembleia recebe projetos que propõem mudanças para reduzir custos. **Boa Noite Paraná**. 07/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6062329/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projetos de lei do Pacote de ajustes fiscais do governo do estado passaram por comissão. **Boa Noite Paraná**. 09/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6067561/?s=0s>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Ex-funcionários denunciam vereadora de ficar com parte dos salários deles. **Boa Noite Paraná**. 15/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6080892/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadora se defende de acusação de que ficava com parte dos salários de funcionários. **Boa Noite Paraná**. 16/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6083579/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Corregedoria emite parecer sobre a denúncia contra a vereadora Katia Dittrich. **Boa Noite Paraná**. 21/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6093889/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores abrem comissão para investigar denúncia contra vereadora Katia Dittrich. **Boa Noite Paraná**. 22/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6096606/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Câmara aprova em primeira votação projeto de terceirização nas áreas de saúde e educação. **Boa Noite Paraná**. 28/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6109989/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Prefeito Rafael Greca sanciona a lei que permite a terceirização na saúde e na educação. **Boa Noite Paraná**. 31/08/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6118100/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores aprovam projeto de lei que vai aumentar valor da multa para pichadores. **Boa Noite Paraná**. 11/09/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6141333/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadora Katia Dittrich (SD) diz que ex-funcionária teria feito uma doação espontânea à ela. **Boa Noite Paraná**. 14/09/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6149110/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Comissão processante decide por continuar o processo contra vereadora Katia Dittrich. **Boa Noite Paraná**. 15/09/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6151727/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores aprovam em primeira votação o projeto de lei que vai alterar a cobrança do lixo. **Boa Noite Paraná.** 18/09/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6156995/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Trinta e quatro deputados são acusados de utilizar a gráfica da Assembleia para uso pessoal. **Boa Noite Paraná.** 22/09/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6167905/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Governo faz balanço de contas na Assembleia Legislativa. **Boa Noite Paraná.** 27/09/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6178890/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Assembleia Legislativa vota projeto que limita gastos do governo. **Boa Noite Paraná.** 03/10/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6192376/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados realizam audiência pública para discutir a segurança nas estradas. **Boa Noite Paraná.** 04/10/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6195146/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Presidente da Assembleia Legislativa defende maior controle de gastos dos deputados. **Boa Noite Paraná.** 17/10/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6224172/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados aprovam projeto de lei que obriga que o próprio preso pague pela tornozeleira eletrônica. **Boa Noite Paraná.** 25/10/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6243571/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Começam hoje os depoimentos que apuram se vereadora ficou com salário de funcionárias. **Boa Noite Paraná.** 26/10/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6246398/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Grupo de vereadores e ex-vereadores querem receber 13º salário retroativo a 2013. **Boa Noite Paraná.** 01/11/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6259839/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadora suspeita de exigir parte do salário de funcionários é ouvida por comissão. **Boa Noite Paraná.** 09/11/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6278209/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Tribunal de Contas aprova contas do governo com ressalvas. **Boa Noite Paraná.** 16/11/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6294196/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Ex-diretor da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, é preso em Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 17/11/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6297391/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projeto de lei quer obrigar prefeitura a pagar por danos em carros nas vagas de estar. **Boa Noite Paraná.** 24/11/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6312868/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores aprovam projetos para aumentar arrecadação de impostos em Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 04/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6333998/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Projeto de lei quer que parte da multa aplicada pelo Procon vá para o consumidor. **Boa Noite Paraná.** 05/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6336864/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores aprovam novos valores para o IPTU em Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 05/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6336918/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados aprovam mudanças na cobrança do ICMS. **Boa Noite Paraná.** 06/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6339578/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Comissão da Câmara aceita denúncia contra vereadora Katia Dittrich. **Boa Noite Paraná.** 08/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6345305/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Servidores municipais protestam na Câmara Municipal de Curitiba. **Boa Noite Paraná.** 18/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6365506/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Deputados estaduais aprovam orçamento do governo para 2018. **Boa Noite Paraná.** 18/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6365503/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BOA NOITE PARANÁ. Vereadores de Curitiba aprovam em segunda votação mudanças no ITBI e ICMS. **Boa Noite Paraná.** 19/12/2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6368190/?s=0s>. Acesso em: 29 dez. 2020.

APÊNDICE C – LISTAGEM REPORTAGENS BAND CIDADE 2ª EDIÇÃO – BAND PARANÁ – ANO 2016

BAND CIDADE CURITIBA. Vira polêmica situação dos moradores de rua em Curitiba – ACP pede à Vereadores por projeto de lei que obrigue a retirada dos moradores que atrapalham os estabelecimentos comerciais. **Band Cidade Curitiba**. 26/01/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PP5ppmTOUfM>. Em 16min28seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo do Paraná fechou o ano de 2015 no azul. **Band Cidade Curitiba**. 02/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3YYsHw83VLc>. Em 1min10seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais voltam ao trabalho após 40 dias de férias, sem votação de projeto de lei em pauta foram as Operações Publicano e Quadro Negro dominaram os assuntos. **Band Cidade Curitiba**. 02/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3YYsHw83VLc>. Em 08min32seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. A Bancada de oposição ao Governo na Assembleia Legislativa anuncia nova liderança, com a troca o mesmo partido lidera os dois lados. **Band Cidade Curitiba**. 03/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jlQtQUdfYoo>. Em 04min27seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores e ex-vereadores vão ter que pagar multa por irregularidades de uso indevido para fins de publicidade. **Band Cidade Curitiba**. 03/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jlQtQUdfYoo>. Em 07min19seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Há um ano professores começaram os protestos contra à Assembleia Legislativa. **Band Cidade Curitiba**. 10/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QNVQd8XkZyQ>. Em 07min32seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Agentes penitenciários protestam na Assembleia Legislativa após secretário dizer não haver necessidade de contratar novos funcionários. [NOTA] **Band Cidade Curitiba**. 24/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nNFALhFJoc8>. Em 01min24seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência pública para discutir projeto de lei que obriga a assinatura do consumidor antes da negativação do nome está marcada para a próxima quarta-feira. **Band Cidade Curitiba**. 24/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nNFALhFJoc8>. Em 13min10seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência Pública é marcada na Câmara Municipal de Curitiba para discutir a proibição da entrada de jovens em um shopping da capital. **Band Cidade Curitiba.** 26/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hr3vKzpmCG8>. Em 12min44seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. TCP vai fiscalizar os gastos com educação e saúde de cem municípios paranaenses. **Band Cidade Curitiba.** 01/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-YWaPXzesc>. Em 01min08seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comerciantes protestam na Assembleia Legislativa contra projeto de lei que pretende mudar a forma de registrar os consumidores inadimplentes no SPC. [NOTA] **Band Cidade Curitiba.** 01/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-YWaPXzesc>. Em 14min33seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Por mais creches, mães protestam na Câmara de Vereadores de Curitiba. **Band Cidade Curitiba.** 02/03/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=svuvS1u_0-U. Em 11min21seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores de Curitiba apresentam projeto de lei que pretende congelar o salário dos parlamentares. **Band Cidade Curitiba.** 02/03/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=svuvS1u_0-U. Em 23min51seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Maioria dos deputados do PSC devem deixar partido e mexer na base do Governo na Assembleia Legislativa. **Band Cidade Curitiba.** 03/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6w4wDCZRx-M>. Em 01min30seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Secretário estadual de desenvolvimento urbano formaliza a troca de partido na Assembleia Legislativa. **Band Cidade Curitiba.** 10/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bYkyB0v7iZM>. Em 00min56seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. 12 deputados trocam de sigla na Assembleia Legislativa. **Band Cidade Curitiba.** 21/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8KntujcrhMc>. Em 17min12seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. A renovação dos contratos de pedágio no Paraná foi tema de uma Audiência Pública hoje em Curitiba. **Band Cidade Curitiba.** 28/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=29IYRRLguFw>. Em 04min40seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputado estadual se defende das suspeitas de desvios de salários. **Band Cidade Curitiba.** 29/03/2016. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Xa6XWIM6zkc>. Em 09min10seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores congelam os próprios salários e aprovam reajuste de 10,36% no salário dos servidores municipais. **Band Cidade Curitiba**. 31/03/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zWj4iKRU_nI. Em 09min12seg. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereador suspeito de fraude (Valdemir Soares) renúncia na Câmara de Curitiba. **Band Cidade Curitiba**. 06/04/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v_-Yg4CtPtg. Em 01min24seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei na Assembleia Legislativa visa instalação de câmeras em ônibus escolares da rede estadual. **Band Cidade Curitiba**. 07/04/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gA_JkZ7H428. Em 13min07seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores de Curitiba aprovam projeto contra o uber na Câmara de Curitiba. **Band Cidade Curitiba**. 11/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W8FYVXXnxE8>. Em 01min09seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Ex-Vereador volta à Câmara Municipal de Curitiba para assumir a cadeira de Valdemir Soares. **Band Cidade Curitiba**. 12/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zCilztlO9U0>. Em 07min12seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Doulas fazem manifestação para cobrar sanção de Gustavo Fruet em projeto de lei aprovado na Câmara. **Band Cidade Curitiba**. 12/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zCilztlO9U0>. Em 08min51seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aumento de ICMS sobre o vinho é tema de audiência pública em Curitiba. **Band Cidade Curitiba**. 12/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zCilztlO9U0>. Em 18min22seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Sessão na Câmara de Curitiba foi tumultuado por conta de projeto sobre o aplicativo uber. **Band Cidade Curitiba**. 13/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJ-3PepeDOc>. Em 01min07seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei na Câmara de Curitiba prevê wifi nos orelhões da cidade. **Band Cidade Curitiba**. 13/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJ-3PepeDOc>. Em 19min00seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei na Assembleia Legislativa quer diminuir o número máximo de alunos em salas de aula. **Band Cidade Curitiba**. 20/04/2016.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oiKd_qLp-rU. Em 13min40seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei que obriga hospitais a aceitar a presença de Doulas nos partos é sancionado com vetos pelo prefeito. **Band Cidade Curitiba**. 20/04/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oiKd_qLp-rU. Em 16min02seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo encaminha proposta de reajuste do salário-mínimo para Assembleia Legislativa. **Band Cidade Curitiba**. 27/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yPxV6KZQ-w4>. Em 13min35seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei na Câmara de Vereadores pode obrigar bares e restaurantes à entregar água de graça aos clientes. **Band Cidade Curitiba**. 03/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=97eKVE5xhzk>. Em 14min40seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. PEC discutida na Assembleia quer isentar policiais por danos causados em viaturas. **Band Cidade Curitiba**. 03/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=97eKVE5xhzk>. Em 17min13seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP quer cobrar na justiça APP-Sindicato por danos ao prédio nas manifestações de 2015. **Band Cidade Curitiba**. 05/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UZEDTjvRgdE>. Em 01min16seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Prefeito sanciona com vetos lei que dificulta o uso do aplicativo uber. **Band Cidade Curitiba**. 05/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UZEDTjvRgdE>. Em 04min44seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores de Curitiba podem entregar 54 milhões de reais para a prefeitura, mas querem saber como o dinheiro vai ser usado. **Band Cidade Curitiba**. 10/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGgUiPVbfFw>. Em 01min16seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. TJ vai decidir na próxima semana se aceita ou não denúncia contra ex-presidente da ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 10/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGgUiPVbfFw>. Em 04min28seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. A criação de novos cargos comissionados passou na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 10/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGgUiPVbfFw>. Em 14min45seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Adiada votação dos 'Fura Catracas' na Câmara Municipal de Curitiba. **Band Cidade Curitiba.** 17/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TNL5aDCGxDY>. Em 00min54seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores protestaram na Assembleia Legislativa do Paraná. **Band Cidade Curitiba.** 18/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1SeyrGbDuRY>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputado estadual Bernardo Carli é condenado a um ano e oito meses em regime aberto. **Band Cidade Curitiba.** 24/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ayn5CHwNsLA>. Em 07min02seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo presta contas na Assembleia Legislativa. **Band Cidade Curitiba.** 31/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rAJmK3yz1Z8>. Em 27min23seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados discutem sobre dívidas do poder executivo. **Band Cidade Curitiba.** 01/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0grTQaOvDLQ>. Em 06min03seg. Acesso em: 05 jan, 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência Pública para ouvir empresários pelo aumento do ICMS fica lotada. **Band Cidade Curitiba.** 06/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sBHkddG0ksM>. Em 05min03seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aprovado reajuste salarial para servidores. **Band Cidade Curitiba.** 06/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sBHkddG0ksM>. Em 08min08seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereador Paulo Rink deve permanecer no cargo até julgamento pelo TSE por infidelidade partidária. **Band Cidade Curitiba.** 13/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uSarFdDvyKQ>. Em 03min25seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Frente Parlamentar da Resistência Popular começa a funcionar na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 13/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uSarFdDvyKQ>. Em 04min12seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais rejeitam projeto que proíbe entrega de obras incompletas. **Band Cidade Curitiba.** 13/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uSarFdDvyKQ>. Em 08min10seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Estudantes causam tumulto na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 14/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mJqfWLjj5bc>. Em 18min13seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei na CMC propõe multa para quem fumar com crianças no carro. **Band Cidade Curitiba.** 15/06/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NMFvfzls_Zk. Em 01min05seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP deve reajustar benefícios para deputados. **Band Cidade Curitiba.** 15/06/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NMFvfzls_Zk. Em 02min37seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Prefeito e moradores discutem melhorias para a cidade. **Band Cidade Curitiba.** 24/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kV30TfSUavM>. Em 03min50seg. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Taxistas e motoristas de uber continuam fazendo pressão à Vereadores na CMC. **Band Cidade Curitiba.** 27/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gQ2kD5S-EDo>. Em 03min55seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP inicia votação da LDO para 2017 com polêmica já que o Governo quer retirar o fundo de participação dos estados. **Band Cidade Curitiba.** 27/06/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gQ2kD5S-EDo>. Em 12min52seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo recua após pressão de servidores e não deve seguir com projeto de lei que suspende o reajuste dos servidores no ano que vem, enquanto isso, votação da LDO também segue parada. **Band Cidade Curitiba.** 05/07/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u3-b_9FmVUI. Em 08min49seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Polêmica entre Governo e servidores está longe do fim, já a LDO não tem previsão para ser votada. **Band Cidade Curitiba.** 06/07/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z3zfASuN9PA>. Em 01min29seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto que proíbe amianto é arquivado na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 06/07/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z3zfASuN9PA>. Em 09min15seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP pode gastar 02 milhões de reais no plenário. **Band Cidade Curitiba.** 11/07/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MC4Neu1jIS0>. Em 01min17seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comissão de educação da ALEP discute desconto do salário dos professores por dia de protesto. **Band Cidade Curitiba.** 13/07/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aQYIH9K_IS4. Em 09min32seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Mesmo sem recesso nada de votação da LDO na ALEP. [NOTA] **Band Cidade Curitiba.** 18/07/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11qpN9YIzFg>. Em 00min54seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Depois de anunciada a suspensão do recesso, ALEP informou que não haverá sessão na próxima semana mesmo sem votação da LDO. **Band Cidade Curitiba.** 19/07/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8cdOF7kEK4s>. Em 04min42seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais votam novas regras para empresas que fornecem máquinas de cartão. **Band Cidade Curitiba.** 02/08/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_6p0OJVze-4. Em 11min07seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Sessões na ALEP serão adiantadas no período eleitoral. **Band Cidade Curitiba.** 03/08/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Q4d-O5-Kdo>. Em 11min53seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Grupo Protagonismo e Democracia lança painel de propostas de políticas públicas. **Band Cidade Curitiba.** 03/08/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Q4d-O5-Kdo>. Em 14min11seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Ex-deputado estadual é investigado pelo MP por ficar com salário de funcionários. **Band Cidade Curitiba.** 15/08/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aamu0iXw-nk>. Em 01min07seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo apresenta novo pacote de ajuste fiscal na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 15/08/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aamu0iXw-nk>. Em 05min14seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto polêmico que quer acabar com as comandas em bares foi retirado da pauta sem votação. **Band Cidade Curitiba.** 29/08/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ma6vHCVkYww>. Em 11min11seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aprovado em primeira votação na ALEP projeto que autoriza animais domésticos em hospitais. **Band Cidade Curitiba.** 06/09/2016.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kF5r_CUQS8o. Em 07min52seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Confusão na Câmara de Vereadores termina em delegacia com acusação de agressão e assédio. **Band Cidade Curitiba**. 14/09/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4oFSQ_pAKhI. Em 01min07seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Contas do Governo são aprovadas com ressalvas. **Band Cidade Curitiba**. 14/09/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4oFSQ_pAKhI. Em 05min32seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aprovada a criação da Comissão Processante para averiguar cassação Vereador Professor Galdino. **Band Cidade Curitiba**. 26/09/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1UfOvadPX-4>. Em 02min54seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba será renovada com 14 novos integrantes ocupando cadeiras. **Band Cidade Curitiba**. 03/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qqYhL3BnwVY>. Em 01min03seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Proposta de suspender reajuste de servidores gera polêmica na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 04/10/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zAmB6_LiRk. Em 06min46seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Secretário do Governo presta contas na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 05/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zDjH-o3-yw0>. Em 03min56seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Eleição na ALEP será no dia 17 de outubro. **Band Cidade Curitiba**. 12/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AEIHd-izk2I>. Em 04min56seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Secretaria estadual de educação promoveu um seminário para discutir a reforma no ensino médio. **Band Cidade Curitiba**. 13/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5X0qxvspCL0>. Em 01min14seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. União dos estudantes não consegue participar de debate na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 13/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5X0qxvspCL0>. Em 03min03seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Ademar Traiano é reeleito presidente na ALEP com chapa única. **Band Cidade Curitiba**. 17/10/2016. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=0eV_O0uFKlk. Em 09min11seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Morte de aluno em escola ocupada também é assunto na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 25/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MgaOSHN3upE>. Em 05min00seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Movimento desocupa PR pede apoio dos deputados estaduais na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 26/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hPh-Rf52CvE>. Em 12min22seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Representantes do governo e servidores fazem nova reunião em busca de solução. **Band Cidade Curitiba**. 08/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hPDL-m7AcRs>. Em 07min39seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Reunião da Comissão de Direitos Humanos da ALEP discute a operação contra MST. **Band Cidade Curitiba**. 08/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hPDL-m7AcRs>. Em 18min00seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comissão Processante ouviu testemunhas de defesa do Vereador Galdino, mas o próprio parlamentar não apareceu para se defender das denúncias de agressão. **Band Cidade Curitiba**. 11/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lxkb4mB5fvc>. Em 03min15seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo anuncia política salarial para 2017, sindicalistas tentam convencer os deputados a rejeitar a emenda que suspende a data base. **Band Cidade Curitiba**. 17/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=osmf8Q59Egc>. Em 06min34seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comissão de orçamento na ALEP aprovou a LDO. **Band Cidade Curitiba**. 21/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KoumjwBPHgo>. Em 07min41seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba decidiu não aceitar denúncia contra vereador Chicarelli que votou no lugar de colega. [NOTA] **Band Cidade Curitiba**. 21/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KoumjwBPHgo>. Em 17min34seg. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Sessão da ALEP que foi acompanhada por servidores é suspensão por liminar. **Band Cidade Curitiba**. 24/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CzXzwssiyM>. Em 01min01seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Após 'briga de liminares' deputados estaduais aprovam a suspensão do reajuste dos servidores. **Band Cidade Curitiba**. 25/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g4bxR4aTVAw>. Em 03min09seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. CMC abriu mão de dois meses de repasse de recursos para ajudar a Prefeitura. **Band Cidade Curitiba**. 30/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2vHAEUWuhXM>. Em 10min35seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais voltam a debater a presença de animais domésticos em hospitais. **Band Cidade Curitiba**. 06/12/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QdXTBgTm8Jl>. Em 12min05seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereador quer adotar sistema biométrico na CMC para evitar casos de votos por colega. **Band Cidade Curitiba**. 08/12/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2g0Z3KU428k>. Em 05min40seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados correm com votação de projetos para adiantar as férias. **Band Cidade Curitiba**. 08/12/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2g0Z3KU428k>. Em 09min40seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto "ESTAR" é retirado de pauta na Câmara de Vereadores. **Band Cidade Curitiba**. 12/12/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RWSH9MB-vRw>. Em 01min00seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP aprova corte de 40% em cargos comissionados nas Universidades. **Band Cidade Curitiba**. 13/12/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s2_8xxQfmDQ. Em 04min53seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP fecha período legislativo após três sessões. **Band Cidade Curitiba**. 15/12/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FzXIRDLjY2w>. Em 10min38seg. Acesso em: 07 jan. 2021.

APÊNDICE D – LISTAGEM REPORTAGENS BAND CIDADE 2ª EDIÇÃO – BAND PARANÁ – ANO 2017

BAND CIDADE CURITIBA. Câmara dos vereadores de Curitiba deve começar o ano com projetos curiosos e polêmicos. **Band Cidade Curitiba**. 04/01/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mJ_QG1OpXB0. Em 03min56seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereador propõe projeto de lei que multa quem jogar lixo nas ruas da cidade. **Band Cidade Curitiba**. 17/01/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDPOGT9XD4g>. Em 04min55seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Lei contra o “fiu-fiu” deve ser discutida na Câmara Municipal de Curitiba. **Band Cidade Curitiba**. 25/01/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VLdBdlFoBeY>. Em 01min42seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Boa parte dos projetos enviados para a CMC são inconstitucionais – A função dos Vereadores. **Band Cidade Curitiba**. 25/01/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VLdBdlFoBeY>. Em 01min42seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Câmara retoma os trabalhos com a presença do Prefeito Rafael Greca após 40 dias de recesso. **Band Cidade Curitiba**. 01/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MiKoeGGo-DM>. Em 01min40seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Polêmicas e protestos marcam o primeiro dia de sessão na ALEP após o recesso. **Band Cidade Curitiba**. 01/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MiKoeGGo-DM>. Em 04min50seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Primeira sessão ordinária na Assembleia Legislativa é marcada por apresentação de contas do governo. **Band Cidade Curitiba**. 06/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dx-6hlycXc8>. Em 06min55seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Desembargador Adalberto Xisto toma posse como novo presidente de TRE. **Band Cidade Curitiba**. 06/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dx-6hlycXc8>. Em 24min25seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Divisão: Enquanto manifestações acontecem na cidade, vereadores divergem sobre tarifa do transporte público. **Band Cidade Curitiba**. 07/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U8gUKTFc35M>. Em 05min07seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP vai trocar painel eletrônico por R\$634 mil. **Band Cidade Curitiba.** 07/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U8gUkTFc35M>. Em 07min45seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo e servidores fazem nova reunião para tentar acordo para o início do ano. **Band Cidade Curitiba.** 08/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3M4oU5tEsM>. Em 01min30seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais de oposição questionam reajuste na tarifa de ônibus. **Band Cidade Curitiba.** 08/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3M4oU5tEsM>. Em 08min00seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Saiba qual a opinião dos servidores da APP Sindicato após a reunião com representantes do Governo. **Band Cidade Curitiba.** 08/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3M4oU5tEsM>. Em 16min40seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Diretores de escolas municipais são convocados para reunião pública com representantes do governo. **Band Cidade Curitiba.** 10/02/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FgB1_v6Sj48. Em 06min32seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Tribunal de Contas manda a Prefeitura suspender o reajuste da passagem de ônibus **Band Cidade Curitiba.** 13/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GbFCtTGL-LM>. Em 00min56seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. A URBS confirma que tarifa permanecerá no mesmo patamar definido pela Prefeitura. **Band Cidade Curitiba.** 14/02/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ir_3RcEoCKY. Em 01min20seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Continua queda de braço entre governo e servidores. **Band Cidade Curitiba.** 14/02/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ir_3RcEoCKY. Em 08min10seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de Vereador quer tornar a Prefeitura responsável pelas calçadas da cidade. **Band Cidade Curitiba.** 14/02/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ir_3RcEoCKY. Em 13min43seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Venda de bebidas em estádios gera polêmicas na Assembleia Legislativa do Paraná. **Band Cidade Curitiba.** 14/02/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ir_3RcEoCKY. Em 15min52seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados mobilizados na ALEP contra a renovação do pedágio. **Band Cidade Curitiba.** 17/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PnSZH4iuE18>. Em 04min29seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça o projeto que autoriza venda de bebidas alcóolicas. **Band Cidade Curitiba.** 21/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d9to5gYuvpU>. Em 22min00seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto na ALEP quer proibir a venda da óculos sem garantia. **Band Cidade Curitiba.** 28/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mu-wjIRGoGM>. Em 05min55seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Revogado o decreto que regulamentava funcionamento dos FOOD TRUCKS. **Band Cidade Curitiba.** 28/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mu-wjIRGoGM>. Em 12min52seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Lei proíbe a cobrança de valor mínimo com cartão é sancionada após aprovação na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 03/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xeYYx2xVk3o>. Em 17min29seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais discutem o aumento na tarifa de água. **Band Cidade Curitiba.** 07/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=laewni9laic>. Em 03min39seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Moradores da Rua Domitila se reúnem com representantes da prefeitura para discutir permanência na região. **Band Cidade Curitiba.** 09/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oJNSmx7myS4>. Em 08min26seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados aprovam empréstimo para o Governo em sessão na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 09/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oJNSmx7myS4>. Em 14min40seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Consulta pública sobre tarifa de água está acontecendo de forma virtual. **Band Cidade Curitiba.** 10/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C53P0167Ae8>. Em 07min07seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei que tramita na ALEP busca proteger o mercado de trabalho para quem já tem mais de 50 anos de idade. **Band Cidade Curitiba.** 13/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=00NRFOi-aK4>. Em 15min10seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência Pública na ALEP traz alertas para riscos de barragens. **Band Cidade Curitiba.** 14/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bCavxCaMaUw>. Em 10min33seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Fórum debate contratos de pedágio na ALEP com representantes das categorias. **Band Cidade Curitiba.** 20/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=npaSZHSwyfc>. Em 11min39seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Operação Carne Fraca é tema de discussão e críticas na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 20/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=npaSZHSwyfc>. Em 20min06seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. PEC pode aumentar poderes das Assembleias Legislativas. **Band Cidade Curitiba.** 21/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=51wuSVhljkE>. Em 12min36seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência Pública na Câmara de Vereadores discute a despoluição do Rio Belém. **Band Cidade Curitiba.** 22/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y7QPwJJzvLI>. Em 17min13seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência pública na ALEP debate liberação de bebidas nos estádios antes de votação em plenário. **Band Cidade Curitiba.** 27/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UPKXhcWTHRI>. Em 04min30seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto que proíbe fogos de artifícios ainda não tem definição – debate na Câmara é marcado por protestos da categoria de fogos de artifícios. **Band Cidade Curitiba.** 28/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DxowKGtu0HA>. Em 01min01seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei na ALEP quer que presos paguem por próprias tornozeleiras eletrônicas. **Band Cidade Curitiba.** 28/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DxowKGtu0HA>. Em 04min13seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Pacote de ajustes fiscais da Prefeitura que foi encaminhado à CMC gera polêmica entre servidores. **Band Cidade Curitiba.** 29/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XinFduPaXg0>. Em 01min15seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto na ALEP quer ampliar o serviço médico. **Band Cidade Curitiba.** 29/03/2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=XinFduPaXg0>. Em 10min41seg. Acesso em: 08 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Debate com a sociedade civil visa nortear políticas públicas para o atendimento do autismo na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 03/04/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JJul6AgWkxk>. Em 16min35seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto proposto na Câmara de Curitiba quer tornar todos os assentos de ônibus em preferenciais. **Band Cidade Curitiba**. 04/04/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ojRWWhDogECA>. Em 11min43seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores e vereadores discutem o pacote da Prefeitura. **Band Cidade Curitiba**. 10/04/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nR7hOy2eP5I>. Em 04min18seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Operação Carne Fraca pauta Audiência Pública na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 11/04/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p2cM4B_jPNw. Em 03min59seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Venda de cervejas em estádios segue em discussão na ALEP – votação deve seguir para plenário. **Band Cidade Curitiba**. 11/04/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p2cM4B_jPNw. Em 23min05seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Congestionamento nos pedágios é assunto na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 17/04/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mc-eaRpBAnQ>. Em 11min55seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Mensagens do Governo agitam bastidores da ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 19/04/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nzf2R9gTSzk>. Em 06min46seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais discutem projeto para melhorar rodovias. **Band Cidade Curitiba**. 20/04/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xaJfGGviEew>. Em 02min25seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereador questiona prefeitura sobre os hospitais da cidade. **Band Cidade Curitiba**. 08/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qohid6Utv8k>. Em 12min18seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados contra e a favor se manifestam sobre os movimentos sociais na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 09/05/2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=wjJazZDUEyE>. Em 07min20seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto na ALEP pretende isentar idosos do pagamento de passagens em viagens intermunicipais. **Band Cidade Curitiba**. 11/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6sYGcNoXZs>. Em 10min59seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. CPI da internet será reaberta na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 15/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aN3XM4NnAOI>. Em 04min43seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores protestam na CMC contra o pacote de ajuste fiscal da Prefeitura. **Band Cidade Curitiba**. 16/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=prxjxk7cQrg>. Em 01min14seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados aprovam parceria com as APAES. **Band Cidade Curitiba**. 16/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=prxjxk7cQrg>. Em 06min42seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. No dia em que é instalado novo painel eletrônico na ALEP, proposta de aposentadoria gera polêmica em sessão. **Band Cidade Curitiba**. 17/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LrWcokeY9RI>. Em 06min01seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. 200 municípios podem ter prejuízos com zonas eleitorais, assunto é discutido na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 23/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=thVVViZvfVj0>. Em 06min49seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Câmara faz seminário sobre segurança no trânsito. **Band Cidade Curitiba**. 26/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dn1SI1ohpBg>. Em 9min51seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto na ALEP discute autorização ao governo para a construção de 18 pequenas hidrelétricas. **Band Cidade Curitiba**. 26/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dn1SI1ohpBg>. Em 19min19seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores conseguem derrubar liminar e acompanhar reunião na CMC sobre o pacote. **Band Cidade Curitiba**. 30/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UnnAYbyPCVY>. Em 01min21seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Juíza de direitos apresenta projeto para ressocializar presos na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 30/05/2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=UnnAYbyPCVY>. Em 13min56seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores interrompem sessão de prestação de contas na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 31/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0FVQfvyJkOc>. Em 06min29seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Eleitora pede na justiça que deputado devolva gastos indevidos aos cofres públicos. **Band Cidade Curitiba**. 01/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EUZ7Zds0DoA>. Em 06min34seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores pedem mais tempo para analisar propostas do pacote. **Band Cidade Curitiba**. 02/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=duVIFH6xOLA>. Em 01min08seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores aprovam 04 propostas do pacote mesmo em meio a protesta dos servidores. **Band Cidade Curitiba**. 06/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OYhZ9GhPWNM>. Em 07min50seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Presos podem ter que pagar por próprias tornozeleiras eletrônicas de acordo com projeto aprovado na CCJ da ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 07/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Fg-54MVztE>. Em 09min04seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores visitam vereadores para discutir pacote – Greve está confirmada. **Band Cidade Curitiba**. 09/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EINsL2eeGXs>. Em 01min05seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores voltam a protestar na CMC contra Pacote. **Band Cidade Curitiba**. 12/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S8HztyQQCr4>. Em 01min02seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores invadem a CMC e sessão de votação do pacote é suspensa. **Band Cidade Curitiba**. 13/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OG3EEF1I0lo>. Em 01min10seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Manhã tensa na Câmara municipal de Curitiba. **Band Cidade Curitiba**. 13/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OG3EEF1I0lo>. Em 02min20seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores pedem retirada de regime de urgência. **Band Cidade Curitiba**. 13/06/2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=OG3EEF1I0Io>. Em 05min39seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores e representantes do governo se reúnem para discutir pacote. **Band Cidade Curitiba**. 14/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pY7GdQPUWhk>. Em 10min05seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Pacote X Greve – Sindicatos não estão satisfeitos com o diálogo aberto entre o Governo. **Band Cidade Curitiba**. 15/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3cCgJUBPEGc>. Em 10min14seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Após grande repercussão de protestos entre servidores Rafael Greca fala sobre necessidade de ajuste fiscal. **Band Cidade Curitiba**. 20/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FNwK_UT8DZY. Em 01min12seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Após confusão na Câmara municipal, sessão será retomada no dia 26. **Band Cidade Curitiba**. 20/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FNwK_UT8DZY. Em 05min52seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores ocupam Câmara e votação é suspensa. **Band Cidade Curitiba**. 20/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FNwK_UT8DZY. Em 08min46seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aprovado reajuste para servidores estaduais na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 20/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FNwK_UT8DZY. Em 16min42seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Após confronto, momento é de negociação na Câmara. **Band Cidade Curitiba**. 21/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nUpHLxW8Wfo>. Em 01min12seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. ALEP lança nova ferramenta de comunicação. **Band Cidade Curitiba**. 21/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nUpHLxW8Wfo>. Em 09min43seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Especialistas explicam que confusão na CMC acontece por falta de diálogo na gestão pública. **Band Cidade Curitiba**. 22/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nohxn7jra8>. Em 01min17seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Termina em bate boca reunião entre vereadores e prefeito para discutir pacote. **Band Cidade Curitiba**. 22/06/2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=nohxn7jra8>. Em 09min58seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Sessão extraordinária vota mudança de local de votação do pacote. **Band Cidade Curitiba.** 23/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XG-_VMDMqS8. Em 01min12seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Servidores ocupam prédio central da prefeitura durante votação do Pacote na Ópera de Arame. **Band Cidade Curitiba.** 26/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_wdE41v-U3E. Em 01min12seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores votaram ajuste fiscal na Ópera de Arame. **Band Cidade Curitiba.** 26/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_wdE41v-U3E. Em 03min51seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Confronto entre servidores e PM foi inevitável durante votação do pacote. **Band Cidade Curitiba.** 26/06/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_wdE41v-U3E. Em 06min43seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Pacote é aprovado em segunda votação e agora só depende da sanção do prefeito. **Band Cidade Curitiba.** 27/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0UU37o6hv70>. Em 01min03seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores aprovam medidas do pacote em 2ª votação. **Band Cidade Curitiba.** 27/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0UU37o6hv70>. Em 03min48seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Protestos contra o pacote sai da Ópera de Arame e vai para a sede prefeitura. **Band Cidade Curitiba.** 27/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0UU37o6hv70>. Em 07min00seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Nova invasão suspende sessão na Câmara Municipal. **Band Cidade Curitiba.** 28/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rOnETJ8DX7o>. Em 01min02seg. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Presidente da CMC diz que problema é má gestão. **Band Cidade Curitiba.** 29/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mSvzsXmBTy8>. Em 01min13. Acesso em: 09 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projetos que ainda estão sendo votado na CMC vai afetar advogados e outras categorias. **Band Cidade Curitiba.** 03/07/2017. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Lt8y3mO_tKI. Em 03min34seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados aprovam abertura da CPI das tarifas portuárias. **Band Cidade Curitiba**. 04/07/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HcHQVmcrgxU>. Em 19min20seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Reajuste dos servidores fico fora da LDO na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 10/07/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-BTFz-snJ0>. Em 20min46seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados repercutem condenação de Lula na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 12/07/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9C9Y69zkdoQ>. Em 12min25seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Depois de aprovada na ALEP, LDO já está nas mãos do governador Beto Richa. **Band Cidade Curitiba**. 13/07/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O9KvOhxjEYk>. Em 06min14seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aplicativos de passageiros estão liberados em Curitiba. **Band Cidade Curitiba**. 20/07/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JuibSMaDlBA>. Em 02min49seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Em primeiro dia de trabalho após o recesso, prefeitura retira projeto que aumentaria o ISS. **Band Cidade Curitiba**. 01/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3XP2LJ-nrU>. Em 01min16seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Após recesso, deputados voltam ao trabalho com expectativa da chegada de um pacote para aprovação. **Band Cidade Curitiba**. 01/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3XP2LJ-nrU>. Em 04min59seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aulas de ideologia de gênero revoltam pais que procuram vereadores para que explicações sejam cobradas da Secretaria de Educação. **Band Cidade Curitiba**. 01/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3XP2LJ-nrU>. Em 11min06seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governador autoriza o pagamento de promoções e progressões aos servidores. **Band Cidade Curitiba**. 01/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3XP2LJ-nrU>. Em 17min14seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto na CMC quer tirar carne da merenda escolar uma vez na semana e causa polêmica entre pais nas redes sociais. **Band Cidade Curitiba**.

07/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9h4HSkGuPhw>. Em 21min39seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Pacote do Governo encaminhado à ALEP inclui congelamento de gratificações – Deputados reclamam da falta de tempo para discussão. **Band Cidade Curitiba**. 08/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5PL2xZLuLM0>. Em 11min32seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Categoria policial faz reclamações ao projeto de ajuste fiscais do Governo do estado. **Band Cidade Curitiba**. 09/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rch3vHmCTTE>. Em 05min52seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto que tramita na ALEP pode liberar cancelas de pedágios no caso de longas filas. **Band Cidade Curitiba**. 10/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MHdYOSTNA-0>. Em 09min24seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputado estadual diz que empresas de telefonia terão que melhorar a qualidade da internet móvel. **Band Cidade Curitiba**. 11/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dwcp1q8ul4Q>. Em 14min45seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência pública discutiu pacote de medidas do governo do estado. **Band Cidade Curitiba**. 14/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5bYw4XFkVaM>. Em 11min17seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadora da CMC é acusada de exigir parte de salário de funcionários. **Band Cidade Curitiba**. 15/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R2Gy4c7Ame0>. Em 01min17seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto escola sem partido gera manifestação e confusão na Câmara. **Band Cidade Curitiba**. 15/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R2Gy4c7Ame0>. Em 05min24seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. CMC: Corregedoria decide sobre futuro da vereadora Kátia dos animais. **Band Cidade Curitiba**. 21/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VOrcHjNkEM>. Em 01min04seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadora faz denúncia na CMC sobre falta de servidores. **Band Cidade Curitiba**. 21/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VOrcHjNkEM>. Em 07min59seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadora Kátia dos animais pode ser cassada – Comissão processante foi instalada. **Band Cidade Curitiba**. 22/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yLq4XH2sOMg>. Em 05min42seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Prefeitura quer terceirizar saúde e educação – projeto vai tramitar em regime de urgência na CMC. **Band Cidade Curitiba**. 22/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yLq4XH2sOMg>. Em 10min32seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. CPI dos Portos: Representantes de empresas começam a ser ouvidos na ALEP. **Band Cidade Curitiba**. 22/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yLq4XH2sOMg>. Em 19min19seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comissão processante se reúne para analisar o caso da vereadora Kátia dos animais. **Band Cidade Curitiba**. 23/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDogUfG8fXs>. Em 01min02seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Governo do estado faz prestação de contas para empresários em evento público. **Band Cidade Curitiba**. 23/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDogUfG8fXs>. Em 04min32seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Prefeitura de Curitiba quer terceirizar os CMEIs – projeto vai tramitar em regime de urgência na CMC. **Band Cidade Curitiba**. 23/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDogUfG8fXs>. Em 10min07seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comissionados à Katia dos animais que devolviam salários relatam pressão. **Band Cidade Curitiba**. 24/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bcTdZlmJbRI>. Em 18min10seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. CMC aprova terceirização na saúde e educação em primeira votação em meio à manifestação dos servidores. **Band Cidade Curitiba**. 28/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sX0ZFHxW0xY>. Em 04min05seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios é aprovada em primeira votação na ALEP. [NOTA] **Band Cidade Curitiba**. 28/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sX0ZFHxW0xY>. Em 20min16seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Mais vereadores estão sendo investigados de corrupção. **Band Cidade Curitiba**. 29/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PpRJd7v4rEk>. Em 01min02seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto que permite a terceirização na saúde e educação é aprovado na CMC. [NOTA] **Band Cidade Curitiba**. 29/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PpRJd7v4rEk>. Em 04min42seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Foi aprovado na ALEP projeto que libera venda de bebidas nos estádios. [NOTA] **Band Cidade Curitiba**. 29/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PpRJd7v4rEk>. Em 20min59seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Em reunião com presidente da ALEP sindicato dos professores pedem mediação para apresentação de contraproposta ao governo. **Band Cidade Curitiba**. 30/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Xkuo3VKYB8>. Em 07min17seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Procuradoria da Câmara está analisando os processos de 05 vereadores que supostamente recebiam parte de salário de funcionários. **Band Cidade Curitiba**. 30/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Xkuo3VKYB8>. Em 19min45seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Pacote PM é aprovado na ALEP: principal mudança é a compra da folga. **Band Cidade Curitiba**. 31/08/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1UOmEhpkBU>. Em 07min43seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Número de professores deve diminuir nos presídios caso projeto seja aprovado na ALEP na próxima semana. **Band Cidade Curitiba**. 01/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aZXdKYI80-g>. Em 05min33seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Em audiência pública empresários pedem regulamentação para fiscalização de bares. **Band Cidade Curitiba**. 05/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2w4IFhJnsZ4>. Em 23min53seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Liminar impede a contratação de terceirizados após aprovação na Câmara. **Band Cidade Curitiba**. 06/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1IYMELANnOw>. Em 09min00seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadora Kátia dos animais apresenta defesa na Câmara. **Band Cidade Curitiba**. 06/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1IYMELANnOw>. Em 11min53seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Ratinho Jr. volta a ocupar cargo na Assembleia. **Band Cidade Curitiba**. 11/09/2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ImrGjaPIH6E>. Em 07min17seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Ratinho Jr reassume hoje mandato como deputado. **Band Cidade Curitiba.** 12/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=issVp9R9YFY>. Em 05min10seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto na ALEP visa criar políticas públicas de respeito às mulheres, incluindo o tema nas escolas públicas. **Band Cidade Curitiba.** 13/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcrjLYKoogo>. Em 20min57seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comissão processante na CMC decide manter denúncia contra vereadora Katia dos animais. **Band Cidade Curitiba.** 15/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X8lwEpKXGw8>. Em 01min16seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores aprovam em primeira votação desvinculação da taxa de lixo do IPTU. **Band Cidade Curitiba.** 18/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LVN7rs76poM>. Em 01min05seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores aprovam desvinculação da taxa de lixo do IPTU e criam previdência complementar em dia com manifestações de servidores na CMC. **Band Cidade Curitiba.** 19/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kfp6xcmBlzU>. Em 01min02seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Novas medidas de ajuste no estado devem ser votados nesta semana na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 19/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kfp6xcmBlzU>. Em 05min59seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados criam plano de cultura do Paraná. **Band Cidade Curitiba.** 19/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kfp6xcmBlzU>. Em 16min55seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Após quase um mês desde a aprovação na ALEP Beto Richa sanciona projeto de lei que libera venda de cervejas nos estádios do Paraná. **Band Cidade Curitiba.** 25/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tzU2u4j-fvE>. Em 08min25seg. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei orçamentária tem previsão de R\$59 bilhões de reais. **Band Cidade Curitiba.** 03/10/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ASRR2_n_K6A. Em 10min33seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba devolve R\$35 milhões à Prefeitura. **Band Cidade Curitiba.** 04/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gSyMaebBEpg>. Em 01min07seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados aprovam congelamento de gastos para 2018. **Band Cidade Curitiba.** 04/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gSyMaebBEpg>. Em 07min02seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência pública discute situação das rodovias. **Band Cidade Curitiba.** 04/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gSyMaebBEpg>. Em 14min38seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Alunos de Curitiba apresentam projetos de lei para os vereadores da cidade. **Band Cidade Curitiba.** 06/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2QRJ2q4EJU>. Em 00min58seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Privatizações do setor energético são discutidas em audiência pública na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 11/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NVA6d8TiUw4>. Em 12min14seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Empresários de shopping se reúnem com representantes da prefeitura e vereadores para debater medidas de maior segurança para a região. **Band Cidade Curitiba.** 16/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Uhw3FnKX1k>. Em 01min17seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Justiça determina o bloqueio de bens de dois deputados estaduais. **Band Cidade Curitiba.** 16/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Uhw3FnKX1k>. Em 22min53seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais investigam a indústria do atestado médico. **Band Cidade Curitiba.** 17/10/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=apoif_Tyk44. Em 21min23. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Presidente da ALEP diz em sessão que Justiça errou em bloquear bens de deputados. **Band Cidade Curitiba.** 18/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dNWucCMSTc>. Em 08min49seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Previsão orçamentária anual da prefeitura é discutida na CMC. **Band Cidade Curitiba.** 24/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qXXiMV3gvXI>. Em 03min46seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto protocolado na ALEP quer obrigar a inclusão do peixe na merenda escolar. **Band Cidade Curitiba.** 24/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qXXiMV3gvXI>. Em 15min27seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto que obriga presos a pagar por própria tornozeleira eletrônica é aprovado na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 25/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IYZE6TMsGK4>. Em 09min51seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Testemunhas do caso Katia dos animais começam a depor na Câmara municipal. **Band Cidade Curitiba.** 26/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7nK8a4VdkQo>. Em 00min56seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores só vão receber o 13º a partir de 2021. **Band Cidade Curitiba.** 27/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u55fMD5ZdX0>. Em 00min59seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Termina fase de depoimentos do caso da Kátia dos animais na Câmara. **Band Cidade Curitiba.** 09/11/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=od6-0PrgJro>. Em 05min33seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Aprovado em regime de urgência liberação de recursos para pavimentação na Câmara municipal. **Band Cidade Curitiba.** 21/11/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V_1r8Y_pVEg. Em 05min28seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Congresso traz discussão entre empresários e representantes do governo sobre soluções de mercado e políticas públicas para acelerar o desenvolvimento das cidades. **Band Cidade Curitiba.** 23/11/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=htPs0rz35rg>. Em 08min18seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Deputados estaduais aprovaram a gratuidade no transporte coletivo em linhas intermunicipais para pessoas com mais de 60 anos. **Band Cidade Curitiba.** 30/11/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6oOHn4HBXtl>. Em 16min49seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Câmara de Curitiba aprova o aumento do IPTU. **Band Cidade Curitiba.** 04/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nssT27YPWkg>. Em 01min05seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Audiência Pública na ALEP discute o sistema penitenciário no Paraná – PEC quer transformar agente penitenciário em policial. **Band Cidade**

Curitiba. 07/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tR8RVKukYzM>. Em 06min54seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Comissão Processante decide que denúncia contra vereadora Katia dos animais é procedente. **Band Cidade Curitiba.** 08/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bj-mabozq64>. Em 01min02seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Projeto de lei que perdoa dívidas do IPVA é aprovado na ALEP. **Band Cidade Curitiba.** 12/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MkX8SH2hgfE>. Em 04min22seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadores de Curitiba aprovaram em 2ª discussão aumento de 4% no ISS. **Band Cidade Curitiba.** 12/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MkX8SH2hgfE>. Em 10min07seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Liminar judicial suspende sessão que votaria julgamento da Kátia dos animais. **Band Cidade Curitiba.** 13/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3bZBMwMsjVQ>. Em 04min55seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Sessão na CMC é marcada por protesto dos servidores contra mudanças no ICS. **Band Cidade Curitiba.** 18/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IhVmQrK9NxM>. Em 00min11seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Vereadora Kátia dos animais deve ser julgada na próxima semana na CMC em uma sessão de julgamento de quebra de decoro. [NOTA] **Band Cidade Curitiba.** 18/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IhVmQrK9NxM>. Em 03min34seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Julgamento de vereadora Katia dos animais na CMC é suspenso pela justiça pela segunda vez. [NOTA] **Band Cidade Curitiba.** 19/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nNuTnvEcMnQ>. Em 08min46seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Situação e Oposição da CMC avaliam gestão do prefeito Rafael Greca. **Band Cidade Curitiba.** 20/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0K3Kgjd0fg>. Em 01min07seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

BAND CIDADE CURITIBA. Defesa de vereadora pede que denúncia contra ela seja reanalisada por comissão processante. **Band Cidade Curitiba.** 20/12/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0K3Kgjd0fg>. Em 13min01seg. Acesso em: 11 jan. 2021.

APÊNDICE E – ENTREVISTA COM LUCIANA MARANGONI – DIRETORA DE JORNALISMO DA RPC TV

01. Quais os critérios utilizados para a definição de pautas relacionadas ao processo democrático das políticas públicas na cidade, como votação, aprovação e discussão de leis na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa do Paraná?

O critério mais importante é sempre o da relevância para a sociedade. Entendemos que somos uma ponte entre as autoridades e o povo, é nossa missão fiscalizar o poder público, facilitando a compreensão das propostas e das leis, estimulando o debate e dando voz à população. É nosso DNA.

02. A audiências públicas, fóruns populares e outros espaços de participação popular nas decisões políticas são pautas com frequência nos telejornais? Como é a seleção destes acontecimentos?

Sim, são pautas frequentes que merecem nossa atenção e nosso acompanhamento. O critério é novamente o da relevância para a sociedade. Nem sempre isso aparece no ar, às vezes é um trabalho mais longo de apuração até que, de fato, vire uma reportagem. Somos muito cuidadosos na apuração dos fatos. Posso citar, por exemplo, o caso polêmico da Escarpa Devoniana - uma das áreas mais exuberantes do país que passa por 13 municípios, a maior parte deles nos Campos Gerais. A Escarpa surgiu há mais de 400 milhões de anos no chamado período devoniano, tem áreas de cerrado, furnas, rios cristalinos, cavernas e abriga animais raros. No final de 2016, um Projeto de Lei, apoiado pelo setor produtivo, tentou reduzir a área protegida da Escarpa em 70%. Houve uma grande reação e mobilização da sociedade (OAB, MP, ambientalistas, universidades) e uma série de audiências públicas ocorreu para debater o tema. Damos ampla cobertura, espaço para todos os lados da questão e depois de muita discussão, que foi acompanhada quase que diariamente pelos telespectadores da RPC, a proposta foi retirada da pauta pelo próprio deputado autor do projeto. “Me arrependi”, disse Plauto Miró (DEM) aos nossos repórteres.

03. Com as frequentes interações que acontecem com o telespectador atualmente através das mídias digitais, por exemplo, é possível definir se o público da emissora tem interesse neste tipo de informação?

Sim, cada vez mais. Temos uma interação viva a ativa e a resposta é imediata. Mensagens contra e a favor. Sentimos que – quando o tema é relevante, impacta e mexe com a vida das pessoas – elas se manifestam, se posicionam. E é comum que a gente mostre essas mensagens no ar, cobre as autoridades. Faz parte da cobertura.

04. O interesse do público nestes assuntos públicos tem influência na frequência com que eles são pauta nos telejornais locais da emissora?

Novamente reforço a questão da relevância. É ela a mandatária. A audiência é consequência de uma reportagem bem feita, ilustrativa, didática e profunda.

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM JOÃO CARLOS DE AZEVEDO – DIRETOR DE JORNALISMO DA BAND PARANÁ

- 01. Quais os critérios utilizados para a definição de pautas relacionadas ao processo democrático das políticas públicas na cidade, como votação, aprovação e discussão de leis na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa do Paraná?**

O critério sempre é de relevância para o público. As discussões que têm maior apelo e interesse são acompanhadas desde o início. Como o processo legislativo é mais complicado, com um trâmite mais difícil de ser compreendido pelo telespectador, optamos por fazer a cobertura do que realmente pode mexer com a rotina da população, sem pegar nenhuma discussão pela metade, a não ser quando é extremamente necessário, para não confundir o telespectador que não têm profundo conhecimento sobre os processos políticos. Por exemplo, na Assembleia, um assunto precisa passar primeiramente pela CCJ (Comissão de Constituição de Justiça), para só depois passar por comissões e ir à plenário. Se a cobertura é feita no meio do processo, pode mais confundir a população do que esclarecer. E claro, tudo depende do espaço destinado em cada telejornal.

- 02. A audiências públicas, fóruns populares e outros espaços de participação popular nas decisões políticas são pautas com frequência nos telejornais? Como é a seleção destes acontecimentos?**

A seleção segue o critério da relevância. Um exemplo disso são as audiências que estão sendo realizadas agora para discutir o novo modelo de pedágio que vai vigorar no estado a partir do ano que vem. Essas audiências públicas são importantes para esclarecer a população. Temos feito a cobertura sempre que ocorrem, principalmente, no telejornal que destina mais espaço aos assuntos políticos, que no caso da emissora, é o Band Cidade 2ª edição.

- 03. Com as frequentes interações que acontecem com o telespectador atualmente através das mídias digitais, por exemplo, é possível definir se o público da emissora tem interesse neste tipo de informação?**

A interação com o telespectador é o caminho da reinvenção da televisão, na minha opinião, mas ainda não é feita amplamente no telejornalismo diário. Com certeza, a partir dela que a definição de pautas ficaria bem mais clara. Mas como disse, essa interação ainda não é ampla.

04. O interesse do público nestes assuntos públicos tem influência na frequência com que eles são pauta nos telejornais locais da emissora?

Sim, o interesse público e o interesse do público sempre pautarão as redações. Temos feedbacks através de comentários nas redes sociais ou até mesmo feitos às nossas equipes trabalhando nas ruas, além, é claro, dos números de audiência acompanhados sempre de perto. Por isso o assunto sempre ganhará mais destaque ao sentirmos o aumento deste interesse. A própria frequência dos assuntos e o formato de como cada um será abordado são definidos de acordo com o perfil do telejornal.